

R\$ 6,00

ISSN 0101-7993



214

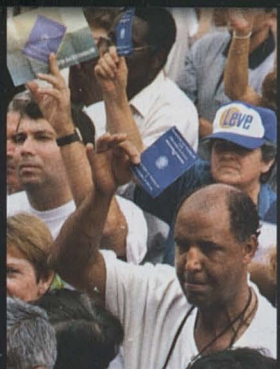
www.etm.com.br

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

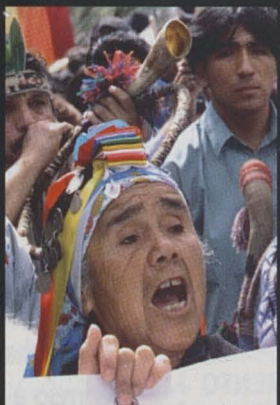
FRANÇA

**Socialismo
que deu
certo**



CPI

**chega aos
bancos**



AMAZÔNIA

**A cobiça
mundial**



**SERVIDORES
PÚBLICOS**

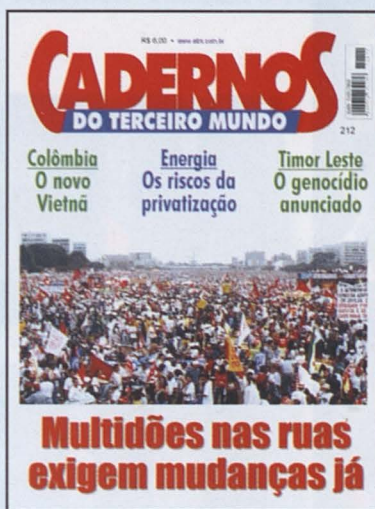
**O mito do
excesso**



NEO LIBERA LISMO NA UTI

Esteja afinado com o seu tempo

Neste fim de século, a informação é o maior capital que um profissional pode ter. Assine as nossas publicações e receba a melhor informação editada por uma equipe de reconhecida idoneidade.



DESEJO ASSINAR (assinale com um X)

☐ CADERNOS ☐ MERCOSUL ☐ ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Preço da assinatura (12 edições): R\$ 72,00

Minha opção de pagamento é:

- ☐ À vista R\$ 60,00 (preço promocional por tempo limitado)
☐ 2 parcelas de R\$ 36,00

Pagarei da seguinte forma:

- ☐ Boleto bancário (que será enviado ao meu endereço pelo correio)
☐ Cartão de Crédito:Nº

Val.:/.....

Meu nome:

Empresa: Setor:

Endereço:

Bairro: Cidade: CEP:

Estado: Tel.: (.....) Fax: (.....)

CIC Profissão:

Data de nascimento:/...../..... Data do envio do cupom:/...../.....

Interesse por leitura na(s) área(s) de:

Assinatura

Preencha o cupom e mande pelo correio à Editora Terceiro Milênio.

Se preferir envie por fax:

(0XX21) 252-8455

ou pela Internet:

etm@etm.com.br

http://www.etm.com.br

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122 - Salas 105/106 - Glória
 Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20241-180

Tel: (0XX21) 221-7511

Neoliberalismo e narcotráfico

A presença do presidente Fernando Henrique na reunião do G-7 em Florença, na Itália, ainda não foi devidamente explicada. A não ser as fotografias e as esperadas repercussões de mídia, nada indica que houvesse modificação na política dos ricos em relação ao nosso país. Algumas declarações de Clinton e Schröder atribuindo, não a seus governos, mas aos próprios países explorados responsabilidades dos problemas que enfrentam dá a tônica da reunião.

Havia uma expectativa de que o objetivo do G-7 convidando FHC era, diplomaticamente, impor ao Brasil "parcerias" na Amazônia, tema que é, hoje, uma obsessão dos ricos. Publicamente nada foi dito a respeito, mas isso não significa que o tema não tenha sido tratado. Vamos esperar o seu desdobramento.

É verdade que a reunião se realizou em um clima de agudização da crise do neoliberalismo, com sucessivas derrotas em todo o mundo e isso deve ter reduzido os impulsos clara ou disfarçadamente neoimperialistas de alguns.

Nesta edição, publicamos matérias sobre essa crise, particularmente na América Latina, com dados alarmantes sobre a situação da pobreza no Brasil, com a ampla reportagem de Sergio Meireles. O artigo de Edouard Bailby sobre a França - "O socia-

lismo que deu certo" - se integra na matéria de capa e é, também, uma advertência a alguns líderes esquerdistas brasileiros que negam o socialismo, confundindo uma plataforma para um momento político e eleitoral com a perenidade do ideário socialista.

Merece atenção especial o debate na Câmara sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico. Enquanto as investigações envolviam pessoas menos influentes, os elogios à CPI se multiplicavam. Bastou subir um pouco sua alça de mira e chegar ainda muito levemente aos bancos, e a guerra começou. Os resultados do trabalho desta Comissão são notórios, apoiados na Câmara e com enorme repercussão no país.

Uma palavra sobre a revista. Temos recebido numerosas mensagens de leitores de vários estados do país reclamando de que **cadernos** não está nas bancas ou em outros pontos de venda de suas cidades.

Nossa distribuição é feita por uma competente empresa, atenta às preocupações dos leitores. É importante que falhas encontradas nos sejam comunicadas, como está ocorrendo, para que as soluções sejam implementadas.

Os editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993

Nº 214 - Novembro 1999

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122/Grupos 105/106 - CEP 20241-180 Glória - Rio de Janeiro RJ - Brasil

Tel: (021) 221-7511 - Fax: (021) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br Internet: <http://www.etm.com.br>**Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes****FUNDADOR:** Neiva Moreira**DIRETORA:** Beatriz Bissio**DIRETOR-ADJUNTO:** Pablo Piacentini**EDITOR:** Procópio Mineiro**CONSULTORES:** Darcy Ribeiro (in memoriam)

Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano

(Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

COMERCIALIZAÇÃO: Mensagem Representação Ltda. - Kleber Saboya

São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade

Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -

05374-000 - Tel/Fax: (011) 810-4541/5828

Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.

Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG -

Cep. 30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628

Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.

R. Guilherme Rocha, 218/503

60.030-140 - Fortaleza - CE

Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511 Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br**Pagamentos:** Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito**NÚMEROS ATRASADOS:** Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio

ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem adquiri-los diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:**BRASIL:** Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766**FOTOS:** José Barros de Amarante, Agence France Presse (AFP) e CEDOC.**CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO** utiliza os serviços da: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irãque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAPA (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.Filiada à **ANER**

A 'cadernos'

Quero parabenizá-los pela excelente revista. Uma especial congratulação a Moacir Werneck de Castro. Quem pensa bem, escreve claro, escreve bem.

Aldo de Paula Fonseca
por e-mail

Comprei há dois dias a edição 213 de **cadernos do terceiro mundo**. Nunca tinha ouvido falar nela e nesta editora. Aprecio esse tipo de literatura, porém só lia os veículos paulistas. Estou satisfeito com o trabalho de vocês e espero encontrar a revista sempre nas bancas aqui do interior de São Paulo.

Parabéns pela alta qualidade da revista. Estou aprendendo muito. Adorei as Notas Econômicas.

Gustavo Freire
Gusfre@yahoo.com.br

Gostaria de parabenizar o excelente trabalho que **cadernos do terceiro mundo** tem desempenhado. Um jornalismo imparcial que, através da verdade, mostra a verdadeira face da situação nacional.

David J. Da Silva
por e-mail

Gostaria de agradecer a esta revista a publicação do meu e-mail. Isso apenas mostra que **cadernos** é uma das poucas revistas que ainda se importam com o progresso do nosso país. Gostaria também de pedir um pequeno favor. É que mudei recentemente de e-mail, e gostaria que vocês informassem aos leitores.

Felipe Svaluto Paúl
Presidente da JNB
fspnacionalista@bol.com.br

Sugestões

Sugiro a esta conceituada revista uma pauta sobre a emergência dos partidos de centro-esquerda na América Latina e suas oportunidades dentro de uma política de direita.

Flávio Pereira da Silva
pereiramengo.geo@zipmail.com.br

Resposta: Agradecemos sua sugestão e, brevemente, traremos uma matéria sobre o assunto. Enquanto isso, nesta edição de cadernos, há uma matéria sobre a crise do neoliberalismo, com ênfase na América Latina..

Gostaria de ver uma matéria sobre a questão mundial da água, com um enfoque especial na questão da internacionalização da Amazônia.

Ronaldo Barbosa
barbosa.ronaldo@bra.xerox.com

Sugiro uma pauta sobre a invasão norte-americana na Amazônia.

Moisés Correia de Lima
klima@inter-fox.com.br

Resposta: Nesta edição, estamos publicando uma matéria sobre a Amazônia e procuraremos fazer em breve uma sobre a questão da água.

Gostaria de sugerir a **cadernos do terceiro mundo** que realize uma pauta sobre os novos parâmetros curriculares a serem implementados pelas secretarias de Educação do Brasil.

Adolfo de Araújo
por e-mail

www.etm.com.br
CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO 212

Colômbia
O novo
Vietnã

Energia
Os riscos da
privatização

Timor Leste
O genocídio
anunciado



Multidões nas ruas exigem mudanças já

As propostas de Chávez Da Embaixada da Venezuela

Li na revista **cadernos do terceiro mundo** o artigo de Beatriz Bissio intitulado "As propostas de Chávez". Destaco não somente a profundidade do artigo, como sua visão tão construtiva, tão positiva, na qual a jornalista logra recolher os alcances do que significa a revolução democrática que a Venezuela está se esforçando em desenvolver.

A amplitude do artigo, a seleção das declarações do presidente Chávez, a forma positiva de sua análise nos enchem de profundo reconhecimento, em um âmbito em que, nem sempre, há uma informação objetiva sobre o processo venezuelano.

Como embaixador da Venezuela no Brasil, quero felicitar pela posição construtiva que essa revista tem assumido no âmbito das relações entre os nossos dois países.

Também quero felicitar o deputado Neiva Moreira por sua excelente reportagem na mesma edição da revista, com o título "Colômbia, um novo Vietnã", na qual destaca os alcances da nova estratégia norte-americana em relação ao continente.

Solicito, nesta oportunidade, que se transmita à diretora dessa prestigiosa publicação o meu agradecimento e meu reconhecimento por tão importante contribuição.

Atenciosamente,

Milos Alcalay
Embaixador da Venezuela

Política indigenista

A Diretoria do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esteve reunida em Luziânia-GO, de 8 a 11 de novembro. Neste encontro, analisou a conjuntura política do país em seus aspectos mais amplos e, especificamente, aqueles relacionados à vida dos povos indígenas. Nos causou preocupação a falta de medidas econômicas e de políticas sociais específicas por parte do governo federal que apontem para a superação da exclusão social e para a elevação dos padrões de vida da nossa população. Nos causou também preocupação constatar que, mesmo em setores que se colocam como oposição ao atual governo, há uma ausência de um projeto político que não se limite a incluir os milhões de excluídos numa sociedade baseada na exploração, mas que busque a construção de uma nova sociedade, livre de toda exploração.

Com relação à situação atual dos povos indígenas e à política indigenista oficial, nós, que trabalhamos com cerca de 180 povos indígenas em todas as regiões do país, ficamos extremamente preocupados com o que constatamos. Em primeiro lugar, constatamos a total ausência de uma política indigenista que contemple as reais necessidades das comunidades indígenas. (...) Constatamos também a existência de uma estratégia política em curso por parte do governo federal de enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei referente ao Estatuto dos Povos Indígenas que, simplesmente, ignora e despreza o projeto de lei nº 2.057/91, em tramitação, fruto do debate junto às comunidades indígenas. (...)

O governo federal também quer implementar outra estratégia política, no contexto das comemorações oficiais dos 500 anos, colocando à frente do órgão indigenista pessoas oriundas de organizações não-governamentais, sem que isso signifique uma estratégia coerente de fortalecer esse órgão em termos de recursos, ou no contexto de uma política indigenista consequente.

Pelo contrário, a proposta de orçamento da Funai para o ano 2000 reduz seus recursos com relação aos anos anteriores, aprofunda seu sucateamento e aumenta a desassistência às comunidades indígenas. Além disso, disponibiliza recursos para a revisão de áreas demarcadas, mostrando que a política indigenista oficial continua fiel aos invasores das terras indígenas.

O Cimi reafirma a sua disposição de continuar lutando, em todos os espaços possíveis, na defesa dos direitos indígenas e, junto com as comunidades indígenas e com os movimentos sociais e organizações populares aliados, continuar construindo as bases de uma nova sociedade, verdadeiramente livre, solidária e democrática.

Luziânia - GO, 11 de novembro de 1999.
Cimi - Conselho Indigenista Missionário

CPI

O trabalho da CPI do Narcotráfico nos faz acreditar que pela primeira vez a impunidade dos mais poderosos pode terminar. É alentador ver que um grupo de parlamentares mesmo arriscando a própria vida está disposto a ir até as últimas consequências na investigação do crime organizado.

Camilla A. Santos
Nova Iguaçu - RJ

Parabéns pela matéria sobre o narcotráfico. Já que o assunto ainda está na moda, que tal estendê-lo? Dediquem mais espaço para ele. Material para isso é o que não falta.

André Lins
Niterói - RJ

Colômbia

Gostaria de parabenizá-los pelo artigo "Colômbia - um Vietnã latino-americano", publicado na edição nº 212 de **cadernos do terceiro mundo**.

Os meios de comunicação vêm abordando o tema da guerrilha e do narcotráfico naquele país, no entanto não vêm mostrando com transparência as intenções dos Estados Unidos quanto ao controle do território daquele país.

Uma intervenção militar na Colômbia e em outros países da América Latina considerados em situação de "risco" seria mais uma demonstração do poder imperialista dos Estados Unidos.

O governo do Brasil não pode ficar omissos diante de tal ameaça, porque, longe de se constituir na defesa da democracia, é uma tentativa de controle que feriria a soberania dos países latino-americanos.

Lenilma Vera N. Machado
por e-mail

Intercâmbio

Cleverson de Almeida e Souza
Beloka@hotmail.com
13 March Court
Warwick Drive
London - SW156LE

Martins Venske
Rua Cruz e Souza, 1345
89124-000 - Benedito
Novo - SC

Yaremis Hernández
Calle 11 (2016
(20 y 22 Jovellanos
Matanzas - Cuba
C.P. 42600

Caridad Izquierdo
Calle III (2016
(20 y 22 Jovellanos
Matanzas - Cuba
C.P. 42600

Maria Caridad Gareia Calderón
Calle Cienfuegos (III e
e/ Logia y Rafael Trejo
Cumanayagua -
Cienfuegos - Cuba
C.P. 57600

Dalivia Sánchez
Edifício 51 Escalera 132
Apartamento 9 Reparto
Horacio Rodríguez
Jovellanos- Matanzas
Cuba
C.P. 42600

Miguel T. Castillo Morera
Calle F. Nº 69 e/
Cienfuegos y Filtros
Cumanayagua - C.P.
57600
Cienfuegos - Cuba

José Angel Chavieno
Avenida 19 (3202
32 y 34
C.P. 32800
La Habana - Cuba

Sumário

Novembro • 1999 • Nº 214 • Ano XXV

- 2 **CARTAS**
- 6 **PLANALTO**
- 9 **PANORAMA NACIONAL**

POLÍTICA

- 28 **Manifesto: A nação não será destruída**
Os líderes da Oposição e destacadas personalidades nacionais no campo dos governos, do sindicalismo, da cultura e das artes se uniram para lançar um manifesto à nação

NARCOTRÁFICO

- 30 **CPI: Toma novos rumos**
Bancos e "peixes graúdos" na mira das investigações
- 32 **O crime da riqueza**
Única forma de abalar o império do crime organizado é desestruturar seu esquema empresarial

GEOPOLÍTICA

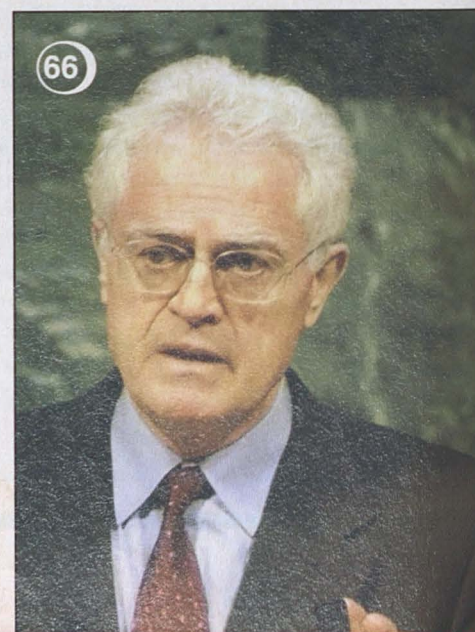
- 40 **Amazônia: A cobiça internacional**
As velhas insinuações expressas ou veladas se traduzem agora em suspeitas iniciativas externas e internas

SAÚDE

- 45 **Caçada ao mosquito da dengue**
O governo do Rio, a Fundação Nacional de Saúde e as prefeituras dos 91 municípios fluminenses formam frente de trabalho para intensificar o combate aos vetores das doenças endêmicas

MUNICÍPIOS

- Maranhão: Unidos contra a pobreza**
Uma iniciativa simples, impulsionada por diversas prefeituras, reunidas num consórcio, adotou uma política agrícola regional inédita
- 48 **Funcionalismo Público: O mito do excesso de funcionários**
Estudioso do problema do funcionalismo público demonstra que no Brasil não há excesso e sim má distribuição de servidores



Neoliberalismo

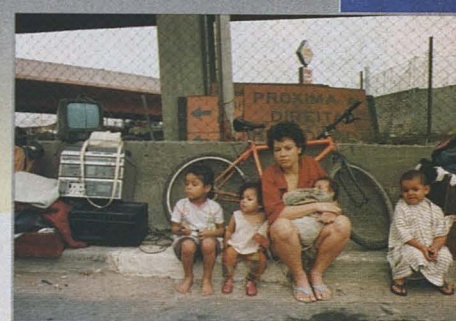
A crise do modelo

Depois de devastar os países pobres, o neoliberalismo é questionado no mundo rico. Até nos Estados Unidos se ouvem protestos contra as desigualdades sociais, enquanto na Internacional Socialista a "terceira via" é derrotada

12

18 A explosão da pobreza no Brasil

Os brasileiros sem casa, comida, escola para os filhos, saúde e sem recursos mínimos à sobrevivência - expressão do modelo neoliberal imposto ao país - compõem uma população igual à da França e equivale a duas vezes à da Argentina.



50 NOTAS ECONÔMICAS

54 PANORAMA INTERNACIONAL

PERFIL

62 Personalidades e fatos atuais

LIVROS

63 Os mais recentes e importantes lançamentos editoriais ao alcance de nossos leitores

EUROPA

66 **França: O socialismo que está dando certo**
Estudos recentes indicam que, como consequência da semana de 35 horas, mais de um milhão de postos de trabalho serão criados até dezembro do próximo ano e que 71% dos franceses são favoráveis à intervenção do Estado na economia

ÁSIA

70 **Paquistão: Censura islâmica**
O golpe de Estado militar faz temer pela paz na região, enquanto o general Musharraf irrita os fundamentalistas

PÁGINA ABERTA



38

Política: O Cebrade e a bomba do Riocentro

Lutar por uma nação em que uma minoria privilegiada não se enriquecesse à custa dos trabalhadores era uma das premissas dos intelectuais que assinaram o manifesto divulgado no Riocentro. Um dos signatários era Fernando Henrique Cardoso

ECONOMIA

71 **Chesnais: A volta de Tobin**

O economista francês François Chesnais esteve no Brasil para o lançamento de seu trabalho, *Tobin or not Tobin*, que defende a tributação do capital financeiro especulativo

COMUNICAÇÃO

72 **Canadá: Futuro em xeque**

Sucessivos governos tiram verbas das emissoras estatais e comprometem a qualidade da programação, cada vez mais dominada por produtos culturais dos Estados Unidos

Fusão irregular

Com base em parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), do Ministério da Fazenda, entregue ao Conselho Administrativo de Direito Econômico (Cade), a American Beverage Company (Ambev), nome da empresa que resultou da fusão das companhias Brahma e Antarctica, terá de vender a Skol, marca líder no mercado de cerveja nacional, para que a fusão entre as cervejarias seja mantida. O Cade julgará o caso e, se o órgão acatar as recomendações da Seae, a Ambev terá seis meses para vender a Skol, caso contrário a fusão deverá ser desfeita.

De acordo com o deputado Luciano Pizzato (PFL-PR), a Ambev cometeu irregularidades durante a fusão e apresentou denúncia contra a fusão na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara.

Segundo o parlamentar, esse processo é uma "verdadeira cartelização do setor" pois a nova empresa vai deter 73% do mercado nacional de cervejas e 40% do mercado de refrigerantes. Ao fazer a de-



Deputado Luciano Pizzato

núncia na Comissão, Pizzato informou a seus colegas que a nova empresa tem como principal acionista a Brazil Development Equity and Investment, cuja sede se localiza no paraíso fiscal das ilhas Cayman.

Ele disse ainda que embora a nova empresa tenha garantido manter a distribuição independente de seus produtos, "há denúncias de que os distribuidores estariam sendo pressionados" e que, depois da fusão, caiu de 1.000 para 200 o número de distribuidores.

Cresce remessa de lucros

A remessa de lucros para o exterior já atingiu a casa dos R\$ 7 bilhões desde a implantação do Plano Real. A denúncia foi feita pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) que, mais uma vez, alertou a Câmara sobre a crescente dependência do Brasil ao capital especulativo.

"Essa é mais uma prova de que o País comprometeu sua soberania nacional a partir do momento em que a opção do Governo foi adotar o neoliberalismo sem qualquer freio", disse Chinaglia. Ele lembrou ainda que 70% da população brasileira já vem questionado o modelo adotado pelo Governo. O petista ocupou o microfone do plenário para dizer que o Governo precisa respeitar a Constituição, "como determinou o Supremo em uma de suas decisões e não nos tirar toda e qualquer soberania, adaptando a Constituição a seus interesses".

Racismo continua

O racismo brasileiro se manifesta na hora de pagar aos negros e nos horários de trabalho dessa população que continua sendo discriminada. Os negros trabalham mais, ganham menos e encontram muito mais dificuldades para entrar no mercado do trabalho.

Estas são algumas das conclusões do relatório do Dieese apresentadas no seminário sobre Relações Sociais e Desigualdades Econômicas promovido pelas comissões de Economia e Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

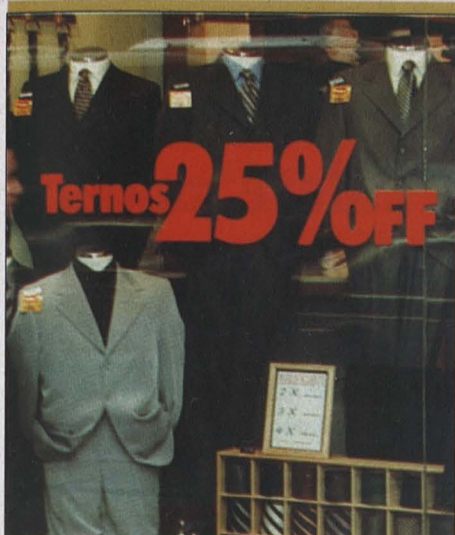
Ao comentar o relatório, o deputado Bem Hur Ferreira (PT-MS) disse que estes dados revelam "o mito da democracia racial do Brasil, onde persistem as formas de seleção racial no mercado de trabalho, em que atributos de raça têm determinado parte das oportunidades de sobrevivência de milhões de brasileiros".

De acordo com o relatório, elaborado pelos pesquisadores Sergei Soares e Maria Aparecida Bento, as desigualdades de oportunidades, de formação educacional e de acesso à saúde que ocorrem entre brancos e ne-

gros é sempre prejudicial aos negros que, por esta razão, "têm expectativa de vida menor e maior índice de mortalidade infantil que os brancos".

Só em Salvador, onde mais de 80% da população é negra, o desemprego atinge 25% dos negros contra 17% dos brancos. Além disso, 46% dos negros, na Bahia, ocupam postos de trabalho "vulneráveis" (sem carteira assinada), enquanto o índice para os brancos cai para 27%.

A pesquisa foi levada ao presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pelo deputado Bem Hur Ferreira, que convocou o seminário sobre as relações raciais no Brasil.



Salários prejudicados

A política monetária que se estabeleceu no Brasil nos últimos cinco anos é "a principal responsável pela queda da participação dos salários no Produto Interno Bruto brasileiro, que caiu de 45% no início do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso para 36%".

A conclusão é do deputado Agnaldo Muniz (PDT-RO) mostrando ainda que o índice de inadiplência nacional está ligado diretamente a esse fenômeno. "O achatamento salarial e as crescentes despesas com os reajustes dos serviços públicos e dos combustíveis fazem do consumidor um inadimplente contumaz por necessidade absoluta", afirmou o parlamentar.

De acordo com Muniz, pesquisa realizada em 20 grandes cidades brasileiras, com pessoas que recebem até R\$ 1 mil, revela que "a renda comprometida é um dos fatores que mais pesam no pagamento das dívidas e esses dados não deixam dúvidas quanto à responsabilidade do Estado na situação de inanição em que se encontra a renda do trabalhador brasileiro".

O deputado pedetista está convencido de que, se não houver uma mudança radical na política adotada por FHC, o país mergulhará "no mais completo caos social com sua população imobilizada por não poder honrar seus compromissos".

Defesa do cinema brasileiro



Da esquerda para a direita: Vinícius de Oliveira, Walter Salles, Fernanda Montenegro e o produtor Arthur Cohn, todos de 'Central do Brasil', um dos filmes brasileiros mais premiados em todos os tempos; o cinema nacional ganha espaço com a Subcomissão do Cinema Brasileiro do Senado, criada para consolidar a nossa produção nesse setor

O cinema nacional deve se tornar economicamente viável e "expressão da cultura nacional", segundo o relator da Subcomissão de Cinema Brasileiro no Senado, Francelino Pereira (PFL-MG).

Desde o início de outubro, o senador mineiro vem promovendo audiências públicas com a presença de diretores, distribuidores e artistas brasileiros que buscam o revigoramento do cinema nacional.

Na primeira audiência, quando foram ouvidos os diretores Néelson Pereira dos Santos, Gustavo Dahal e o diretor e produtor Roberto Farias, Francelino garantiu que, a partir de agora, "fica estabelecido um amplo diálogo

entre o Congresso e o meio cinematográfico para que se estabilize esta atividade no país".

A Subcomissão do Cinema Brasileiro vai percorrer os principais centros de produção cinematográfica, promovendo audiências no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre.

De acordo com seu presidente, senador José Fogaça (PMDB-RS), o Legislativo vai "dar voz ao cinema e buscar uma forma para, quem sabe, criar uma nova legislação de incentivos para criar uma indústria cultural sólida que possa se sustentar sozinha, a exemplo do que ocorre em alguns países".

Pará: solucionar denúncias no Judiciário

Deixando clara sua profunda frustração com o curto espaço de tempo das comissões parlamentares de inquérito, que podem durar no máximo 180 dias, o deputado Geovanni Queiróz (PDT-PA) chamou a atenção de seus colegas para o fato de que muitas irregularidades apontadas no Judiciário paraense "não foram investigadas".

O deputado paraense citou nominalmente o presidente do Tribunal de Justiça de seu estado, José Alberto Maia, e disse que as denúncias envolvendo o desembargador "comprometem de forma bastante grave to-



Deputado Geovanni Queiróz

do o Poder Judiciário do Pará, que fica sob suspeição".

O número de páginas da documentação contra José Alberto chega a 400. O deputado pedetista disse que espera uma solução para estas denúncias por-

que a Justiça do Pará está envolvida "com o tráfico de influência e várias outras fraudes, principalmente com o sumiço de processos que envolvem os filhos dos desembargadores. Todas essas denúncias chegaram à CPI.

"Há provas incontesteáveis contra o Judiciário do meu estado, com situações que envolvem negligência, incompetência e corrupção. Os culpados devem ser responsabilizados porque há, também, juízes sérios e honrados que não podem ser confundidos com estes homens de toga que usam o cargo para permanecerem na impunidade", afirmou Geovanni Queiróz.

Cisão adiada

O líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA) propôs ao governo um adiamento no projeto de cisão da Eletronorte. O senador argumentou que a garantia do suprimento de energia elétrica, "além de se constituir em questão de segurança nacional, é também de segurança pública e econômica e não devemos tomar decisões precipitadas numa questão que ainda não foi totalmente debatida". Propôs, ainda, que a discussão se estenda à sociedade.

Ao defender sua proposta, Barbalho apresentou o projeto de seu colega José Eduardo Dutra (PT-SE), que vincula a venda da Companhia Elétrica do São Francisco (Chesf) a um plebiscito. Favorável

ao projeto de Dutra, o senador disse que a população da Amazônia, diretamente atingida pela cisão da Eletronorte, "merece ser consultada antes para saber se aceita ou não a decisão do governo".

Barbalho, que já foi governador do Pará, estado onde se localiza Tucuruí, a maior hidrelétrica da região amazônica, teme pela internacionalização da área. E alertou que, com a venda da empresa, fatalmente as ações serão compradas por estrangeiros. "A presença, na Amazônia, de empresas estrangeiras em um setor tão sensível como o energético, pode representar uma cabeça-de-ponte para a internacionalização desse território, objetivo declarado por diversas autoridades governamentais das grandes potências, como o vice-presidente norte-americano, Al Gore."

Privatização deve mudar

O processo de privatização no Brasil deve adotar um novo modelo. A partir dessa premissa, o líder do Partido da Frente Liberal (PFL) na Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PE), anunciou que seu partido pretende defender, a partir de agora, o modelo inglês de privatização, que pulveriza as ações das empresas estatais vendidas na bolsa de valores.

Para a privatização do setor elétrico, ainda em andamento, Inocêncio disse que será um avanço se o governo permitir o uso do FGTS para que os trabalhadores possam adquirir as ações das empresas a serem privatizadas, como já vem acontecendo na Inglaterra.

Sem querer criticar abertamente o sistema adotado por seu aliado, o presidente Fernando Henrique Cardoso, o líder do PFL afirmou que a atual política de globalização "só tem beneficiado os países ricos, e até o Fundo Monetário Internacional defende hoje uma agenda social".

Disse ainda Inocêncio que o PFL quer que o governo renegocie as dívidas fiscais e crie uma linha especial de crédito que contemple as micro e pequenas empresas.

Nessa mudança de política, Inocêncio garantiu que seu partido quer, também, uma "mudança radical" do Cadastro de Inadimplentes (Cadin), do Ministério da Fazenda. Ele deveria mudar a cara e passar a ser um serviço de cadastro e não um instrumento que serve apenas para punir porque, dessa forma, o órgão termina por inviabilizar muitos negócios de pequenas empresas que são honestas e estão inadimplentes por enfrentarem dificuldades", afirmou.

Pobres escolas

Há regiões do Brasil onde o quadro da educação primária é realmente assustador. Estudo realizado pelo Ministério da Educação (MEC) descobriu que 15% das escolas públicas do Brasil das áreas mais populosas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão de tal forma deterioradas que só há uma solução: construí-las de novo. Não há reforma possível. O levantamento reuniu mais de 13 mil escolas públicas das capitais ou das cidades mais importantes das regiões pesquisadas. Do total estudado, mais de 80% necessitam de algum tipo de reparo, seja na rede elétrica, no saneamento, na pintura, chão ou janelas.

Das escolas municipais, 86,3% não têm biblioteca ou sala de leitura, e 35,6% não têm banheiro. Na periferia das regiões mais populosas dos estados a situação é quase a mesma: 75% das escolas não têm bibliotecas nem sala de leitura e 27,7% não têm banheiro. Isto sem falar da deficiência típica da região: muitas delas carecem de água encanada e energia elétrica.

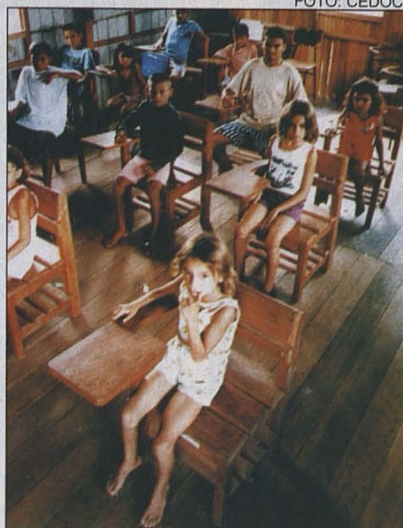


FOTO: CEDOC

As escolas públicas, em algumas regiões do Brasil, encontram-se tão deterioradas que a solução seria construí-las novamente

Com essas carências, a maioria das escolas da região pesquisada não tem os ambientes mínimos requeridos para o funcionamento, segundo os padrões estabele-

cidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Há escolas sem portas e janelas em Goiás, outras funcionando debaixo de árvores ou em palhoças no Pará. Pelo menos 1.552 escolas cadastradas nessa região estão fora dos padrões mínimos de funcionamento e as piores estão todas localizadas na zona rural.

Não é mais encorajador o panorama das pré-escolas públicas. Apesar de as pesquisas especializadas indicarem que é até os seis anos de idade que a criança forma a sua personalidade e define a capacidade para o aprendizado, desenvolve o vocabulário e absorve a base para o raciocínio lógico e a matemática, no Brasil não se presta atenção à educação pública pré-escolar. Das 78 mil pré-escolas públicas existentes, 73% não dispõem de parques ou jardins para desenvolver atividades ao ar livre, 20% não têm energia elétrica, apenas 40 mil têm telefone e mais de seis mil delas não têm água.

No Brasil, há 12 milhões de crianças até três anos. Só uma pequena minoria delas tem acesso à educação pré-escolar pública.

A morte de Nise da Silveira

FOTO: SAMUEL MARTINS / AJB



A Dra. Nise da Silveira teve papel decisivo na história da psiquiatria no Brasil, além de criar o Museu das Imagens e do Inconsciente, único no mundo

Nise da Silveira em 1952, é a sua obra mais importante. Tinha como objetivo funcionar como terapia ocupacional para aqueles a quem a médica recusava-se a administrar choques elétricos ou químicos e a chamar

“A Dra. Nise teve papel decisivo na história da psiquiatria no Brasil e na própria história da arte brasileira.” “Nunca me havia aparecido pessoa mais simpática. Nise, acanhada, tinha um sorriso doce.” Assim dois escritores, Graciliano Ramos e Ferreira Gullar, descrevem em seus livros a figura baixinha e franzina da psiquiatra que criou o Museu das Imagens do Inconsciente, único no mundo.

Nordestina de Maceió, ela faleceu no Rio de Janeiro em 30 de agosto passado, aos 94 anos de idade, e deixou seis livros escritos, entre os quais *Imagens do inconsciente*, dedicado aos seu trabalho em decifrar a evolução do tratamento de seus “clientes”, como chamava as pessoas que ajudava. O último foi *Gatos - a emoção de cuidar*. Além dos bichanos, cuidava, em seus últimos anos de vida, de um grupo de estudos sobre psicanálise, em seu apartamento no Flamengo, no Rio de Janeiro.

O Museu do Inconsciente, fundado por

de doentes mentais. Hoje, a instituição conta com um acervo de mais de 300 mil obras das pessoas que ela tratou.

O trabalho de Nise da Silveira começou no Centro Psiquiátrico Pedro II, no Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio, onde criou em 1946 o Serviço de Terapêutica Ocupacional. Dez anos depois, prosseguiu a sua obra pioneira na Casa das Palmeiras, em Botafogo, para atender aos egressos de hospitais psiquiátricos. Carl Gustav Jung, o principal discípulo de Sigmund Freud, com quem a psiquiatra brasileira teve um encontro pessoal em 1937, a incentivou muito a continuar com o trabalho.

Única mulher entre os formandos na sua turma, de mais de 150 alunos da Faculdade em Salvador, Nise da Silveira teve intensa militância política: foi presa durante um ano e quatro meses nos anos 40, por sua participação na Aliança Nacional Libertadora (ALN), ligada ao Partido Comunista Brasileiro. Do tempo de prisão ela disse que aprendeu mais ainda sobre a necessidade de ocupar criativamente o tempo dos internos das instituições psiquiátricas.

Exploração sexual INFANTIL

Dados estatísticos provenientes de uma organização não-governamental conveniada ao Ministério da Justiça e da Secretaria da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro demonstram que São Paulo e Rio estão entre os estados com maior número de casos de exploração sexual infantil no país.

O levantamento é baseado em denúncias que foram feitas por meio do SOS Criança Sexualmente Explorada (0800-99-0500), um serviço da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia).

Segundo a coordenadoria do projeto, pelo menos 60% das 1.249 denúncias recebidas desde fevereiro de 1997 não foram sequer investigadas pelos órgãos responsáveis. Entre os casos que puderam ser apurados, 440 foram confirmados.

No Rio, onde a pesquisa aponta a capital e Macaé, Nova Iguaçu e Volta Redonda como os principais pontos de prostituição infantil do estado, a Secretaria da Criança criou um programa que fornecerá uma bolsa auxílio de 136,00 reais e uma cesta básica de alimentos às famílias que se comprometerem a retirar as crianças das ruas e mantê-las na escola. O nome é Programa de Atenção às Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual.

O terceiro estado em número de denúncias de casos é a Bahia, com 107 registros, seguido pelo Distrito Federal (80), Minas Gerais (78), Pernambuco (68), Ceará (64), Rio Grande do Sul (46), Paraná (45) e Rio Grande do Norte (41).



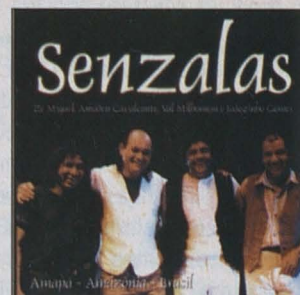
A maior plataforma de petróleo do mundo, a P-36, da Petrobras, chega ao Rio de Janeiro. Ela foi feita no Canadá, tem 35 andares, um peso de 35 mil toneladas e poderá abrigar 300 funcionários. A plataforma custou 354 milhões de dólares e vai operar a uma profundidade de 2 mil metros, produzindo 120 mil barris de petróleo por dia

Música da Amazônia

Na esfera da nossa música regional, vale o registro do ótimo grupo Senzalas, formado por Zé Miguel, Amadeu Cavalcanti, Val Milhomem e Joãozinho Gomes. Direto do Amapá, o independente com o nome do grupo traz um pouco dos mistérios e segredos da região Norte do Brasil.

Com ritmo e letras que falam das riquezas e mazelas da Amazônia, irrompem a criatividade e originalidade dos textos, como *De Macapá a Cayenne*, de Zé Miguel e Joãozinho Gomes que falam do rio Amazonas formando broches de areia. "Cayenne é tão perto daqui... eu vou pela estrada num belo caminhão/francesa eu vou levar um creme de algas/do fundo do rio-mar para tua beleza/um broche de areia..."

A marcação e a peculiaridade dos timbres, a experimen-



tação com as lambadas (ritmo dançante) com a percussão característica daquela região evocam as raízes do extremo norte deste país.

O grupo Senzalas, com este novo disco, vem confirmar o que dele já se esperava quando da coletânea do primeiro trabalho, o *Planeta Amapari*. Chico César, na contracapa, afirma que o disco traz uma indiscutível contribuição à música brasileira na aurora do novo milênio.

Mácio Paschoal,
escritor e crítico musical

Expansão da Petrobras

A Petrobras assumiu uma posição importante no setor energético da Bolívia quando passou a explorar as maiores reservas de gás e as duas maiores refinarias, que pertenciam à estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

A estatal brasileira, em associação com a empresa argentina Pérez Compac, receberá da YPFB as refinarias Gualberto Villarroel, em Cocha-Bamba, e Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de la Sierra, arrematadas por 102 milhões de dólares.

Com essa operação, a Petrobras consolida sua participação no setor energético boliviano e ainda pensa em adquirir as operações dos dutos e bases da YPFB, que serão licitadas em janeiro.

Atualmente, a empresa tem à disposição na Bolívia 8,8 trilhões de pés cúbicos de gás, um terço do total disponível em território boliviano.

A Petrobras pretende utilizar nessas refinarias seu próprio petróleo, cumprindo meta de refinar 300 mil barris diários.



Paraíba: pior seca do século

Os números são tão alarmantes como as consequências: 60% do total de 3,3 milhões de habitantes da Paraíba, cerca de dois milhões de pessoas, estão vivendo a catástrofe da seca mais severa do século.

Cerca de 1,2 milhão de pessoas dependem de carros-pipa e poços perfurados para ter água em suas casas; 70% do rebanho bovino foi perdido em dois anos de estiagem; centenas de milhões de reais foi o prejuízo para a agricultura; falta comida e água de qualidade para as crianças beberem.

Tudo isso sem falar na falta de perspectivas econômicas para grande parte da população. Dos 223 municípios do estado, 193 estão em situação crítica.

Segundo os técnicos, a queda gradativa do volume de chuvas em todo o estado, a elevação do nível de

evaporação dos açudes e a má administração dos recursos hídricos pelas autoridades são os fatores responsáveis pelo colapso no abastecimento de água que a Paraíba vem sofrendo há dois anos.

Até a capital, João Pessoa, e Campina Grande, a segunda maior cidade, foram afetadas. Seus reservatórios, que são os açudes, estão operando com 16 e 28% respectivamente de sua condição inicial.

Campina Grande vive o racionamento de água desde o ano passado. "Precisamos importar água para evitar que a população seja explorada", disse um deputado paraibano.

O pior é que devido aos ciclos de seca que assolam o semi-árido nordestino, as perspectivas para os próximos meses não são nada animadoras, de acordo com estudos do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA).



O piloto brasileiro Rubens Barrichello chega ao Aeroporto Internacional de Bolonha, na Itália, no dia 9 de novembro, para sua primeira visita ao quartel-general da Ferrari, em Maranello. Barrichello substituirá, na próxima temporada de Fórmula 1, o irlandês Eddie Irvine e será companheiro do bicampeão mundial, o alemão Michael Schumacher



Uma jovem acessa a página brasileira do servidor norte-americano American On Line (AOL) em um 'cyber-café', em São Paulo. A American On Line lançou oficialmente em novembro a edição brasileira de suas operações. A AOL, que é um dos principais provedores de Internet dos Estados Unidos, investiu cerca de 200 milhões de dólares para tentar ser líder absoluta do mercado brasileiro



Depois de devastar os
países pobres, o
neoliberalismo é
questionado no
mundo rico. Até nos
Estados Unidos se
ouvem protestos
contra as desigualdades
sociais, enquanto na
Internacional Socialista
a "terceira via" é
derrotada



A crise neo

Neiva Moreira



A crise do modelo neoliberal avança em todo o mundo e já não pode ser desconhecida ou negada até mesmo por muitos dos seus mais intransigentes seguidores. Mesmo nos Estados Unidos, as vozes que questionam a validade do sistema se multiplicam.

As revelações sobre os crescentes contingentes da população afundando na pobreza ou excluídos dos índices de riqueza e prosperidade que avaliados em cerca de 20% da população já não podem ser contestadas. Alguns analistas independentes já falam de um impasse na economia norte-americana e os mais pessimistas vaticinam que chegou ao ápice a era da riqueza e começa um longo mas inevitável declínio.

A Europa já vinha assumindo, há mais de um decênio, uma posição de resistência ao modelo, sobretudo às imposições do seu centro de controle, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird). A criação da União Européia (UE) foi inspirada na visão profética de muitos de seus líderes, sobretudo o francês Jean Monet. Eles não ocultavam suas preocupações em construir um continente unido capaz de enfrentar as ambições e o poderio dos Estados Unidos, inclusive no campo militar.

Apesar da constante ampliação da presença norte-americana na Europa, particularmente nas suas decisões militares, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), é fora de dúvidas de que o segmento europeu dessa aliança fortaleceu-se muito.

O hegemonismo dos Estados Unidos na agressão à Iugoslávia tem sido objeto de críticas e contestações abertas e, também, de advertências, sobretudo francesas, de que devem haver mudanças imediatas nas decisões estratégicas da aliança militar.

liberal

A 'terceira via' contestada

Na Europa, em mais de dez países, estão no poder partidos social-democratas, inclusive nas suas maiores potências, França, Alemanha, Inglaterra e Itália.

No entanto, na Internacional Socialista que os congrega, se trava uma luta ideológica, que separa o governo de Lionel Jospin, da França (ver artigo "O socialismo que deu certo", de Edouard Bailby, nesta edição), dos seus congêneres, Tony Blair, da Inglaterra, e Gerhard Schröder, da Alemanha. Os dois últimos defendem a "terceira via" que, no fundo, com a idolatria do mercado, encerra uma evidente concessão ao ideário neoliberal. Máximo D'Alema, primeiro-ministro da Itália, antigo comunista, navega entre as duas tendências.

Na recente reunião da Internacional Socialista em Paris, com a presença dos seus líderes mais representativos, os "terceiristas", tendo à frente o espanhol Felipe González, não conseguiram impor as suas idéias e seu projeto. Os social-democratas alemães e ingleses e, em menor medida, os italianos, chegaram à capital francesa acossados pelo fracasso dos seus projetos e pelo desemprego, que resultaram em contínuas derrotas eleitorais.



Tony Blair, da Inglaterra:
a 'terceira via' questionada

Isso determinou aos mesmos, algumas posições de recuo quanto à "terceira via".

Também na Ásia, o modelo neoliberal dá evidentes sinais de debilidade. A crise que sacudiu o Japão e, ainda, os chamados Tigres Asiáticos, impôs mudanças de rumo em muitas áreas econômicas. No Japão e na Malásia, os governos foram forçados a tomar medidas de intervenção do Estado que nada têm a ver com o livre mercado.

O neoliberalismo está deixando a Rússia no caos, com as suas finanças arrasadas e sua economia em liquidação. Para as próximas eleições, o modelo atual encontra poucos adeptos e tudo indica que será profundamente varrido ou modificado.

Some-se a isso a posição do governo chinês de negar concessões - mesmo visando ao seu ingresso na Organização Mundial de Comércio (OMC) - que diminuíssem o poder do Estado e comprometessem a linha socialista do país. Não se pode, assim, dizer que 1998 e 1999 tenham sido favoráveis ao neoliberalismo, o que faz prever para o começo do próximo milênio uma tendência muito mais negativa.

Essa é, também, a previsão de inúmeros líderes políticos, intelectuais e analistas de todo o mundo. Alain Touraine, sociólogo e diretor da Escola de Altos Estudos de Paris, muito conhecido na América Latina, advertiu: "Em muitos países cresce a convicção de que uma ampla abertura da economia e uma forte fratura da sociedade podem desembocar em graves crises sociais se não se voltar a criar fortes mediações políticas entre o Estado e as forças sociais." Em outras palavras: abandonar o figurino atual.

Para outros avalistas, o modelo neoliberal, sobretudo a sua cruel face econômica e social, é um domo na UTI.

AMÉRICA LATINA



Tragédia econômica e social



Revolta, fome, desemprego

Em todos os países do continente, o quadro de degradação social deixado pelas políticas neoliberais é o mesmo: aumentam a exclusão e a brecha entre a minoria rica e a maioria pobre



A importante reação da Venezuela, da Argentina e do Uruguai, e as perspectivas no Chile apresentam uma contundente resposta dos povos latino-americanos ao neoliberalismo

O desastre maior do modelo neoliberal se situa na América Latina. Nos países entre o Rio Grande, fronteira do México com os Estados Unidos, e a Patagônia, no sul do continente, as fórmulas fundomonetaristas agonizam, deixando conseqüências desastrosas para os países que capitularam às suas imposições. Não há exceções.

A reação das populações é evidente e cresce todos os dias, seja através do voto ou da mobilização popular. A Argentina é um exemplo aberrante, já que o desemprego no governo neoliberal de Carlos Menem subiu a quase 20% e a pobreza cresceu, nesse período de governo, 80%, de 1993 a 1999. Atualmente, ela atinge 36% da população.

Segundo dados oficiais, só Buenos Aires, até então a mais próspera capital latino-americana, tem hoje mais de 3,2 milhões de pobres, entre os quais um milhão de indigentes, incluindo 45% de crianças em idade escolar.

Em uma reportagem na revista *IstoÉ*, a jornalista Janaína Figueiredo constata: "O peronista Menem jogou na lata do lixo da História a cartilha do velho general (Perón) para trocá-la pelo receituário neoliberal da Wall Street." Deu no que deu.

A classe média mais estabilizada da América Latina, ao lado da uruguia, que atingia 60% da população, mudou de perfil: 90% dela estão em transferência forçada para a pobreza e só 10% ascenderam à classe rica na chamada "era Menem". A herança deixada ao governo De la Rúa é catastrófica.

Uruguai, Equador, Chile

Mas essa situação não é exclusiva da Argentina. A crise no Equador é dramática. A inflação se aproxima de 50% ao ano. Sessenta e cinco das maiores empresas do país fecharam e 200 mil trabalhadores perderam os seus empregos. O quadro é tão grave que as Forças Armadas lançaram uma severa advertência aos Poderes da República, exigindo uma imediata solução para a crise. E, na América Latina, essas advertências militares são anunciadoras de tempestades.

Embora com menor repercussão, o Chile padece do receituário fundomonetarista, apesar de as políticas neoliberais terem sido menos duras e em certa medida encontrarem resistência de seu governo.

No Uruguai, com a derrota anos atrás, em plebiscito nacional, do programa de privatizações exigido pelo Fundo Monetário Internacional, o governo teve de ser mais cauteloso em seguir as imposições de Washington. O desequilíbrio interno foi menos drástico, porém mesmo assim teve reflexos graves no desemprego, no endividamento, na queda da produção e na qualidade de vida da população.

Na Colômbia, a situação é muito grave. Com uma dívida externa de 34 bilhões de dólares, o desemprego chega a 20% e uma queda de 6% na atividade econômica só no primeiro semestre deste ano. A distribuição de renda é extremamente injusta. Isso sem mencionar que há quase dois milhões de pessoas deslocadas dos seus lugares de origem.

A guerra que ali se trava há quarenta anos, que tem a sua origem nessa injusta realidade social, ainda não encontrou saída nas negociações em curso. Os norte-americanos, que dão alta prioridade à crise da Colômbia, não estão indiferentes à situação desse país. Ao contrário. Preparam-se para a eventual participação direta, na qual trabalham para envolver os países vizinhos, especialmente o Brasil.

Além de iniciativas militares que visariam ao combate ao narcotráfico, mas que a guerrilha identifica como destinadas



Distúrbios chegam aos Estados Unidos

A Reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, nos Estados Unidos, foi a mais tumultuada dessa controversa entidade. Milhares de pessoas cercaram o edifício e impediram que as delegações saíssem dos seus hotéis. Estavam nessa situação a secretária dos Estados Unidos, Margareth Allbright, e a delegação brasileira. Foram depredados numerosos estabelecimentos comerciais, inclusive o Mc Donald's e presas mais de 300 pessoas. As manifestações foram lideradas por ONGs que defendem direitos trabalhistas nos países que comerciam com os Estados Unidos, condenação ao trabalho infantil, medidas ambientais e anistia a todas as dívidas dos países em desenvolvimento.

a combatê-la, estão cercando a Colômbia (a Venezuela, no futuro?) a partir dos países fronteiriços. A base de El Coco, no Equador, com investimento superior a 100 milhões de dólares; as instalações militares norte-americanas em Iquitos, no Peru, na ilha caribenha de Aruba, no Panamá, e na Jamaica demonstram que as bases já estão funcionando ou sendo montadas. Sua principal característica é a aparelhagem eletrônica aparentemente destinada a combater o narcotráfico, mas na verdade destinada a rastrear minuciosamente os movimentos da guerrilha colombiana.

O Pentágono também insiste em reabrir a Escola das Américas - fechada no Panamá -

transferindo-a para o Fort Benning, na Geórgia. Mudaria o nome para Centro de Cooperação de Segurança Inter-Americana, mas o objetivo é o mesmo: preparar quadros militares amestrados pelos norte-americanos tornando-os afins aos objetivos geoestratégicos dos EUA na América Latina. A escola só não foi ainda instalada na Geórgia pela reação do Congresso norte-americano, que lhe nega verbas. O deputado republicano Joe Moakey foi explícito a respeito: "A reputação da Escola é tão ruim que, mesmo que façam as mudanças previstas e eliminem os seus irritantes cursos, não estou certo de que iria adiante. É como pôr perfume em lixo tóxico."

A reação popular

A revolução antineoliberal, iniciada na Venezuela, se estende ao Rio da Prata e está chegando ao Chile e Equador

A decisiva resposta da América Latina ao neoliberalismo marcou sua primeira vitória em nível de governo na Venezuela, sob a liderança do coronel Hugo Chávez. Pelos antecedentes de sua anterior tentativa de chegar ao poder através de um movimento militar e a pregação revolucionária na rua em campanha eleitoral recente, Chávez foi objeto de uma das investidas internacionais de ataques e difamações mais virulentas dos últimos tempos, só comparável à guerra contra Fidel Castro.

Foi denunciado de liderar mais um *putsch* militarista do velho estilo caribenho, sem que seus detratores reconhecessem a situação da Venezuela, mergulhada na corrupção, na violência e numa tragédia social e negassem a natureza progressista e democrática de sua luta.

Chávez começa a ser reconhecido sobre seus propósitos e pelas razões pelas quais lidera uma revolução antineoliberal. O economista venezuelano Luís Henrique Bali escreveu no diário *El Universal* o seguinte: "A crise na Venezuela não é produto de um evento fortuito, mas da aplicação sistemática de um modelo de desenvolvimento equivocado, aliada a um péssimo gerenciamento das finanças públicas."

A sublevação cívica dos venezuelanos que, com a nova Constituição, se institucionaliza, foi o primeiro golpe duro no neoliberalismo na América Latina, com uma esmagadora aprovação popular.

As eleições na Argentina e no Uruguai foram outra etapa decisiva desse basta dos latino-americanos que já se expressa na crescente resistência popular em toda a região. A derrota de Menem é emblemática. Não houve governo mais servil aos interesses dos Estados Unidos e mais fiel à cartilha do FMI do que o seu, que o povo argentino acaba de derrotar nas urnas, com a vitória de uma ali-

ança histórica entre a centrista União Cívica Radical, que indicou o candidato à presidência, Fernando De la Rúa, e uma coligação de partidos de esquerda, Frente País Solidário (Frepasso), que teve o direito a indicar o candidato a vice, Cacho Álvarez.

No Uruguai, pela primeira vez em 150 anos, o bipartidarismo Blanco-Colorado submergiu em confronto com a Frente Ampla-Encontro Progressista, que reúne, como na Argentina, a esquerda histórica e os setores do centro político.

A Frente Ampla aumentou consideravelmente sua representação no Congresso, onde tem 40% das cadeiras e, a partir de agora, nenhuma medida fundamental poderá ser aprovada no Poder Legislativo se encontrar a oposição frentista.

Essa mudança extraordinária assegurou a vitória do candidato Tabaré Vázquez no primeiro turno, com o domínio eleitoral em Montevidéu - governada pela segunda vez pela Frente Ampla - e um expressivo avanço no interior. Em dois grandes Departamentos, Canelones e Paisandu, a esquerda saiu vitoriosa e empatou tecnicamente em Maldonado, onde se situa a famosa cidade de Punta del Este.

No segundo turno, os partidos conservadores Blanco e Colorado, que se alternam no poder há mais de um século e meio, foram obrigados a unir-se para superar a votação do candidato da esquerda, Tabaré Vázquez.

Não há dúvida de que o Uruguai mudou. A Frente emergiu das eleições como a força política mais poderosa do país, e o que há de neoliberal no Estado, sobretudo no modelo financeiro, terá que ser revisto. No Chile pode vir a ocorrer a próxi-

ma derrota neoliberal, com a vitória prevista do candidato socialista Ricardo Lagos. Por seu lado, no Equador, o quadro é desesperador e tudo indica que, também aí, o modelo neoliberal esteja com os seus dias contados.

É a vitória do socialismo? Não. É, simplesmente, a derrota de um sistema imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que uniu partidos da esquerda e do centro e camadas menos politizadas da população, que vêm sofrendo os horrores de sua cruel aplicação.

A luta por uma sociedade mais justa continua em todas as frentes. No entanto, os latino-americanos devem, primeiro, limpar a casa e abrir perspectivas para o futuro. E aqui no Brasil? A reportagem seguinte traça um quadro que não deixa dúvidas sobre o futuro.



Chávez está sendo objeto de uma campanha de difamações só comparável à guerra contra Fidel Castro

A explosão da

Os brasileiros sem casa, comida, escola para os filhos, saúde e sem recursos mínimos à sobrevivência - expressão do modelo neoliberal imposto ao país - compõem uma população igual à da França e equivale a duas vezes à da Argentina. Enquanto isso acontece, uma Bolsa Escola de meio salário mínimo ao mês para os quatro milhões de crianças que trabalham no Brasil custaria 1,3 bilhão de reais ao ano, valor que o BC do Brasil gastou para salvar um dos menores bancos do país durante a desvalorização cambial deste ano

Sérgio Meireles

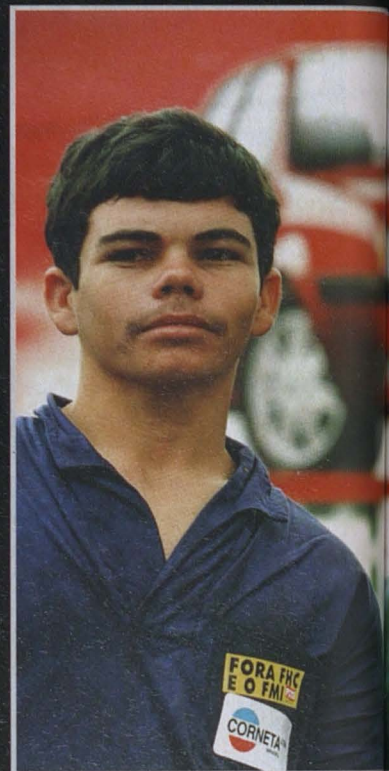
O anúncio bombástico do Fundo Monetário Internacional de alterar, urgentemente, sua arquitetura financeira mundial, dando-lhe uma base social mais forte para combater a pobreza - o que seria o reconhecimento da crise que atravessa o modelo neoliberal - começa, tal qual uma cortina de fumaça, a dissipar-se no ar. O porta-voz dessa mudança radical, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, demissionário, lavou as mãos e não tem mais como honrar o que prometeu em nome da instituição.

Ao mesmo tempo, passados os efeitos pirotécnicos detonados por Camdessus, analistas mais atentos reforçam a tese de que o Fundo não mudará um milímetro as prioridades em relação ao ajuste fiscal e às contas externas a partir das reformas liberais.

O que teria tocado os tímpanos do FMI, levando-o a ouvir o grito dos pobres e sensibilizando-o para a cruzada em favor dos excluídos, foi um relatório-bomba do Banco Mundial. O documento alertava para a necessidade de uma mudança radical no panorama da pobreza, em que 1,5 bilhão de pessoas (27,7 milhões dos quais brasileiros) vivem com menos de 1 dólar por dia, podendo essa cifra chegar a 1,9 bilhão de pobres em 15 anos.

Nem a generosidade do FMI, nem o relatório-bomba do Bird aconteceram da noite para o dia. Há anos, organizações não-governamentais e analistas até mais conservadores mostravam ao Fundo que seus programas de ajustes estavam dificultando ainda mais a vida das camadas mais pobres da sociedade dos países mantidos sob o seu domínio financeiro em vez de ajudá-las. Da mesma forma, apontavam a falta de credi-

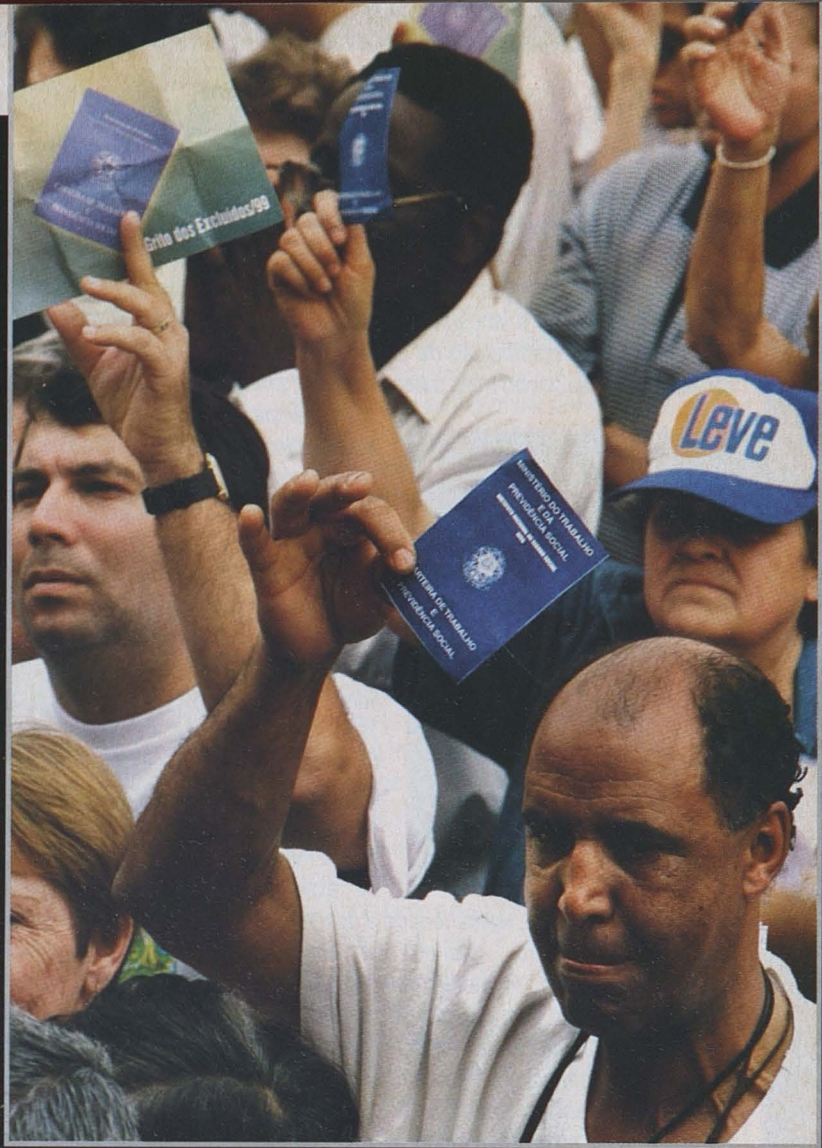
po



As seqüelas do modelo

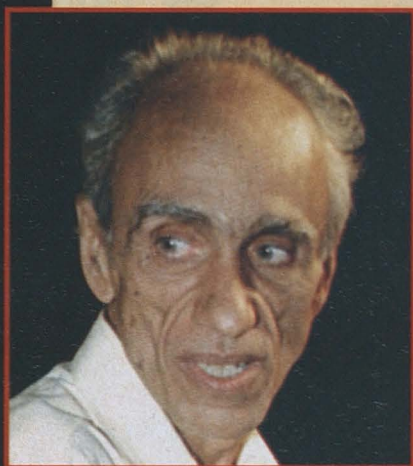
Depois de receitas neoliberais, a população da América Latina vive a incerteza da falta de emprego e enfrenta as consequências da dramática concentração de renda. Até o FMI anunciou-se sensibilizado com o grito dos pobres a partir de um relatório-bomba do Bird alertando para a necessidade de uma mudança radical no panorama da pobreza em que vivem 1,5 bilhão de pessoas, 27,7 milhões dos quais brasileiros

reza



Ação contra a fome

Até o final dos anos 80 ainda proliferavam ações clientelistas e centralizadoras, direcionando os recursos para alvos de interesses políticos. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) sobreviveu a esse período, dando sua cota de contribuição. Mas foi nos últimos meses de 1992, através da articulação de vários segmentos da sociedade civil, com o lançamento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com a distribuição de alimentos e outras ações nas áreas de educação e saúde, que a população mais carente do país sentiu o peso da solidariedade.



A campanha consagrada por Betinho está no ar pela Internet, através da home page Click Fome (www.clickfome.com.br) numa versão nacional do The hunger site (www.thehungersite.com), que se tornou um fenômeno de consultas, propiciando doações em várias partes do mundo.

Segundo o oficial de Projetos da Unicef, Luis Fernando de Lara Resende, a repercussão positiva da Ação da Cidadania, na qual se destacou a liderança de Betinho, fez com que o governo, em 1993, presidido por Itamar Franco, criasse o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Com o apoio do Ipea, o Consea colocou na agenda política do país a questão do combate à fome e à miséria como prioridade nacional.

Da experiência do Consea, que introduziu os princípios de parceria, solidariedade e descentralização nasceu, em janeiro de 1995, o Comunidade Solidária, atuando com dois fóruns interligados: o Conselho e a Secretaria-Executiva. Presidido pela primeira-dama, Ruth Cardoso, o Conselho da Comunidade conta com o apoio de importantes personalidades como Renato Aragão, Gilberto Gil, Regina Duarte, Dom Luciano Mendes de Almeida. Os recursos dos programas que integravam a Agenda Básica do Comunidade atingiram 2,4 bilhões de reais em 1998, ampliando o atendimento prioritário de 302 para 1.369 municípios. A redução da mortalidade e da desnutrição infantil; o aumento da frequência e do desempenho escolar e a construção de habitações e melhorias sanitárias são algumas conquistas do Comunidade, que está partindo este ano para a construção de uma Agenda Básica Local que possa desaguar na Agenda Nacional 2000. (SM)

bilidade do Banco Mundial, usado sempre como instrumento de política externa pelos países desenvolvidos.

"Não se esqueçam de que o Bird e o FMI formam a guarda pretoriana do famigerado Consenso de Washington", adverte o vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-RJ), economista Reinaldo Gonçalves.

Professor-titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele acha "tolice imaginar que cláusulas sociais serão levadas a sério pelo FMI, que atende diretamente aos interesses dos países desenvolvidos e, em particu-

lar, dos Estados Unidos (ver entrevista na pag 25).

Na reunião de Washington, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, ao anunciar um roteiro de metas, endossado pelo Grupo dos Sete (G-7) para reduzir a pobreza extrema nos países em desenvolvimento pelo menos pela metade até 2015, descobriu o que não quis ou não pôde enxergar nesses 14 anos de serviços prestados à instituição: "Era preciso ouvir o grito dos pobres e humanizar a globalização." Camdessus desfechou o que muitos consideram o maior golpe de Relações Públicas dos últimos anos.

Dias após o mea-culpa do Fundo, a Organização das Nações Unidas mostrou a escalada da miséria, ao revelar a existência hoje, no mundo, de 800 milhões de pessoas passando fome.

A decisão, ou *marketing*, do FMI forçou ainda mais uma mobilização no Brasil, principalmente do Congresso Nacional, para atacar a pobreza. A Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza já trabalha a proposta para convencer o governo a criar um orçamento social para combater a miséria. A vice-presidente dessa comissão, senadora Marina Silva (PT-AC), chegou a alertar que, "se a pobreza não fosse colocada logo em pauta, os políticos ficariam, na história, à direita do FMI".

Se depender da decolagem da agenda social do governo brasileiro, recheada de programas de grande porte como o carro-chefe Comunidade Solidária, das metas radicais do "novo FMI" e da ajuda do Bird para atacar a pobreza, a vasta legião de necessitados (em 1997, somava 54 milhões, dos quais 24 milhões vivendo abaixo da linha de sobrevivência), poderá, na virada do milênio, alimentar alguma esperança para encontrar a porta da promoção social. Não é um trabalho fácil. Afinal, o Brasil, classificado pelo nível de renda *per capita* (cerca de 5.600 de dólares) como um país relativamente rico no cenário internacional, é, ao mesmo tempo, extremamente desigual, apesar de mais de 75% da população mundial viverem em países com renda *per capita* inferior à sua, explica o economista Ricardo Henriques, da Diretoria de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Ele e os pesquisadores Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, também do Ipea, escreveram recentemente o trabalho "O combate à pobreza no Brasil - dilemas entre políticas de crescimento e de redução da desigualdade", enriquecendo o debate nacional sobre o tema. Esse trabalho desvenda, com gráficos e análises, o rosto sofrido

mas ainda esperançoso de um país, cuja renda média dos 10% mais ricos da população é cerca de 25 a 30 vezes maior que a dos mais pobres. Nos Estados Unidos a renda média dos indivíduos mais ricos é cinco vezes maior do que a dos mais pobres e na Argentina cerca de dez vezes.

Segundo o professor Reinaldo Gonçalves, os dados mostram que, "se o Brasil é campeão mundial na concentração de renda, ele certamente é um "tetracampeão" mundial na concentração da riqueza, uma vez que o grupo formado pelo 1% mais rico (cerca de 400 mil famílias) controla aproximadamente 53% da riqueza do país. Calcula-se que "a elite econômica brasileira detenha um estoque de riqueza de trilhões de dólares", acrescenta. Ele está convencido de que não é possível um projeto alternativo no Brasil sem que haja "uma drástica distribuição de riqueza, seguida por uma distribuição de renda e cultura, precedida, naturalmente, pela distribuição do poder".

"Não podemos ficar silenciosos diante de um quadro brasileiro que mostra uma minoria de ricos compondo um patrimônio individual em torno de 2 milhões 700 mil dólares e concentrando mais da metade das riquezas, enquanto 15 milhões de desempregados vagam pelos grandes centros urbanos do país", protesta o deputado federal Aloizio Mercadante (PT-SP), municiado com dados dos institutos de pesquisa.

Selvageria social

O exército de pobres brasileiros - sem casa, comida, escola para os filhos, saúde e sem recursos mínimos para a sobrevivência - compõe uma população igual à de países como a França e equivale a duas vezes à da Argentina. Há quarenta anos, eram 30 milhões e moravam no campo. Há trinta, eram 45 milhões, apareceram nas cidades e foram ocupando as favelas e a periferia. Há 20, começaram a chegar às ruas, transfor-

Empobrecimento real

Na foto acima, várias pessoas esperam na porta do Banespa durante o Dia Nacional da Luta, em 10 de novembro, organizado pelas centrais sindicais e os partidos de esquerda para protestar contra a política do governo brasileiro e do FMI. Abaixo, um homem deixa uma casa de câmbio no Rio de Janeiro; o BC do Brasil vendeu cerca de 50 milhões de dólares de suas reservas para impedir a disparada da moeda norte-americana, que chegou a ultrapassar a barreira de 2 reais no final de outubro



mando os grandes centros num território de excluídos. Fruto inevitável da selva-geria social, o pobre está brigando contra o pobre. Mesmo sem recorrer às estatísticas, ficou fácil descobri-los, já que viraram prato principal no cardápio da mídia.

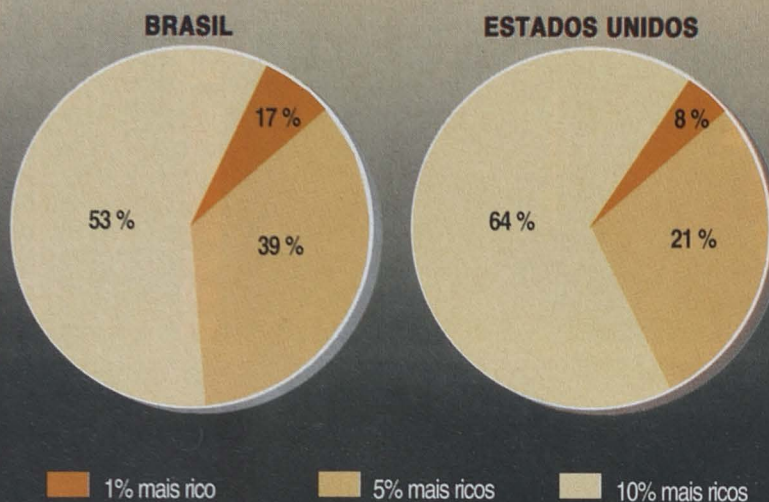
O presidente do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães, mostrou esse cardápio ao propor emenda constitucional criando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, para a execução nos exercícios de 2000 e 2001. Os recursos seriam usados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, renda familiar e outros programas voltados para a melhoria da qualidade de vida da população. Em documento entregue ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, pedindo apoio à sua proposta, o senador explicou que o fundo, composto por vários impostos já existentes, deve somar cerca de 4 bilhões de reais por ano, dinheiro administrado por um conselho neutro, sem a participação do governo e de organizações partidárias.

O senador baiano, que propôs também, com grande repercussão, a utilização de uma parcela da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no combate à miséria, disse em Nova Iorque que, mesmo aplicando 21% do PIB em programas sociais, o Brasil não tem conseguido retirar da pobreza cerca de 25% de sua população, nem diminuído a elevada concentração de renda do país. Já foram detectados alguns motivos que fazem com que os miseráveis não vejam nem a cor do dinheiro. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, reconhece que uma parte desses 21% do PIB gastos na área social - "que é o maior gasto social da América Latina" - não chega aos verdadeiros pobres do país. "É apropriada pelos não-pobres. Isso na previdência, na educação e na saúde", desabafou.

O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, dá seu aval à proposta da CPMF, sem, contudo, deixar de apresentar a sua: taxar em 10% o patri-

Concentração de Renda e Riqueza: Brasil

(em porcentagem)



Fonte: R. Gonçalves, "Distribuição de riqueza e retomada do desenvolvimento", *Teoria & Debate*, nº 14, maio, 1991, pp. 58-61. Notas: Dados referem-se ao final dos anos 90

mônio desse 1% de ricos da população que detém 53% da riqueza nacional. Com essa medida seriam arrecadados 100 bilhões de reais em cinco anos para financiar outros projetos sociais. Lula quer, ainda, reformular a cobrança do Imposto de Renda, com alíquotas crescentes para quem ganha mais, convertendo os recursos para um fundo de solidariedade para políticas de combate à miséria e de geração de empregos.

Responsável por um dos programas mais bem-sucedidos de erradicação da pobreza - o Bolsa Escola, adotado pelo quinto ano no Distrito Federal e já implantado em algumas centenas de outras cidades brasileiras e em outros países, o ex-governador Cristovam Buarque diz que "os ricos enriquecem em uma velocidade maior do que os pobres desempobrecem. Em breve ocorrerá em cada país um crescimento separado nos moldes sul-africanos do *apartheid* e até uma possível divisão da espécie humana em dois grupos distintos, que já não se sentirão semelhantes entre si". Mantida esta dinâmica, por mais 30, 50 anos, o corte

social será tão grande que não haverá possibilidade de reversão, observa o ex-governador. Jackson Lago (PDT/MA), prefeito de São Luís, capital do Maranhão, que adotou o Bolsa Escola, considera esse projeto um importante fator de distribuição de renda e de luta contra a pobreza.

O pesquisador Ricardo Henriques revela, porém, que, embora seja campeão de desigualdade, o país melhorou nos últimos vinte anos quanto à posse de bens de consumo duráveis (aparelhos de tv, geladeira, automóveis) e condições habitacionais, desenhando, assim, um perfil parecido com o dos países ricos. Esse status, no entanto, não pode ser comemorado com muito foguetório, pois, em sua trajetória, o país passou pela ditadura militar, nos anos 70, viveu a abertura, experimentou governos democráticos e planos de estabilização econômica, mas a desigualdade continuou estável, com pequenas variações. De 1977 para 1997, a desigualdade ficou totalmente estável. Os 40% mais pobres nunca chegaram a ter 10% da renda, enquanto os

mais ricos sempre mantiveram os 50% da renda, observa o pesquisador, lembrando que no Cruzado a pobreza oscilou, e após o Real sofreu uma redução mais significativa, "sem alterar, contudo, a desigualdade, indicador que nenhum governo até agora conseguiu reduzir para tornar o país mais justo". O economista Reinaldo Gonçalves acredita, porém, que em 98/99 a desigualdade deve ter aumentado ainda mais "na medida em que a recessão, o desemprego e a queda de renda atingem, em primeiro lugar, as camadas de renda mais baixa".

"Há países que são iguais e pobres, desiguais e pobres ou iguais e ricos. O Brasil é relativamente rico e muito desigual. Cuba é igual e não tem miseráveis, mas é mais pobre do que o Brasil que, por sua vez, tem menos igualdade do que Honduras, onde existe um número maior de pobres", exemplifica Henriques. Segundo ele, a proporção de pobres no Brasil encontra-se em 21,9 pontos percentuais acima do padrão internacional correspondente a países com nível de renda *per capita* similar ao seu. Esse índice reforça a tese de que a principal causa da pobreza é a péssima distribuição de recursos e não a sua escassez.

Atraso educacional

O trabalho do Ipea derruba um velho mito social que coloca o mercado de trabalho brasileiro como um forte gerador da desigualdade salarial. Nas tabelas do Instituto, a discriminação racial, sexo, e a segmentação (formal/informal, setorial, regional) desse mercado respondem por apenas 11% da desigualdade salarial. O principal determinante revelado por esse mercado é a heterogeneidade do acesso à educação dos trabalhadores, representando 40% dessa desigualdade. "Os principais responsáveis pelo crescimento econômico brasileiro vêm sendo, sistematicamente, o investimento em capital físico e o progresso tecnológico, enquanto a contribuição dos investimentos em capital humano se revela bem inferior,

ao contrário da maioria dos países, diz a equipe do Ipea.

Só daqui a dez anos o Brasil alcançará um nível educacional idêntico ao encontrado nos países que atualmente possuem renda *per capita* igual a sua, já que a escolaridade da população brasileira se expande a uma taxa próxima a um ano por década, informa Ricardo Henriques. Estado detentor do maior índice de pobreza do país, superando o Piauí, o Maranhão, onde 86% dos habitantes têm renda inferior a 132,00 reais mensais (ver **cadernos do terceiro mundo** nº 212), está em último lugar quanto ao número médio de anos de estudo da população com 25 anos ou mais, revela o Ipea.

"Para acabar com a heterogeneidade educacional, descontando esse atraso de uma década no setor, a educação média da população tem que passar de quatro para dez anos. O acesso diferenciado à educação criou um enorme conflito social no país", diz Henriques.

Ao ser sabatinada no Congresso, a secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Wanda Engel anunciou uma Agenda Social para o ano 2000, com a participação dos governos

federal, estadual, municipal, entidades não-governamentais, políticos, empresariado, universidades, voluntários, que atuarão numa frente coesa supra-ideológica, de assistência às camadas dos excluídos. A proposta é que cada um dos 27 estados da Federação escolha três indicadores sociais (meninos na escola, desnutrição, mortalidade infantil, por exemplo), transformando-os numa agenda de responsabilidade coletiva. Wanda Engel detectou a existência de dezenas de programas assistenciais ("num só Ministério havia 33") fazendo a mesma coisa. Denunciou também uma "febre de ONGs, que têm 90% dos seus trabalhos financiados com recursos públicos, embora muitas delas recebam, também, de outras fontes". Disse que "se não acabarem as carreiras solo, os programas sociais terão uma porta de entrada mas continuarão a ter dificuldades de encontrar a porta de saída". O governo gasta 84 bilhões de reais com os prejuízos sociais, como a violência, pelo desenvolvimento social não-realizado, lamenta. Para o economista Reinaldo Gonçalves, embora o governo gaste recursos "nada desprezíveis na área social", há ineficácia no sistema de avaliação dos programas,

Estoque Líquido de Riqueza Privada no Brasil: 1970/95

(valores em R\$ bilhões de 1995)

ANO	RIQUEZA PRIVADA	RIQUEZA PRIVADA/ PIB
1970	418.8	1.97
1975	682.0	1.99
1980	1025.2	2.09
1985	1265.9	2.42
1990	1577.8	2.75
1995	1856.5	2.82

Fonte: L. Morandi, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1997, pp. 64-69, p. 74, "Estimação da Riqueza Interna Tangível e Reprodutível - Brasil, 1970/95", Tese de Mestrado, Niterói, Faculdade de Economia, UFF

“O rosto sem endereço”

Marcado por uma história traumática de guerras, conquistas, retrocessos políticos, Angola é um retrato vivo da degradação humana fabricada pela pobreza, descreve Cesaltina Abreu, presidente do Fundo de Apoio Social (FAS), criado em 94 pelo governo angolano, mas mantido com recursos do Banco Mundial. De passagem pelo Rio de Janeiro, Cesaltina, que administra um crédito de 21,21 milhões de dólares repassado diretamente ao FAS pelo Banco Mundial para executar, com uma equipe de 97 técnicos, projetos sociais (escolas, postos de saúde, saneamento básico, mercados populares, entre outros), disse à **carteiros do terceiro mundo** que Angola, segundo o Índice de Desenvolvimento Social, encontra-se hoje entre os quatro países mais pobres do mundo, apesar de suas riquezas potenciais. Estudos sobre a formação desse índice deram ao indiano Amartya Sen o prêmio Nobel de economia do ano passado.

Para ela, pode-se contabilizar nas zonas urbana e rural cerca de 100 mil órfãos de guerra, parcela significativa de uma população de 12,5 milhões, integrada por militantes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional pela Libertação de Angola (Unita) e organizações que nas últimas décadas vêm se enfrentando. Em Angola, existem 12 milhões de minas, numa média de uma por pessoa, e 67% dos habitantes estão abaixo da linha de pobreza, acrescenta Cesaltina. A baixa expectativa de vida - 42 anos para homens e 44 para mulheres -, a alta taxa de mortalidade infantil (150 por mil nascimentos), o quadro negro da educação, com 70% das crianças do primeiro grau fora da escola, a delinquência e prostituição infanto-juvenil e o ingresso do país na rota das drogas fazem de Angola “um rosto sem endereço”, lamenta Amartya. (SM)

que, a seu ver, é falho ou praticamente inexistente. “Os recursos necessários para acabar com a “pobreza oficial” seriam de 33 bilhões de reais por ano, sendo 7 bilhões para erradicar a indigência. Esses valores são muito elevados em termos absolutos, mas correspondem a uma fração dos gastos com pagamentos de juros das dívidas interna e externa”, diz.

Fora dos holofotes que tentam focalizar seu destino, os miseráveis, passando fome no campo ou vagando pelas ruas das cidades implorando ajuda, esperam que alguma coisa boa aconteça em sua vida.

Qual é o futuro reservado para o contingente de um milhão e meio de crianças brasileiras submetidas ao trabalho escravo? Wanda Engel diz que para o orçamento do ano 2000 está sendo solicitado ao Banco Mundial um empréstimo na ordem de 250 milhões de dólares para

atender, em três anos, um total de 860 mil crianças envolvidas no trabalho penoso. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1995, 20% das crianças entre 10 e 14 anos trabalham. “Comparado com países de renda *per capita* e grau de desigualdade similares, o Brasil apresenta um vergonhoso desempenho, com a incidência do trabalho precoce representando um desvio de 5,1 pontos percentuais frente à norma da América Latina”, informa o Instituto.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RG) diz que o governo está muito tímido para enfrentar o problema das crianças fora da escola ou nos lixões, que exigem ações emergenciais e estruturais. “Uma sociedade com mais educação terá mais crescimento, mais renda e menos pobreza”, acentua.

O bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, recomenda aos governantes que não fiquem subordinados às regras do mercado, para poderem agir como promotores da cidadania. “Se agirem ao contrário, será difícil construir um pacto nacional em torno da pobreza”, avisa.

Políticas combinadas

O trabalho desenvolvido pelos pesquisadores Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça constata que a forma mais adequada para combater a pobreza no Brasil é a combinação de políticas estruturais com resultados duradouros, de longo prazo, com políticas compensatórias de resultados imediatos.

As políticas estruturais, explicam os especialistas, visam repartir a renda, garantindo aos indivíduos mais pobres a posse de um volume suficiente de capital ou de terra. Nesta categoria estão as políticas de reforma agrária, crédito de pequenos empresários e, sobretudo, aprimoramento do sistema educacional. Duradouras, elas se constituem num investimento de elevada taxa de retorno social.

As compensatórias buscam corrigir as desigualdades, através da transferência monetária ou de benefícios para atingir os grupos carentes da população. O programa de renda mínima, o abono salarial e o seguro desemprego são exemplos dessas políticas, cuja vantagem é a transparência na sua mecânica distributiva imediata. A desvantagem, segundo os técnicos do Ipea, é não apresentarem uma solução duradoura para a pobreza, jogando nas costas do Estado a responsabilidade do pagamento dessa dívida social.

As políticas de preço (salário mínimo, isenção de impostos para produtos alimentares básicos e crédito subsidiado para pequenos agricultores), analisadas pelos pesquisadores do Ipea, podem desequilibrar a economia.

ENTREVISTA ▲ **Reinaldo Gonçalves****Como enfrentar a miséria**

Apesar de a aplicação de um salário mínimo reduzir as desigualdades sociais, sabemos que uma má escolha do nível desse mesmo salário pode acarretar uma maior desigualdade e pobreza do que no caso limite da não-aplicação do salário mínimo.

De todas as políticas administradas, aquela que possui maior tradição e continuidade no combate à pobreza ainda é a do salário mínimo, utilizado de forma corrente em praticamente todos os países do mundo.

O salário mínimo reproduz uma forma de intervenção no mercado de trabalho e tem como função principal reduzir a pobreza e a desigualdade.

O programa Bolsa Escola, do ex-governador Cristovam Buarque, classificando como política compensatória, alcançou grande sucesso por ter vislumbrado também resultados a médio e longo prazos. "Paga-se um salário mínimo mensal a cada família para que seus filhos estudem, no lugar de trabalharem.

A renda mensal paga aos pais para desempenharem as funções de guardiães da educação dos filhos representa um emprego social que vem sendo defendido por governos europeus, como a França.

Para todos os quatro milhões de crianças que trabalham no Brasil, uma Bolsa Escola média de meio salário mínimo, 68,00 reais por mês, custaria 1,3 bilhão por ano, considerando uma média de 2,5 filhos na escola para cada família. "É um valor que o Banco Central do Brasil gastou para salvar um dos menores bancos do país durante a desvalorização cambial de janeiro deste ano. Esse valor equivale a 0,1% do PIB (900 bilhões de reais) e menos de 0,5% do total da receita do setor público brasileiro.

Para Ricardo Henriques, o país precisa de programas bem focalizados, como os do ex-governador Cristovam Buarque. "É uma questão de reengenharia da política social para que os pobres assimilem e respondam ao que está sendo oferecido para livrá-los da miséria", completa o pesquisador. ■

A redução drástica do absurdo grau de concentração da riqueza e da renda no Brasil deve ser uma das diretrizes centrais de um modelo alternativo para combater a escalada da miséria que, na virada do século, contabilizará não menos que 60 milhões de pobres e indigentes. Podem chegar até 75 milhões, se forem consideradas metodologias diferentes do que as indicadas pelos dados oficiais. Quem adverte é o vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-RJ), economista Reinaldo Gonçalves, autor do livro *Globalização e desnacionalização*.

Em entrevista exclusiva à *cadernos do terceiro mundo*, ele ataca o Bird e o FMI, ao afirmar que a arquitetura financeira internacional defendida por essas duas instituições que formam a guarda pretoriana do Consenso de Washington agravará ainda mais os problemas da miséria e da pobreza no mundo. O economista faz um diagnóstico da exclusão social no Brasil e diz que não basta dar "pão aos pobres" ou somente "ensiná-los a pescar". Antes de tudo, recomenda, "é necessário dar ao pobre a posse da rede e do barco de pesca, com redistribuição da riqueza".

O Brasil e uma boa parcela dos países endividados ainda estão anestesiados pelo efeito da "cruzada" contra a pobreza anunciada pelo FMI e o Bird na reunião de Washington. O senhor acredita que esta "cruzada" é para valer mesmo?

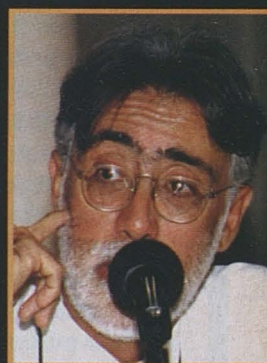
Reinaldo Gonçalves - Essa cruzada contra a pobreza é mais um exercício de propaganda e *marketing* desses órgãos internacionais. As duas instituições têm fracassado de forma rotunda, principalmente nos últimos 20 anos. As críticas à atuação dessas entidades têm crescido nos últimos anos, inclusive as críticas de forças mais conservadoras.

Por que só agora, após anos a fio de castigo imposto aos seus devedores, o FMI, através do seu diretor-gerente, Michel Camdessus, reconhece que "é preciso ouvir o grito dos pobres e humanizar a globalização?"

RG - O "factóide" do Camdessus com relação à questão da pobreza expressa as pressões que o FMI tem sofrido. A gestão Camdessus no FMI foi um fracasso. Não é por outra razão que ele pediu demissão, melhor dizendo, foi obrigado a pedir demissão no início de novembro.

"É necessário dar ao pobre a posse da rede e do barco de pesca, com redistribuição da riqueza"

Reinaldo Gonçalves



A nova arquitetura financeira propagada pelo FMI pode atingir a meta de reduzir, pelo menos à metade, em 2015, a pobreza extrema nos países em desenvolvimento?

RG - Qualquer nova arquitetura financeira internacional que preserve o FMI só tende a agravar os problemas da miséria e da pobreza no mundo. Não se deve esquecer do óbvio: o FMI é um instrumento de política econômica externa dos países desenvolvidos em geral, e dos Estados Unidos, em particular. Este instrumento é usado com o propósito único de se alcançar objetivos específicos que interessam aos governos dos países desenvolvidos e ao sistema internacional.

Os cortes de gastos recomendados pelo FMI para recuperar as economias da Rússia, do Sudeste da Ásia e da América Latina, atingidas pela crise iniciada em 1997, fizeram esses países mergulharem em recessão ainda mais severa. As novas regras sociais anunciadas pelo FMI e o Bird para socorrer os países pobres correm o risco também de fracassarem?

RG - A orientação básica do modelo de ajuste do FMI expressa-se na contração dos gastos públicos e privados. Isto significa menos crescimento e menor disponibilidade de recursos para enfrentar os problemas sociais. O objetivo central do FMI é gerar recursos para que os países paguem os compromissos internacionais, sobretudo os juros da dívida externa.

O Bird admite que os esforços para reduzir a pobreza não tiveram os resultados esperados e que o fosso entre pobres e ricos aumentou. Qual a cota de responsabilidade do banco para esse fracasso?

RG - A situação do Banco Mundial é tão grave quanto a do FMI. Há décadas, o Bird vem perdendo credibilidade. As várias tentativas de reforma e as suas autocríticas não melhoraram em nada a situação. O Bird é uma instituição incompetente e retrógrada, que também tem sido usada como instrumento de política externa pelos países desenvolvidos. Há anos os analistas têm defendido o fechamento do FMI e do Bird. A proposta é fechar as duas instituições e com o capital delas criar um Banco Internacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bides) sob o controle da sociedade civil mundial. Os tomadores de decisão seriam escolhidos entre os principais representantes da sociedade civil internacional, mediante, por exemplo, um procedimento parecido com o que se usa para se escolher os ganhadores do prêmio Nobel. Haveria indicações e votação.

O Brasil poderia ser representado com personalidades como Dom Mauro Morelli (CNBB), Cândido Grybowski (I-base) ou Marcos Arruda (PACS).

A pobreza virou, no Brasil, prato principal do cardápio político. O que os pobres podem esperar de toda essa discussão?



"O Banco Mundial é incompetente e retrógrado, e tem sido usado como instrumento de política externa pelos países desenvolvidos. Os analistas defendem o fechamento do FMI e do Bird. Com o capital de ambas instituições, seria criado um Banco Internacional de Desenvolvimento Econômico e Social, sob o controle da sociedade civil mundial"

RG - O tema da pobreza deve crescer ainda mais na agenda política nacional como resultado da própria degradação econômica e do esgarçamento do tecido social. Além da gravidade do tema reconhecido e tratado permanentemente pelos políticos de esquerda (Lula apresentou em 1994 um programa de segurança alimentar orientado para o combate à miséria e à pobreza), deve-se notar que o tema da pobreza pode trazer benefícios para políticos de direita no contexto das campanhas eleitorais e das suas práticas marcadas pelo oportunismo e pelo clientelismo, como é o caso do senador Antônio Carlos Margalhões.

Qual a receita mais indicada para alterar o quadro social desenhado pelos institutos de pesquisa, mostrando que a renda média dos 10% mais ricos da população brasileira é cerca de 25 a 30 vezes maior que a dos mais pobres?

RG - A pobreza no Brasil é o resultado da desigualdade da renda que, por sua vez, é gerada pela concentração da riqueza. A única saída para os problemas da miséria e da pobreza no país é a distribuição radical de renda e riqueza. Da riqueza

extraí-se renda e com a renda as pessoas habilitam-se a comprar bens e serviços que eliminam a pobreza. É preciso distribuir ativos para os pobres. Esses ativos são terra, capital e educação.

O Brasil, segundo estudiosos, precisará de uma década para tirar o atraso e alcançar um nível educacional igual ao de países que possuem renda per capita igual à sua. Os programas de promoção social traçados pelo governo, como o Comunidade Solidária, ou pela oposição, como o Bolsa Escola, podem zerar esse atraso?

RG - A educação é fundamental para a cidadania. Mas somente os conservadores centram o combate à pobreza na questão da educação. Primeiro, a educação tem retorno a longo prazo. Segundo, o desenvolvimento tecnológico e o reduzido dinamismo econômico podem resultar em baixo retorno para os investimentos em educação. No Brasil, há desemprego de mão-de-obra qualificada. Terceiro, o investimento em educação é mais relevante no caso dos jovens. Uma senhora de 50 anos, chefe de família, não tem como se beneficiar diretamente de

investimentos em educação para resolver o problema da pobreza. Neste caso, é fundamental um programa de garantia de renda mínima. Um indivíduo pobre de 40 anos não vai deixar de ser pobre por meio de educação. Neste caso, faz mais sentido fornecer crédito e terra. Para isto, é fundamental uma radical distribuição de riqueza.

Explique melhor essa postura dos conservadores em centralizar o debate da pobreza na educação.

RG - Os conservadores no Brasil tendem a exagerar a importância da educação com o propósito de desviar a atenção do debate sobre a distribuição de riqueza. É verdade que o pobre é pobre porque não tem educação, mas também é óbvio que o pobre não tem educação porque não tem renda. Ocorre que ele não tem renda porque não tem riqueza. O fundamental não é a educação e sim a posse de riqueza.

A combinação de políticas estruturais, com resultados duradouros, como a reforma agrária, com políticas compensatórias, de resultados imediatos, como o programa de renda mínima é, a seu ver, a fórmula mais adequada, no caso brasileiro, para combater a desigualdade e a pobreza?

RG - O combate à pobreza tem que caminhar sobre duas pernas. A perna direita ou "da direita" refere-se a programas específicos de natureza compensatória e envolve transferências de fluxos de bens, serviços e renda. A perna esquerda trata da distribuição de ativos (terra, capital e educação).

Neste último caso, creio que o mais importante, no médio prazo, não seja tanto o investimento em educação quanto a posse de ativos produtivos que permitirão ao pobre mobilizar seu trabalho e outros fatores de produção para a obtenção da renda, que lhe vai tirar da situação de pobreza.

A utilização de parte dos recursos obtidos com a cobrança da CPMF destinada a projetos de erradicação da pobreza, defendida pelo senador Antônio Carlos Magalhães, pode dar bons resultados?

RG - As propostas da direita são, na melhor das hipóteses, inócuas e injustas e, na pior, contraproducentes e perigosas. A pro-

posta do presidente do Congresso Nacional é falha tanto do ponto de vista financeiro quanto organizacional. Os recursos propostos são escassos e baseiam-se em uma colcha de retalhos tributários.

Veja o caso da CPMF. Este é um imposto altamente regressivo. Um trabalhador que compra leite e remédio para seus filhos no valor de 100 reais paga o mesmo imposto que as elites que compram uísque importado para as suas noites.

Neste sentido, a esquerda tem uma proposta concreta, através de um sistema de alíquotas progressivas. Saques de até 500 reais não pagam CPMF; de 500 até 5 mil reais pagam 0,5% e deste valor até 10 mil pagam 0,75%, e assim por diante.

Do ponto de vista organizacional e operacional, o tal Conselho Nacional de Combate à Pobreza proposto por Antônio Carlos Magalhães é perigoso porque, na realidade, vai se transformar numa mega-Sudene, que resultará num gigantesco balcão para práticas clientelistas e populistas.

O país está preparado para enfrentar o desafio da exclusão social no próximo século?

RG - Além dos 54 milhões de pobres computados até 1997, mais uns três milhões de pessoas engrossaram a legião dos excluídos em 1998 e 1999, devido ao crescimento da população. Se considerarmos o aumento do desemprego e a queda da renda real, é provável que os pobres já sejam 60 milhões.

O combate à exclusão depende de mecanismos efetivos de acesso ao mercado de bens, serviços e meios de produção para as populações carentes.

Além das condições de acesso aos serviços públicos básicos. No Brasil, para que haja menos exclusão social e menos pobreza, é necessário que haja menos riqueza concentrada nas mãos da elite econômica.

Não basta dar "pão aos pobres", por meio de políticas compensatórias. Não basta também "ensinar a pescar", através de investimentos na educação.

É necessário dar ao pobre a posse da rede e do barco de pesca, com a redistribuição da riqueza. (SM) ■

CAPA

Bolsões de miséria

Segundo um trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), uma pessoa com só um ano de escolaridade tem 75% de possibilidades de ser pobre. Esse percentual cai para 62% se a pessoa tiver entre um e quatro anos de estudo; para 41%, se o nível de escolaridade for de quatro a oito anos e para 20%, se for entre oito e doze.

Para quem tem mais escolaridade, cai para 2% a probabilidade de ser pobre. Ou seja, o estudo comprova que uma boa educação quase elimina tanto a pobreza quanto a miséria.

Em 1990, segundo constatou em pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha 64 milhões de pobres.

Já os dados divulgados pelo Ipea em 1992 colocavam a cifra no patamar dos 32 milhões. Recentemente, um mapa divulgado pelo Ministério da Integração Nacional, cruzando dados como renda, desnutrição e analfabetismo, em todo o Brasil, mostrou que em todas as treze regiões em que se pode subdividir o país existe pobreza.

As áreas com índices insuficientes de desenvolvimento humano (IDH) apresentam indicadores comparáveis aos de países africanos. No entanto, o território é equivalente ao de quatro Alemanhas e a população é duas vezes a de Portugal: 26 milhões de pessoas.

Nada menos que 600 municípios, espalhados por todo o território nacional estão afetados pela pobreza. O estudo também mostrou que há misérias em zonas com muita água e floresta, como no Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste e não apenas no Nordeste, famoso pelas secas.

A Oposição une-se em um programa de salvação nacional

A nação não será destruída

Os líderes da Oposição e destacadas personalidades nacionais no campo dos governos, do sindicalismo, da cultura e das artes lançam um manifesto à nação

O manifesto "Em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho" foi apresentado ao país, em uma concorrida reunião no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

O documento tem duas partes, uma análise objetiva da situação nacional e uma proposta de programa, não apenas com os principais problemas nacionais, mas, igualmente, indicando soluções.

Vejamos alguns trechos:

Renúncia à soberania - A Nação foi submetida a extraordinária campanha de desestímulo que, operada a partir da Presidência da República, visava a impor ao nosso povo a descrença em sua capacidade de edificar seu próprio destino. Tínhamos de esquecer a epopeia dos que construíram este país e nos integrar, com a renúncia à nossa soberania,

na nova ordem do mundo: a ordem da pobreza, a ordem "globalizada" da guerra, da "competitividade" desigual, do desemprego, do endividamento das nações, da insegurança coletiva, da recessão, da violência.

A submissão das elites - Foi desorganizada e desnacionalizada a infraestrutura de nosso País, concentrada em monopólios e oligopólios privados. A promessa de uma nova potência industrial transformou-se em maior empobrecimento. Tudo com a complacência e a submissão de nossas elites.

A ameaça da Alca - Uma das últimas e mais graves ameaças à sobrevivência autônoma de nossos países é a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), imposta pelos Estados Unidos ao continente, e à qual o Brasil poderá aderir até 2005, se forem mantidos os compromissos assumidos pelo governo

federal. A Alca, uma vez efetivada, incorporará ao território dos Estados Unidos (88% do PIB da região) os territórios dos 33 países das Américas (12% do PIB), absorvendo, com os territórios, a economia, a política, a autonomia, a independência e a cultura de nossos países, que também terão renunciado ao direito à soberania e à história própria.

Um quadro dramático - O dia a dia dos brasileiros assume ares de tragédia; as condições de vida da ampla maioria de nosso povo tornam-se degradantes, com o desemprego atingindo patamares insuportáveis.

O desemprego recorde atinge cerca de 20% da população economicamente ativa nas regiões metropolitanas. Desde 1995, o País perdeu milhões de empregos. Crescem a concentração de renda e a exclusão social, o subemprego, a pre-

A Mesa que presidiu a reunião na Câmara de Deputados ao início do hino nacional



Signatários iniciais do Manifesto

carização nas relações do trabalho e o número de pobres. Depois de tantos anos de experimento neoliberal, o Brasil ostenta índices obscenos de desigualdade social. Dos nossos 160 milhões de brasileiros, cerca de 44% sobrevivem com menos de dois dólares de renda diária. Nada menos de 17% dessa população acima de 17 anos é analfabeta. Nossa força trabalhadora tem apenas pouco mais de três anos de estudos escolares, contra 12 anos na Ásia. Segundo dados do Banco Mundial, em nenhum outro país os 10% mais ricos são tão ricos. Eles ficam com 48% de toda a renda nacional!

A violência - Em 15 anos de aparente reconstrução democrática, regredimos. Se não sofremos mais a violência política da ditadura militar, nossa população vive apavorada, seja nas cidades, seja nas zonas rurais, acuada pelas balas de uma guerra civil não-declarada. Vivemos um cotidiano de mortes construindo a banalização da violência.

A especulação financeira - O predomínio da especulação financeira resulta em lucros fabulosos e concentração de riqueza, enquanto nós, o povo, milhões de brasileiros honestos e trabalhadores, arcamos com o peso de uma dívida pública de 500 bilhões de reais e uma dívida externa de 240 bilhões de dólares. Os mesmos acordos impõem ao Brasil a proibição de adotar qualquer mecanismo de defesa de nossa economia contra a competição internacional.

Medidas decisivas - Denúncia dos acordos com o FMI para possibilitar a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento. Renegociação soberana das dívidas interna e externa para assegurar recursos para o novo modelo do País e a inserção soberana do Brasil na economia mundial. O País soberano não admitirá a dolarização de sua economia.

Um programa urgente - Política de emprego e combate ao desemprego. Programas emergenciais descentralizados de combate à fome e às calamidades sociais, particularmente à seca do Nordeste, alimentados, de um

Abdias do Nascimento, Afonso Arinos de Melo Franco, Aldo Arantes, Aldo Lins e Silva, Aldo Rebelo (deputado), Almino Afonso, Aloizio Mercadante (deputado), Anthony Garotinho (governador), Antônio Carlos Valadares (senador), Antonio Ibañez Ruiz, Ariano Suassuna, Arlindo Chinaglia (deputado), Aziz Nacib Ab'Saber, Barbosa Lima Sobrinho, Bautista Vidal, Carlayle Guerra de Macedo, Carlos Lessa, Célio de Castro (prefeito), Celso Antonio Bandeira de Mello, Celso Furtado, Cristovam Buarque, Dilma Rousseff, Edmilson Rodrigues (prefeito), Eduardo Suplicy (senador), Emir Sader, Eros Grau, Evandro Lins e Silva, Fábio Comparatto, Fernando Haddad, Francisco Guarnieri, Frei Betto, Goffredo da Silva Telles, Helgio Trindade, Hermann Baeta, Hesio Cordeiro, Jackson Lago (prefeito), Jamil Haddad, João Alberto Rodrigues Capiberibe (governador), João Amazonas (presidente do PCdoB), João Luís Duboc Pinaud, João Pedro Stédile (MST), João Piza, Jorge Mattoso, Jorge Viana (governador), José Afonso da Silva, José Dirceu (deputado e presidente do PT), José Genoíno (deputado), José Luís Fiori, José Orcílio da Silva - Zeca (governador), José Renato Rabelo, José Roberto Batocchio (deputado), Juana Nunes (presidente da Ubes), Kátia Born (prefeita), Lawrence Pih, Leonel Brizola (presidente do PDT), Licia Peres, Lucélia Santos, Luís Fernando Veríssimo, Luís Inácio Lula da Silva (presidente de honra do PT), Luiz Pinguelli da Rosa, Luíza Erundina (deputada), Manoel José dos Santos (pres. Contag), Marcelo Lavenere, Marco Aurélio Garcia, Marcos Dantas, Maria da Conceição Tavares, Maria Victoria Benevides, Marina Silva (senadora), Mauro Morelli (bispo), Miguel Arraes (presidente do PSB), Milton Santos, Moacir Werneck de Castro, Moacyr Félix, Neiva Moreira (deputado), Oded Grajew, Olívio Dutra (governador), Osny Duarte Pereira, Paes de Andrade, Paulo Bonavides, Raul Pont (prefeito), Raymundo Faoro, Renato Oliveira, René Dreyfus, Roberto Amaral, Roberto Lindemann, Roberto Requião (senador), Roberto Saturnino Braga (senador), Ronaldo Lessa (governador), Sebastião Rocha (senador), Sérgio Mambert, Sócrates Brasileiro Sampaio Vieira, Tânia Bacelar, Tarso Genro, Theotônio dos Santos, Thomas Balduino (bispo), Valdir Pires (deputado), Vicente Paulo da Silva (presidente da CUT), Vivaldo Barbosa (deputado), Wadson Ribeiro (presidente da UNE), Wilma Maria de Faria (prefeita), Zuleide Farias de Mello (presidente do PCB).



Parte da numerosa assistência que concorreu ao Auditório Nereu Ramos

lado, pela ampliação dos investimentos públicos, de outro pelos resultados do combate à sonegação e à corrupção, com a redução drástica dos subsídios a grandes empresas. Reforma administrativa que elimine vantagens e privilégios nas estruturas mais elevadas da administração pública nos três poderes, e aumente a eficiência do aparelho pú-

blico. Aumento emergencial e substantivo do salário mínimo.

Luta e esperança - A Nação não será destruída. O destino do povo não será trapaceado.

Nossa juventude tem o direito de poder acreditar no seu futuro e no futuro do Brasil, no futuro de um mundo melhor, que saberá construir. ■

CPI toma novos rumos

Bancos e "peixes graúdos" na mira das investigações

Memélia Moreira

A Comissão Parlamentar de Inquérito já se distingue das iniciativas que, anteriormente, visavam a combater o narcotráfico e que, em geral, desencadeavam a repressão na ponta, ou seja, nos elementos mais modestos da distribuição da droga.

A partir, sobretudo, do depoimento do narcotraficante colombiano Joaquim Hernando Castilla, especializado em lavagem de dinheiro, e das audiências públicas em Campinas, a CPI levantou a mira e já tangencionou o esconderijo dos "peixes graúdos".

Hernando confessou que participou da lavagem de cinco milhões de dólares pertencentes ao Cartel de Cali e adiantou que o esquema dos contrabandistas colombianos no Brasil movimentou 600 milhões de dólares, contando com a cumplicidade de bancos.

Citou como envolvidos nessas operações criminosas agências do Banco Real (Goiás), do HSBC (Paraná), do Unibanco (Minas Gerais) e do Bozano Simonsen (São Paulo). Há indicações escriturais de que através do sistema de transferência de dinheiro para o exterior (CCS) foram enviados para fora do país, só pelas agências de Foz do Iguaçu, mais de quatro bilhões e duzentos milhões de dólares, que podem ter favorecido a lavagem de dinheiro do narcotráfico.

Os bancos referidos são cinco: três privados, Bemge, Araucária e Rural, e dois estatais, Banco do Estado do Paraná e, com quantia menor, o Banco do Brasil.

Coincidência ou não, as referências nas últimas investigações a bancos e "peixes graúdos", mesmo ainda sujeitas a investigações posteriores, coincidiram com

as críticas e campanhas subterrâneas sobre os procedimentos da CPI.

Essas restrições, mesmo veladas, mobilizaram a Câmara em defesa da CPI e de apoio ao seu trabalho. O presidente da Comissão, deputado Magno Malta, refutando essas campanhas, informou que já foram presos 115 bandidos. "Vivemos em um Estado democrático de direito e em nenhum momento temos sido ofensivos e desrespeitosos com as pessoas", disse.

Palhares não convenceu

Com o depoimento do legista Fortunato Badan Palhares, a CPI do Narcotráfico entra numa nova fase, explicando alguns assassinatos acontecidos nos últimos dez anos, em que as pessoas mortas tinham vinculação direta ou indireta com os nomes envolvidos no crime organizado no Brasil. Palhares admitiu em seu depoimento ter cometido falhas em seus laudos, sem citar, entretanto, quais as mortes cujos laudos não estavam corretos.

Seu depoimento, com mais de oito horas de duração, não convenceu os integrantes da CPI. Em relação às suas contas bancárias, Palhares garantiu não movimentar contas no exterior e disse que faturava cerca de 280 mil dólares por ano não apenas com os seus salários na universidade de Campinas, mas como legista proprietário de dois laboratórios. O caso mais rumoroso invocado nos interrogatórios é o do assassinato do empresário Paulo César Farias e de sua namorada, Suzana Marcolino. Irmão do deputado Augusto Farias, que já prestou depoimento na CPI, PC Farias e Suzana foram encontrados mortos na casa do empresário em 1996 e Palhares assinou o laudo afirmando que foi

um assassinato seguido de suicídio. Ele manteve a versão de que Suzana teria morto PC.

Na época houve um protesto violento do legista alagoano Jorge Sanguinetti, que até hoje rejeita essa tese. Outro laudo sobre o qual recaem dúvidas é o do vice-governador da Paraíba, Raimundo Asfora, encontrado morto, em 1987. Palhares concluiu pelo suicídio e o legista gaúcho Domingos Torchetto desmentiu seu colega afirmando que a tese do suicídio era insustentável por causa da posição em que foi encontrado o corpo do vice-governador.

Além desses dois laudos, Palhares foi responsável também pela perícia do corpo de José Antonio Brito Júnior, de 13 anos, filho de um gerente do Banco do Brasil de São Luís. O garoto foi encontrado morto depois que seu pai recusou um pedido de empréstimo feito pelo ex-deputado estadual, José Gerardo. Palhares, sem ter feito exame de DNA em Brito Júnior, garantiu que se tratava do corpo de uma outra pessoa.

Gerardo foi cassado, em memorável sessão da Assembléia por 40 votos em 42 deputados (só faltou o seu e o do seu assessor, Francisco Caica). E, com prisão decretada pela Justiça do Maranhão, foi finalmente detido no Distrito Federal e levado a São Luís, onde se encontra recolhido em um batalhão da Polícia Militar. O primeiro dos 20 inquéritos a que responde é pelo assassinato do delegado Stênio Mendonça. Quando Gerardo chegou ao aeroporto de São Luís, enfrentou a hostilidade de centenas de pessoas clamando por justiça.

Os laudos polêmicos e as explicações do mais conhecido legista brasileiro provocaram uma reação do deputado

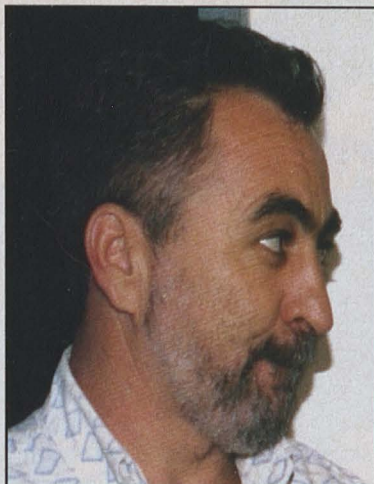
Magno Malta (PTB-ES). Depois de ouvir o depoimento de Palhares, o parlamentar afirmou que o legista "deixou ainda mais dúvidas do que antes". Por essa razão, continuará sendo investigado.

O deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) garantiu que já tem elementos para indiciar o legista, que ficou conhecido no mundo inteiro quando da descoberta da ossada do carrasco nazista Joseph Mengele.

Palhares que só foi depor porque o Supremo Tribunal Federal negou-lhe um *habeas corpus* para não comparecer à Comissão, num despacho onde o ministro Nélson Jobim afirma que a CPI está agindo estritamente dentro da lei.

Até o fechamento desta edição seria submetido a uma acareação com seu colega, Jorge Sanguinetti, o primeiro a levantar suspeitas sobre as perícias das mortes de PC Farias e Suzana Marcolino.

Nenhum dos depoentes submetidos à acareação saiu ileso, entre eles o empresário William Sozza e o ex-deputado José Gerardo, que ficaram frente a frente com o motorista Jorge Meres, o homem que en-



Jorge Meres: depoimento chave para o avanço das investigações na CPI

tregou parte do esquema do narcotráfico e do crime organizado no Brasil.

Depois do ex-deputado Hildebrando Pascoal, que teve seu mandato cassado em setembro, a partir do pedido feito pela CPI do Narcotráfico, e do pedido de cassação de seu suplente, José Aleksandro, a Comissão iniciou uma operação de limpeza em todo o país, começando pelo Maranhão. Esse estado instalou sua própria Comissão Parlamentar de Inquérito

e abriu processo contra o deputado Francisco Caíca, ex-assessor de Abreu e réu confesso em alguns crimes cometidos por seu ex-patrão.

No Rio, a CPI chegou a nomes importantes, inclusive de empresários, descobrindo também pistas de pouso clandestinas, operadas pelo narcotráfico, em Angra dos Reis, no litoral sul do estado. E, em novembro, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais anunciou sua decisão de instalar uma CPI para colaborar na tentativa de desbaratar o crime organizado no país.

Além de amplo apoio parlamentar e popular, a CPI do narcotráfico conta com o reconhecimento de prestigiosas entidades do país.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) cujo presidente é Dom Jaime Chemello, distribuiu nota incentivando os parlamentares da comissão - que entra em recesso a partir de 15 de dezembro, retornando em fevereiro - a "identificar todos os envolvidos em crimes organizados" e conclamando a sociedade brasileira a apoiar o seu trabalho, para que seja possível continuar as investigações. ■

O apoio dos partidos

O presidente Michel Temer reiterou o apoio da Câmara ao "excelente trabalho da CPI, que tem dignificado a Casa". Outras manifestações no plenário:

"Nenhuma CPI engrandeceu tanto esta Casa quanto a do narcotráfico, demonstrando ao país que a impunidade não prevalecerá."

Dep. Inocêncio de Oliveira, líder do PFL

"A Comissão está combatendo o crime não apenas no terceiro ou quinto escalões, mas descobrindo e desvendando o esquema que favorece a lavagem de dinheiro e a sustentação do crime organizado."

Dep. José Genoíno, líder do PT

"Em São Luís, Maranhão, o povo cantou o Hino Nacional às portas da Assembléia Legislativa. Em Campinas, onde esteve a Comissão, também houve manifestações dessa natureza."

Em todos os estados brasileiros, inclusive no meu, Rio de Janeiro, a população tem demonstrado apoio. Ela começa a apanhar pelos seus êxitos e não pelos seus fracassos."

Dep. Miro. Teixeira, líder do PDT

"Em momento algum poderíamos deixar de tornar público o apoio total e irrestrito à CPI do Narcotráfico."

Dep. Odelmo Leão, líder do PPB

"Em nome da minoria que acha que as drogas devem ser legalizadas - aqui é minoria -, peço que, se vai haver repressão, que seja inteligente, como a que está sendo feita."

Dep. Fernando Gabeira, do PV

"Essa CPI é como uma cruzada contra os fariseus que querem transformar o nosso país na pátria do narcotráfico."

Dep. Roberto Jefferson, líder do PTB

"Sabem por que esta CPI vem encontrando tanto apoio do país? Porque está tentando corrigir dois problemas que a sociedade brasileira considera dos mais graves nos dias de hoje: a droga e a impunidade"

Dep. Nelson Proença, pela liderança do PMDB

"O trabalho desempenhado pela CPI há muito saiu dos limites do Parlamento e alcançou as ruas. Pela primeira vez seu foco são os grandes responsáveis pela organização do narcotráfico no país."

Dep. Aécio Neves, líder do PSDB

"A sociedade brasileira começa a acreditar na possibilidade de se acabar com a impunidade e com o crime organizado."

Dep. Luíza Erundina, líder do PS

O crime da riqueza

Única forma de abalar o império do crime organizado é desestruturar seu esquema empresarial

Procópio Mineiro

O crime organizado espalha-se em nosso país, porque encontra campo aberto para crescer. O Brasil não criou os mecanismos legais eficientes para combater esse tipo de atuação criminosa. Falta investigação de inteligência permanente para mapear e desarticular essas organizações. Falta ainda a compreensão de que a prisão de chefões e pés-de-chinelo representa pouco, porque nesse processo os indivíduos são substituíveis, mas a empresa permanece. Somente se desarticulará o crime organizado, quando se desmontar o esquema empresarial que o sustenta. Crime organizado envolve, por definição, corrupção e infiltração no aparelho estatal.

Estes grandes traços da alta criminalidade resultam de muitos anos de estudos do professor e procurador federal Rodolfo Tigre Maia, que já lançou três livros sobre o tema. O mais recente é *Lavagem de dinheiro* (Ed. Malheiros, SP, 1999, R\$ 20), que analisa a Lei 9.613/98, que estabelece formas de combate ao movimento financeiro do crime organizado, especialmente o narcotráfico. As outras duas obras do autor são *Crimes contra o sistema financeiro nacional* (Ed. Malheiros, 1996 - 2ª ed. 1999) e *O Estado desorganizado contra o crime organizado* (Ed. Lumen Iuris, 1997).

Segundo o procurador, a lógica do sistema capitalista é o lucro, e neste re-

side o estímulo às atividades ilegais que geram importantes retornos financeiros. Por se transformarem em grandes negócios, os resultados do crime organizado promovem o surgimento de uma teia empresarial de sustentação, envolvendo múltiplos setores capazes de legalizar o dinheiro ilícito e de dinamizar a ação criminosa.

Na opinião de Tigre Maia, o fator empresarial do crime organizado tem sido deixado em segundo plano pelos setores encarregados de dar combate ao fenômeno delituoso. Privilegia-se, no caso do narcotráfico, a caça ao varejo do sistema, o vendedor da droga nas favelas ou seu gerente. "A opção limitada à captura desses traficantes pés-de-chinelo representa pouco. Mesmo a prisão de eventuais chefões em nada abala o sistema criminoso, pois esse tipo de or-

ganização pode prescindir das pessoas e substituir facilmente as que caírem nas malhas da lei. Isto ocorre porque o negócio já não depende de uma pessoa ou outra, como em quadrilhas comuns, mas envolve interesses extensos de nível empresarial, dotados de uma força capaz de sustentar o movimento ilícito, mesmo com a perda de um ou muitos indivíduos", explica o procurador.

Processo econômico e político

O envolvimento de recursos gigantescos, que não param de crescer, ano a ano, dá ao crime organizado um poder que representa grave ameaça à sociedade, na opinião de Rodolfo Tigre Maia. A penetração no aparelho estatal e a tendência de se misturar à economia formal, pela lavagem de dinheiro e construção de um esquema empresarial de fachada, torna tal perigo cada vez mais palpável, representando um adoecimento do sistema social. Os vários casos de corrupção do aparelho público pelo crime organizado (policiais, administradores, etc.) e a presença até mesmo de integrantes seus em cargos políticos atestam, segundo o procurador, que o fenômeno não é aleatório, mas faz parte da estratégia geral do grande crime, ao qual interessa controlar a representação social para mais facilmente agir.

A propósito desse aspecto político, Tigre Maia propõe que se imponham mecanismos mais rígidos de levantamento da vida dos candidatos a cargos



Professor e procurador federal
Rodolfo Tigre Maia

O colombiano Joaquim Hernando Castilla Jimenez (dir.) tem retirada suas algemas por um policial federal e inicia seu depoimento na CPI, observado pelo relator, deputado Moroni Torgan, em Brasília. Hernandez foi preso em outubro e é acusado de lavar dinheiro do narcotráfico

Narcotráfico



lítico. Afinal, só o narcotráfico lava por ano mais de 400 bilhões de dólares no mundo, segundo a ONU. No Brasil, seriam 31 bilhões de reais. Esta situação passou a exigir u-

eletivos, para evitar a infiltração assinalada e impedir que pessoas com problemas com a Justiça tentem obter imunidade com cargos políticos. Propõe, ainda, que os partidos sejam obrigados a assumir responsabilidade pelos candidatos que apresentam ao eleitorado. Isto evitaria que agremiações se mostrassem rápidas em desfiliar políticos seus flagrados em delitos graves, como os de crime organizado, e ainda tentassem mostrar-se à sociedade como entidades preocupadas com a ética, sem receberem qualquer tipo de punição pelo descuido em terem dado legenda àquele candidato. Outro ponto que considera fundamental é o combate ao financiamento eleitoral pelo narcotráfico e por outras fontes ilegais, estabelecendo-se um controle efetivo sobre a ação política do poder econômico.

Tigre Maia critica a legislação brasileira sobre lavagem de dinheiro, considerando-a carente de um embasamento que expresse bem a nossa realidade. Aponta conceituações imprecisas, inclusive do que seja o próprio crime organizado, e não entende por que o crime de sonegação fiscal não foi in-

cluído na legislação. Lembra que esta surgiu de uma hora para outra, sem maiores estudos, por pressão dos Estados Unidos, que têm tornado a questão do narcotráfico um item fundamental de sua política externa e de ingerências na América Latina. "Os Estados Unidos são o hipermercado do narcotráfico mundial. Lá estão as quadrilhas mais organizadas. O que os EUA devem fazer é investigar melhor essas quadrilhas em seu território e combater lá o tráfico. No caso dos outros países, devem financiar o combate à produção e comércio das drogas, mas sem interferir na soberania das outras nações." Adverte que as pressões externas podem levar ao surgimento de leis que acabem por violar as liberdades democráticas, em nome do combate ao crime.

O estudioso enfatiza que "é preciso fazer uma abordagem multidisciplinar sobre a questão da lavagem de dinheiro. A legislação deve acompanhar a vida e adaptar-se às novas circunstâncias. Assim, é preciso verificar que a lavagem de dinheiro, antes de ser uma questão jurídica, é um processo econômico e po-

ma legislação mais apropriada. Houve uma mudança qualitativa nos produtos do crime e, conseqüentemente, tornou-se necessária uma resposta penal mais dura. O que ocorreu com a nossa legislação? Ela tentou identificar e elevar à categoria jurídica três fases tradicionais da lavagem de dinheiro", assinala.

Na primeira fase, o criminoso busca uma separação física do resultado de seu crime, ele quer ficar longe do produto do crime (no caso do narcotráfico, aquele dinheiro miúdo oriundo dos vários pontos da venda a varejo é reunido e depositado numa conta bancária que está em nome de um "laranja"). Mas, ainda assim, o criminoso ainda está perto do produto do crime e este é o momento mais propício para a ação policial. Devido ao risco, ele busca uma segunda escamoteação.

"É a segunda fase, propriamente a lavagem de dinheiro, quando ele busca desvincular de si aquele dinheiro e busca não apenas a separação física do produto do crime, mas também a separação jurídica. Ele o remete para um paraíso fiscal, ou o faz fluir por sucessivas operações financeiras em múltiplas corpo-

rações, passando os recursos do banco A para o banco B, para o banco C, e sucessivamente, de modo a diluir e fazer desaparecer o rastro do dinheiro", descreve o procurador.

Dever de informar

Nesta segunda fase é que surge o chamado dever de informar das instituições financeiras. Ou seja, ao desconfiar da procedência dos recursos postos sob a sua guarda, a instituição financeira está obrigada a comunicar o fato às autoridades. "No Brasil, este dever é basicamente das instituições financeiras. Em outros países, porém, já se avançou mais. Na Inglaterra, por exemplo, foi estendido a advogados e contadores a obrigação legal de informar às autoridades sobre dinheiro ilícito de que tiverem conhecimento por força de suas atividades profissionais."

Lembra, como falha de nossa legislação, a exigência de que o agente financeiro tenha plena consciência de que os recursos, que por ele fluem, tenham origem ilegal. "A lei exige que o lavador do dinheiro sujo tenha conhecimento pleno da origem do dinheiro para ser condenado. Como o processo é cada vez mais terceirizado, através de bancos, advogados, etc., fica cada vez mais fácil alegar ignorância sobre a origem dos valores."

Tigre Maia considera que essa obrigação de informar suscita uma série de outras questões legais. Por exemplo, a pessoa sobre quem se informou não é comunicada de que está sendo investigada, o que tecnicamente poderia ser considerado como desrespeito a seus direitos. Haverá também casos em que a desconfiança não será comprovada. Ao mesmo tempo, a norma de sigilo bancário é problemática, dificultando em extremo a investigação.

"Nesta segunda fase da lavagem de dinheiro, quem sofre maior risco é o sistema financeiro nacional. O perigo decorre da possibilidade de que esse ca-

pital ilícito, ao pressentir a fiscalização, se mova para fora do país e leve junto parte do capital lícito, este assustado pelo brusco movimento de saída de capital, que interpreta como sinal de risco econômico no país. Assim, um movimento do capital ilegal pode gerar uma fuga de capitais danosa para o sistema financeiro nacional", registra.

"A terceira fase é a mais danosa: chamo-a de fase de integração do capital ilícito à economia lícita. É quando esses recursos oriundos do crime voltam à economia do país através de investimentos em empresas legais. O dinheiro do crime pode tomar três destinos. O primeiro é o gasto em bens de uso pessoal, como compra de carros de luxo, jóias, festas, etc. O segundo é no pagamento de serviços para o próprio esquema criminoso, como salários de empregados, propinas, etc.

É preciso entender que não existe crime organizado sem corrupção, sem infiltração no aparelho do Estado (agências de controle, os fiscais, o inspetor do Banco Central, e mesmo funcionários de entidades financeiras privadas). Tem um custo a lavagem de dinheiro, pois também envolve o pagamento de advogados, conselheiros de investimentos, entre outros. É um custo compensador, pois depois da lavagem o dinheiro estará pronto para investimentos na própria atividade criminosa ou então em atividades legais."

O perigo do que ele chama de integração do ilícito à economia legal pode ser exemplificado com as aplicações de capitais do crime no processo de privatização de empresas estatais do México.

O FBI detectou forte presença dos capitais oriundos do narcotráfico e de outras atividades criminosas no processo

Fernando Henrique, na cabine de um Tucano Turbo, utilizado no combate ao narcotráfico na Amazônia



de desestatização mexicano. O Cartel de Sonora usou para tanto empresas legais de fachada.

Tigre Maia adverte ainda sobre outros efeitos da ação empresarial do capital ilegal. "Quando o dinheiro ilícito volta limpo para o mercado legal, uma das consequências é ele arrebentar com o princípio da concorrência. O resultado operacional e os custos de uma empresa legal e de outra que recebe dinheiro do narcotráfico serão inteiramente diferentes. A primeira terá de enfrentar custos financeiros do mercado, enquanto a segunda recebe uma injeção financeira sem custos."

"Fica claro, assim, que elaborar uma lei que alcance um fenômeno complexo como esse, sem um profundo estudo da realidade brasileira, é muito difícil. Na Alemanha, por exemplo, a lei contra crimes econômicos só surgiu, em 1978, após seis anos de estudos e debates orientados por uma comissão formada por representantes de vários segmentos da sociedade.

Já nossa lei contra lavagem de dinheiro surgiu como projeto em 1997 e já era lei em 1998, após uma reunião com banqueiros e outra com o setor comercial. É muito arriscado elaborar uma norma jurídica dessa forma, porque a discrepância entre o que preceitua a lei e a realidade cria enormes problemas para a sua aplicação. Vamos examinar apenas um aspecto.

A lavagem de dinheiro é, como sabemos, um crime derivado, porque decorre de outro anterior, seja narcotráfico, seqüestro, corrupção. Da forma como está, a lei estabelece penas mais rigorosas para a lavagem de dinheiro do que para os crimes que a propiciaram. Isto cria enormes problemas para a administração da Justiça."

Ele aponta um avanço na nova lei: "Pode-se agora, com mais facilidade, apreender bens oriundos da lavagem de dinheiro. Com provas ou indícios de crime antecedente, já é possível apreender tais bens. Cabe ao acusado provar que a aquisição se fez por meios lícitos. Há quem ache essa norma errada, por colidir com a presunção constitucional de inocência. Considero, porém, que não há

conflito, pois se parte de um indício justificável."

Crime e miséria

"O crime organizado dá lucro para os poderosos do crime. Ele não dá lucro para a miséria. O crime organizado não é um crime da miséria, mas um crime da riqueza. A miséria apenas fornece a mão-de-obra de que o crime organizado necessita.

Em nosso país, 80% dos crimes são de natureza patrimonial: roubo, assalto, furto, estelionato. Se se combater a miséria, através de políticas sociais efetivas, vai-se eliminar muito desses crimes. Mas não se eliminaria o crime organizado, pois este não provém nem se sustenta da pobreza, mas da riqueza", define Tigre Maia.

Então, como atingir o crime organizado? Somente prendendo os chefões? Segundo ele, só isso não basta. Em sua opinião, atinge-se o crime organizado somente quando se desarticula a empresa criminosa.

Tigre Maia propõe uma nova conduta das instituições dedicadas ao assun-

to. "O combate ao crime organizado exige uma nova relação entre o Ministério Público e a polícia. No Brasil, sobrevive uma deletéria separação entre o Ministério Público e o setor policial. Esta separação abre campo à corrupção policial pelo crime organizado.

No início de minha carreira, um velho policial do interior me disse, referindo-se aos processos que dão em nada: 'Doutor, essas coisas nunca terão solução, porque o papel aceita tudo.' E quem preenche o papel somos nós, da polícia", lamenta-se o procurador.

"A polícia deve agir naquilo que é de sua competência: fornecer os elementos do caso ao Ministério Público. Mas a este deve caber o controle da investigação. Para isso, o Ministério Público deve ter investigadores próprios, peritos, etc., para conduzir os processos de forma adequada. Enquanto isto não ocorrer, a Justiça estará muito prejudicada e sobretudo o crime organizado continuará em vantagem."

O procurador lamenta ainda que inexistam serviços de inteligência adequados. A isso atribui o fato de que o país não dispõe de estatísticas confiáveis e se desconheçam detalhes das operações e esquemas criminosos.

"Qual o número de crimes do colarinho branco? Qual o prejuízo econômico e social que este tipo de crime representa? É impossível saber. Tais dados inexistem, por falta de quem os colha rotineiramente. Ao mesmo tempo, há superposição de órgãos, fazendo a informação fluir mal. O Ministério Público toma conhecimento dos fatos com grande defasagem, porque órgãos de controle e fiscalização não lhe comunicam com presteza fatos delituosos que descobrem. O Banco Central demora às vezes anos para dar uma informação solicitada. E, quando o faz, costuma fazê-lo através de toneladas de papel, sobre as quais o Ministério Público vai precisar debruçar-se com muita paciência para extrair o dado de que necessita", queixa-se Tigre Maia. ■



O combate ao narcotráfico com prisões de seus integrantes é uma ação global para minar as bases do crime organizado, contudo será preciso dismantlar o esquema empresarial que o sustenta para realmente desarticulá-lo

JÁ VIU UM JO TODO MUND

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

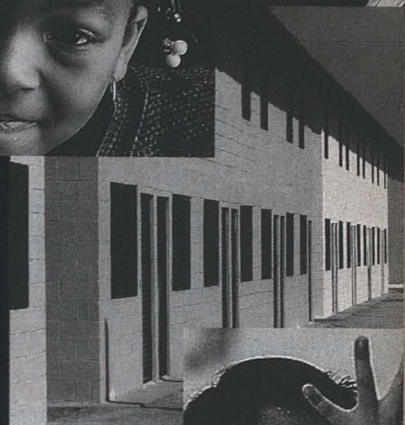
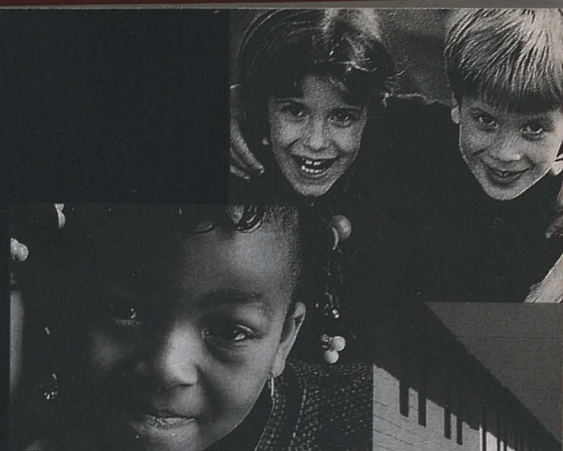
GOVERNO DO ESTADO



RIO DE JANEIRO



GO ONDE
O GANHHA?



O Cebrade e a bomba do Riocentro



Moacir Werneck de Castro

A margem do episódio do Riocentro, que voltou a concentrar as atenções com o indiciamento dos verdadeiros responsáveis, vale lembrar a entidade visada por aquele atentado terrorista - o Centro Brasil Democrático (Cebrade). Foi sem dúvida o mais importante movimento intelectual de luta contra a ditadura.

Fundado no Rio de Janeiro em 1979, quando assumia o governo o general Figueiredo, o Cebrade era presidido por um Conselho Diretor com a seguinte composição: presidente, Oscar Niemeyer; vice-presidentes, Ênio Silveira e Sérgio Buarque de Holanda; tesoureiro, Mauro Lins e Silva; diretores, Audálio Dantas, Darcy Ribeiro, Dias Gomes, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto e João Saldanha. O ato público de lançamento realizou-se no Hotel Nacional, com a adesão de numerosos intelectuais, que convocavam pessoas de diferentes convicções políticas e religiosas que tivessem em comum a crença na necessidade de lutar pela democracia e pelos direitos humanos.

Sob a bandeira da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o manifesto proclamava como objetivos prioritários preliminares "a anistia para todos

os punidos e perseguidos políticos; a supressão do AI-5 e demais instrumentos vigentes de abuso do poder; a revogação da Lei de Segurança Nacional; o reconhecimento franco do direito de opinião e de associação, de reunião, de greve, de organização de partidos políticos e outros direitos democráticos ordinários; a convocação de uma Assembleia Constituinte soberana e livremente eleita".

"Nossa luta pela democracia e pelos direitos humanos" - dizia ainda o documento - "não há de esquecer que mudanças profundas na organização institucional e social do país são necessárias, a fim de que todos os brasileiros possam efetivamente gozar de liberdade e viver em democracia. Que a nação se liberte de fato e de vez da dominação estrangeira, cultural, política e econômica; que se apropriem dos frutos da terra os que nela trabalham; que o suor e o sangue dos trabalhadores não mais se gastem no enriquecimento de uma minoria privilegiada são condições básicas para uma efetiva observância dos direitos humanos em nossa pátria".

A lista dos signatários do manifesto era numerosa (perto de duzentos) e representativa dos diversos setores da intelectualidade - escritores, artistas, jornalistas, professores. Entre esses nomes, um se destacaria mais tarde, ao enveredar pela carreira política: o sociólogo e professor Fernando Henrique Car-

doso, que, com o apoio em credenciais curriculares como essa acabou presidente da República.

Cito apenas alguns dos signatários, na ordem alfabética em que foram divulgados: Alberto Dines, Alberto Pessoa Guimarães, Alceu Amoroso Lima, Antônio Callado, Antônio Cândido, Barbosa Lima Sobrinho, Branca Moreira Alves, Caio Prado Jr., Chico Buarque de Holanda, Cláudio Abramo, Darcy Ribeiro, Dias Gomes, Eduardo Matarazzo Suplicy, Flávio Rangel, Hélio Pellegrino, Hélio Silva, Joaquim Pedro de Andrade, José Honório Rodrigues, José J. Veiga, Juca de Oliveira, Luís Carlos Bresser Pereira, Luís Gonzaga Belluzo, Luís Pinguelli Rosa, Mário Pedrosa, Mário Schemberg, Nise da Silveira, Paulo Vanzolini, Pompeu de Souza, Raul Ryff, Roberto Saturnino Braga, Sabino Barroso, Sérgio Cabral, Sérgio Jaguaribe (Jaguar), Teresa Cesário Alvim, Tiago de Melo, Zelito Viana, Ziraldo Alves Pinto, Zuenir Ventura.

Para os jovens de hoje é difícil imaginar que uma entidade tão representativa, apresentando um programa tão democrático e aberto, pudesse ser alvo de ação terrorista, nas circunstâncias em que esta ocorreu. Mas o delírio anticomunista não tinha escrúpulo de espécie alguma: contra a "subversão" valia tudo. Eu próprio, que fui um dos jornalistas

Lutar por uma nação em que uma minoria privilegiada não se enriquecesse à custa dos trabalhadores era uma das premissas dos intelectuais que assinaram o manifesto divulgado no Riocentro. Um dos signatários era Fernando Henrique Cardoso

Um frustrado atentado de direita

No dia 30 de abril de 1981, uma bomba explodiu no Riocentro matando o sargento Guilherme do Rosário e ferindo gravemente o então capitão Wilson Machado. Desde o início das investigações se percebia que algo não se encaixava no Inquérito Policial Militar (IPM), que apontava organizações terroristas de esquerda como responsáveis pela explosão. Naquele dia, se apresentavam no pavilhão de exposições do Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, vários artistas ligados à esquerda em um evento que comemorava o Dia do Trabalho, no qual estava sendo lançado o manifesto do Cebrade.

O IPM sempre esteve cercado de contradições. E deu pé a desconfianças e até mesmo a questionamentos em relação à versão oficial do IPM. Era difícil acreditar que a bomba que explodira no colo de um dos militares tivesse sido lá colocada por grupos de esquerda. Desde o início suspeitou-se que o atentado tinha sido arquitetado por grupos militares e que o IPM não passara de uma farsa. Na altura, o general João Figueiredo governava o país e conduzia uma política de abertura, iniciada no governo anterior, pelo general Ernesto Geisel. Mas a ala conservadora do Exército, descontente com os rumos da abertura, tinha claras intenções de radicalizar o cenário político.

O novo inquérito aberto em 1999 mudou definitivamente os rumos do processo, confirmando as responsabilidades de grupos militares no frustrado atentado. E indiciou o general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), o capitão (hoje tenente-coronel) Wilson Machado e dois militares já falecidos (o coronel Freddie Perdigão, ex-chefe do SNI no Rio, e o próprio sargento Guilherme do Rosário).

Duas dúvidas ainda existem: quem foram os responsáveis intelectuais do atentado? Os oficiais de alta patente do Exército tinham ou não conhecimento dos planos? (C.D.)

FOTO: VIDAL DA TRINDADE / AJB



tas signatários do manifesto, pude ver confirmada, ainda recentemente, a marcação cerrada em que os órgãos de repressão mantinham o Cebrade. Como parte do *habeas data* fornecido pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, com o meu prontuário no DOPS, tomei conhecimento do dossiê sobre as atividades do Cebrade, em que entrava meu nome. Esse movimento era considerado atentatório ao regime vigente - numa palavra, uma organização comunista.

O redator principal do manifesto foi o jornalista, atualmente editor, Renato Guimarães. Secretário da entidade, organizou diversos shows para fazer finanças, o terceiro dos quais, o do Riocentro, em 1º de maio de 1981. Uma enorme assistência compareceu para aplaudir artistas conhecidos, como Paulinho da Viola, Maria Betânia, Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento, Zizi Possi, a fina flor da Música Popular Brasileira. Foi esse ambiente festivo que o terror escolheu como alvo do atentado, que visava culpar os comunistas pela tragédia da projetada explosão de bombas no recinto. O IPM que se instaurou, falso do princípio ao fim, está hoje desmascarado: todo mundo sabe agora quem foram os autores da operação criminoso.

Um dos dirigentes do Centro Brasil Democrático - membro de um Conselho Consultivo integrado, entre outros, por Barbosa Lima Sobrinho, Fernando Gasparian, Nelson Werneck Sodré e Osny Duarte Pereira - Fernando Henrique Cardoso poderia hoje se entregar a uma meditação proveitosa sobre esse manifesto do Cebrade que traz a sua assinatura. Há 20 anos, o sociólogo e aspirante a político pretendia lutar por uma nação em que uma minoria privilegiada não se enriquecesse à custa dos trabalhadores, uma nação que era preciso libertar da dominação cultural, econômica e política do estrangeiro. E é o mesmo homem que como presidente executa um programa diametralmente oposto àquelas suas idéias e opiniões. Quem diria... ■

A cobiça internacional

As velhas insinuações expressas ou veladas se traduzem agora em suspeitas iniciativas externas e internas

Socorro Gomes

Está em curso uma campanha sem precedentes para subtrair ao Brasil aproximadamente a metade do território nacional - a Amazônia. Baseada em falsidades, tal campanha tem como elemento central o questionamento e por vezes a negação explícita da plena soberania brasileira sobre a região. A motivação geral é a promoção de interesses econômicos e geoestratégicos, acobertados por um discurso supostamente preservacionista que tem o poder de cooptar para o leito de um movimento antinacional certas correntes de opinião no interior do país. Este tema concita uma imediata preocupação.

Limitando-se com sete países, a Amazônia brasileira detém 4.978.247 km², representando mais de dois terços das fronteiras do Brasil, quatro quintos de suas florestas, um quinto das florestas tropicais do nosso planeta. Suas entranhas guardam as maiores jazidas minerais da Terra, que tornam o Brasil o maior produtor de ferro do mundo, detentor de 15% das reservas mundiais de bauxita, além de imensas reservas de tungstênio (90% das reservas brasileiras desse mineral se encontram na Amazônia), urânio, quartzo, nióbio, titânio e outros minerais estratégicos. É, sem dúvida alguma, uma das maiores, senão a maior, província mineral do mundo.

São ponderáveis as opiniões segundo as quais a maior riqueza da Amazônia é sua diversidade genética, embora pouco mensurada. Em um hectare de mata na Amazônia podem-se encontrar 500 espécies vegetais diferentes. Existem no mundo em torno de 50 milhões de espécies, dentre as quais apenas cerca de 1,5 milhão são conhecidas. Ocupando menos de 7% da superfície terrestre, as florestas tropicais possuem a metade das espécies do planeta.

A Amazônia é, portanto, além da maior província mineral do mundo, a mais rica em diversidade genética. Sua bacia hidrográfica desafia as imaginações. Não há nada parecido. É maior que a do Nilo, a do Congo, a do Mississippi-Missouri. A quinta parte de toda a água doce do planeta está concentrada na Amazônia. Enquanto no Primeiro Mundo há escassez de água, existe na região o seu maior volume da face da Terra. No território amazônico estão concentrados os principais elementos essenciais à vida no planeta.

A cobiça internacional

Não é de hoje que esse paraíso de recursos naturais tem provocado a cobiça das grandes potências. As tentativas de assalto e domínio da região ocorreram em diferentes momentos da vida brasileira. Em meados do século passado, os Estados Unidos fizeram as primeiras



Os EUA sempre cuidaram de não mencionar às claras as suas pretensões em relação à Amazônia, encobrindo-as sob a envoltura dos 'interesses da grande família internacional'

investidas nesse sentido. Desde então, já era corrente a opinião nos círculos governamentais daquele país de que a Amazônia era um espaço à espera das "raças fortes e decididas" para a empresa de sua conquista científica e econômica, não podendo ficar "fechado à humanidade". Uma escusa para encobrir objetivos de domínio.

Através dos tempos, tem sido essa a tese invocada em muitos países para justificar a cobiça dessa parte substancial do território brasileiro. Os Estados Unidos sempre cuidaram de não mencionar às claras as pretensões locais norte-americanas, mas as encobriram sob a envoltura dos "interesses dos demais membros da grande família inter-

nacional", conforme o escritor, estudioso da Amazônia e ex-governador do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis, na sua preciosa obra *A Amazônia e a cobiça internacional*. Jamais os norte-americanos veiculavam artigos sobre as imensas fontes de riquezas nos trópicos, ao mesmo tempo em que falavam da "incapacidade dos brasileiros para a operação do desenvolvimento da região". Esses argumentos foram urdidos pela primeira vez em 1850. Século e meio depois são repetidos com ares de novidade.

Ainda segundo Arthur César, naquela altura a estratégia de Washington para atingir outros objetivos centrou-se na tentativa de obter a livre navegação

no interior da Amazônia. A opinião pública brasileira foi disputada pelos abandeirados da "Amazônia para o mundo". O Congresso e o governo dos Estados Unidos exerceram forte pressão sobre o governo brasileiro, o que se expressou, por exemplo, no informe reservado do então embaixador do Brasil nos EUA, Teixeira de Macedo, ao Itamarati, aconselhando que o Brasil abrisse ao mundo a navegação no interior da Amazônia, mediante o "pagamento dos direitos de consumo". Um contrato deveria ser firmado, no qual, para maior "cautela", condicionasse a livre navegação nos rios da Amazônia ao reconhecimento do domínio exclusivo do Brasil sobre a região por cem anos. Se tal acordo tivesse vingado, a Amazônia brasileira passaria para outros domínios a partir de 1950.

A campanha hoje orquestrada contra a plena soberania brasileira sobre a Amazônia aparece principalmente nos Estados Unidos e nos demais países do Grupo dos Sete Grandes, o G-7. Os argumentos são os mesmos: defesa da humanidade, do bem comum, da ciência, acrescidos do simpático discurso em defesa do meio ambiente. Há muito se sabe que tanto em Miami, como no Reino Unido, carros transitam com adesivos com o slogan "defenda a floresta, queime um brasileiro" ou "proteja a Amazônia, mate um brasileiro". O governo brasileiro não manifestou nenhum protesto contra o que, sem sombra de dúvida, assemelha-se a um estímulo ao genocídio dos brasileiros se uma eventualidade mais grave se apresentar. A campanha tem muitas faces mas esta é a mais tosca e primária da corrente de opinião que vai sendo fabricada com vistas à ocupação da Amazônia. Os mentores de tal campanha são autoridades que defendem abertamente seus interesses.

Já na década de oitenta, a ex-primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, exigia que os países em desenvolvimento vendessem tudo, inclu-

sive seus territórios, para pagar a dívida externa. O atual vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, que se auto-intitula ambientalista, proclamava em 1989 que, "ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, é de todos nós". A expressão todos, no caso, refere-se aos Estados Unidos da América e aos seus aliados.

No mesmo ano o presidente francês François Mitterrand, dizia, em tom de conselho: "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia." Por sua vez, o primeiro-ministro britânico, John Major, em 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi elucidativo quanto às intenções das superpotências: "(...) As campanhas ecológicas internacionais sobre a Amazônia entram na fase operativa, o que obviamente pode ensejar intervenções militares diretas na região."

A agressividade crescente nos discursos dos representantes dos países do G-7 corresponde às mudanças ocorridas na correlação de forças mundial, com a derrocada da URSS e a decorrente destruição do poder contendor que esta e os demais países do Leste europeu representavam. Relaciona-se ainda com a explicitação crescente da dependência em recursos naturais das grandes potências, em especial os Estados Unidos.

Renomado representante dos interesses geoestratégicos norte-americanos, o ex-secretário de Estado, Henry Kissinger, chamava a atenção do governo de seu país em 1994 para o fato de que, segundo ele, os países industrializados não manteriam seus impérios se não controlassem as fontes de reservas de recursos naturais. Ele deixava entender que deveriam usar de pressão, coação, diplomacia agressiva etc. para garantirem esse objetivo.

Não é por acaso que os EUA estão à frente de todos os grandes projetos de pesquisas científicas na região amazônica. E enquanto realizam tais atividades, os norte-americanos tentam inocular nos

brasileiros, como já denunciava o senador Severo Gomes, "o veneno da incapacidade industrial", "o sentimento de sub-raça", contando para isso aqui e acolá com brasileiros a soldo de tão sórdida "tarefa".

Há evidentes indícios de que algumas dessas pesquisas e certas instituições que as realizam têm origens e objetivos suspeitos. Naturalmente, não devemos confundi-los com o trabalho científico e correto de outras entidades que operam na Amazônia.

Apagar as fronteiras nacionais

A defesa do meio ambiente, nobre causa que sensibiliza todo o mundo e corresponde a uma legítima aspiração dos povos, tem sido por essas correntes utilizada como pretexto para a adoção de um novo paradigma: a preservação ambiental como valor absoluto e universal, objetivo supremo em nome do qual podem ser apagadas as fronteiras nacionais. Tanto amor ao meio ambiente não contribuiu, porém, para a aprovação da votação do Acordo Internacional sobre o Controle da Emissão de Gases Poluentes na Atmosfera, rejeitado pelo Congresso norte-americano, em nome dos interesses das indústrias norte-americanas, mesmo sendo os Estados Unidos o país que mais contribuiu para o aumento da poluição no planeta.

A dissertação de mestrado do pesquisador William Nazaré Gama, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), é ilustrativa do modo de intervenção dos países do G-7 nos projetos de pesquisas científicas no país e constituiu um oportuno alerta ao país. O projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais-PDBFF (Convênio Inpa/Smithsonian Institution- órgão de pesquisa norte americano), que é o objeto de análise da dissertação, tem origem numa expedição científica da ONG norte-americana WWF para pesquisar o tamanho mínimo crítico de um ecossis-

tema amazônico de forma a não haver perda da biodiversidade provocada pelos desmatamentos.

Diz o pesquisador: "As decisões sobre o desenvolvimento do projeto são tomadas em uma reunião anual realizada em Washington, onde a participação brasileira é minoritária. Além disso, os recursos financeiros são administrados diretamente de Washington".

Tal constatação, feita pelo Fórum de Avaliação dos Convênios de Cooperação Internacional, do Inpa, não deixa dúvidas quanto à subordinação dos interesses brasileiros aos dos países estrangeiros, sem controle de saída do material científico, com pouca internalização dos resultados, sem qualquer proveito para o país. Isso comprova que, para atingir seus objetivos, os países do G-7 contam com instrumentos políticos e legais que lhes facilitam a concretização de seus intentos. Segundo o diretor do Inpa, José Seixas Lourenço, havia uma incômoda situação de dependência. Os representantes estrangeiros mais pareciam chefes que parceiros.

Essa permissividade de autoridades brasileiras, que têm o dever inalienável de defender o patrimônio nacional, tem sido um estímulo ao avanço e aprofundamento das ações cada vez mais agressivas no sentido de vulgarizar a tese da soberania relativa do país sobre a Amazônia.

Com a arrogância semelhante à do Império Romano quando estava próximo de sua decadência, os Estados Unidos têm utilizado sua diplomacia agressiva e a passividade das elites locais para fazer valer sua vontade. Foi assim no caso Sivam. Assim tem sido na pesquisa e lavra das grandes reservas de jazidas minerais.

Constata-se o mesmo fenômeno com a tomada da direção política e administrativa pelos países do G-7 do Plano Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, assumida através de pressões diplomáticas e da concessão de insignificantes ajudas financeiras. Outro proje-

AMAZÔNIA



As Forças Armadas e expressivas lideranças do Congresso Nacional estão juntas na defesa do Projeto Calha Norte, importante para a preservação da soberania nacional

O PERIGO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Tudo indica que a ofensiva estrangeira em direção à Amazônia está ingressando numa nova fase, nesta época de hegemonismo norte-americano no mundo e de maior dependência do país no quadro da globalização neoliberal

to que se insere na mesma lógica é o que foi batizado de "Padrinhos da Floresta", no Pará, armados, como os outros, em escritórios de empresas norte-americanas. Esse projeto consiste na concessão por trinta anos de áreas florestais para pessoas físicas ou jurídicas brasileiras ou estrangeiras, incluindo, ao que tudo indica, o direito à pesquisa e ao patenteamento dos produtos nelas obtidos. Recentemente, a execução de tal projeto foi um dos temas da agenda do secretário do Planejamento do estado do Pará em sua viagem aos Estados Unidos.

Para efeito propagandístico, o propósito transcende o aspecto econômico, por tratar-se de medidas para assegurar a "proteção das florestas", que deve ser tarefa exclusiva do Poder público brasileiro.

Se o alarde em torno da "proteção florestal" é preocupante do ponto de

vista dos interesses nacionais, é grave e suspeito o silêncio em torno da assinatura dos ajustes complementares para cooperação no projeto de pesquisas sobre a biosfera-atmosfera na Amazônia, que, através da Agência Espacial Norte-Americana (Nasa), já está em execução sem que o Congresso Nacional, os pesquisadores brasileiros e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tenham opinado a respeito das possíveis consequências da primazia que terá aquele instituto espacial sobre as informações adquiridas durante a pesquisa.

É uma estranha primazia obtida por concessão do governo brasileiro, que assim renuncia ao acesso aos dados originais, a não ser depois que os norte-americanos fizerem suas cópias.

Esse acordo, cujas agências executoras serão o Inpa e a Nasa, se amolda ao figurino de tantos outros, com a particularidade de que agora é feito com a direta participação da entidade que é o cérebro do programa espacial norte-americano e uma instituição nacional sucateada.

AMAZÔNIA

PREOCUPAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS

Em menos de 12 horas deslocaram-se para a Amazônia mais de 8.000 soldados, numa demonstração de que as Forças Armadas brasileiras estão atentas às eventualidades que configurem um ataque à integridade territorial do país

Os objetos de pesquisa são de grande importância estratégica para o conhecimento da região e para se obter respostas sobre os efeitos que as mudanças no uso da terra e as alterações climáticas terão sobre o funcionamento biológico, químico e físico da Amazônia, incluindo sua sustentabilidade e sua influência no clima global. Obter informações detalhadas, desnudar a Amazônia, sempre foi um dos objetivos das potências ocidentais.

Tudo indica que a ofensiva estrangeira em direção à Amazônia está ingressando numa nova fase, nesta época de hegemonismo norte-americano no mundo e de maior dependência do país no quadro da globalização neoliberal. Rapidamente, passa-se da propaganda para a tomada de posições políticas com a arma de sempre: pressões geoestratégicas. O G-7 convidou o presidente Fer-

nando Henrique para participar em Florença da reunião desse fórum dos que dominam o mundo. Sinal de prestígio do professor Cardoso, como a propaganda oficial insinua, ou da pujança do Brasil no concerto das grandes nações? O motivo real é que na pauta da reunião estava a discussão de "parcerias relativas às florestas amazônicas, inclusive pesquisas científicas", ou seja, a internacionalização dessa imensa região constitutiva do território nacional.

No que se refere à ameaça militar, foi o chefe do órgão de informação do Exército norte-americano quem declarou: "Caso o Brasil resolva fazer mau uso da Amazônia que prejudique o meio ambiente dos Estados Unidos, temos que estar prontos para interromper imediatamente." Vê-se portanto, que as potências imperialistas prevêm objetivamente uma intervenção "ambientalista".

Tais ameaças têm gerado inquieta-

ção e provocando preocupações nas Forças Armadas brasileiras, numa legítima reação que reflete o sentimento nacional. O comandante militar da Amazônia, general-de-exército Luís Gonzaga Lessa, explicou que o Exército brasileiro aumentou em muito os efetivos na região "porque estamos percebendo que as ameaças estão se avolumando".

Recentemente, um exercício militar rotineiro transformou-se em treinamento de guerra no lado brasileiro da fronteira com a Colômbia. Em menos de 12 horas deslocaram-se para lá mais de 8.000 soldados, numa demonstração de que as Forças Armadas brasileiras estão atentas a todas as eventualidades que configurem um ataque de fato à integridade territorial do país.

Subestimar a avidez dos interesses internacionais que se traduzem em graves ameaças à soberania nacional e à própria integridade territorial do país é uma postura que as futuras gerações de brasileiros não nos vão perdoar. Se, de cedência em cedência, entregarem na bacia das almas o patrimônio do país, chegou a hora de fazer soar alto o alarme da consciência nacional.

O Brasil só enfrentará tamanha ofensiva se na sua defesa estiver empenhado o esforço cívico coletivo de seu povo. Uma nova corrente patriótica conjugada com o movimento político democrático e a luta pelo trabalho e pela existência poderá constituir a força capaz de defender a Amazônia como parte inalienável do território brasileiro e o país como nação soberana. E é isso que a região amazônica, profundamente integrada ao sentimento nacional, espera de todo o país.

O empenho das Forças Armadas e de expressivas representações do Congresso Nacional na defesa do Projeto Calha Norte, importante para a preservação da soberania na região, e, nos últimos tempos, com graves problemas de execução pela ausência de verbas, é um dado positivo no quadro do problema da Amazônia. ■

Caçada ao mosquito da dengue

O governo do Rio, a Fundação Nacional de Saúde e as prefeituras dos 91 municípios fluminenses formam frente de trabalho para intensificar o combate aos vetores das doenças endêmicas

Helvio Lessa de Moraes

Com o fim da polêmica, que durante anos discutiu se o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, era responsabilidade federal, estadual ou municipal, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) assume, já neste verão, as rédeas do projeto de erradicação da doença. O novo programa, desenvolvido em conjunto com a Fundação Nacional de Saúde (FNS) e com as prefeituras dos 91 municípios fluminenses, prevê a formação de uma frente de trabalho composta por 6.100 mata-mosquitos. "Com o fim da descentralização, vamos intensificar o combate aos vetores, não só da dengue, como das demais doenças endêmicas, como febre amarela, esquistossomose e leptospirose", afirmou Zamir Martins, secretário-executivo de Planejamento para a Erradicação do *Aedes aegypti*.

No entanto, o impasse criado no início do ano, com a demissão de 5.700 mata-mosquitos contratados pela FNS, deixou o secretário de Saúde do estado, Gilson Cantarino, temeroso quanto à recuperação do tempo perdido. Durante a assinatura do acordo de cooperação com o governo de Cuba, no dia 12 de novembro, Cantarino alertou para os riscos que possam surgir em decorrência do tempo de paralisação das ativi-

Secretaria de Comunicação do Estado do Rio de Janeiro



Secretário de Saúde do estado do Rio de Janeiro, Gilson Cantarino

dades de prevenção. "É bem provável que no próximo ano não tenhamos um quadro endêmico. Como durante três meses o trabalho ficou paralisado, ainda não sabemos como vai se comportar a doença", disse.

Prevenção

Além do combate, a preocupação do governo do estado também está na prevenção da doença. Segundo Zamir Martins, mesmo com o trabalho intensivo dos mata-mosquitos, é praticamente impossível exterminar os focos de proliferação sem a ajuda da população. "As águas das caixas d'água e cisternas tratadas pelos agentes de saúde se renovam com muita rapidez. Com isso o remédio colocado perde o efeito entre cin-

co e 10 dias, enquanto a periodicidade das visitas acontece a cada dois meses. É preciso conscientizar a população. Não há estrutura, seja ela municipal, estadual ou federal, que dê conta do combate à dengue, se não houver a colaboração de todos. O vetor prolifera na casa de cada um", alertou. No próximo ano, o governo estadual estará colocando a questão da dengue, e outras doenças endêmicas, no currículo das escolas estaduais. O Ministério da Educação, segundo Zamir, está preconizando alguns temas que devem ser discutidos dentro das salas de aula.

A falta de registros precisos sobre os primeiros casos da dengue, segundo Zamir, dificulta uma previsão sobre o tempo necessário para uma nova erradicação. "O Rio está enfrentando a dengue desde 1986, vivendo a ameaça de epidemia. O estado falhou no processo de sensibilização da população", reconheceu Zamir. A doença, que já havia sido erradicada no início do século por Oswaldo Cruz, voltou com mais força nos anos 50, permanecendo até o fim da década de 60. Nesta terceira aparição, já se passam 14 anos sem que haja previsão para a erradicação. Há ainda o agravante da nova apresentação da doença - a dengue hemorrágica - que tem causado vários casos de óbito.

Junto com o trabalho de prevenção, a SES está intensificando a preparação para o combate dos mosquitos adultos, através do carro-fumacê. O equipamento vai ser utilizado somente quando for registrada infestação acima do limite tolerável e em regiões onde estejam ocorrendo casos de transmissão da doença. "É necessário dizer que o fumacê só extermina o mosquito na fase adulta. Não adianta nada esse tipo de trabalho se as pessoas não colaborarem, deixando sempre cobertas as caixas d'água e cisternas e renovando diariamente a água das plantas. As larvas do mosquito não são mortas pelo fumacê", lembra Zamir. ■



Prefeitos, secretários municipais de agricultura e técnicos em visita ao Pólo Agrícola de Anajatuba, no interior da ilha de São Luís

Unidos contra a pobreza

O Maranhão importa a maioria dos alimentos que consome. Uma iniciativa simples, impulsionada por diversas prefeituras, reunidas num consórcio de municípios, adotou uma política agrícola regional, inédita no país, como instrumento de geração de emprego e renda

Cristiano Dias

Prefeituras de várias cidades do Maranhão decidiram sair da inércia provocada pela falta de recursos e se mexer para reverter o quadro de dependência de muitos municípios que importam, de outras regiões do país, a maior parte dos alimentos que consomem. Assim nasceu, em 1997, o Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento, que passou a dar prioridade à produção agrícola local, assegurando o máximo de infra-estrutura para os pequenos produtores locais.

Segundo o sociólogo Léo Costa, presidente do Instituto de Produção e Renda da Prefeitura de São Luís e idealizador do projeto, a importação excessiva de hortifrutigranjeiros significava evasão de divisas e empregos. "A cada ano, por força do crescimento populacional, espaços agrícolas tornam-se residenciais. São Luís está perdendo área

rural devido à imigração, enquanto outras cidades, muito pobres, não conseguem fixar as pessoas no campo", disse. "Queremos interromper esse processo de urbanização inadequado e mostrar que muita coisa pode ser produzida dentro do estado do Maranhão", afirmou.

O Consórcio é uma iniciativa do setor de produção e abastecimento da prefeitura de São Luís, administrada pelo prefeito Jackson Lago (PDT), que se juntou a vários outros prefeitos de diferentes partidos para organizá-lo. "Esses municípios próximos sempre foram fornecedores de mão-de-obra para São Luís e o crescimento excessivo da capital tem agravado problemas como a favelização", lembrou. Com isso, Costa, que também ocupa o cargo de presidente da Secretaria Executiva do Consórcio, espera que a economia regional se revitalize, que haja uma manutenção da população no campo através da geração de empregos rurais e que o preço dos alimentos caia, uma vez que passem a ser produzidos no local.

A força do caju

O primeiro projeto desenvolvido pelo Consórcio foi o "projeto caju", cultura "esquecida" pelos pequenos produtores maranhenses. "Fizemos uma parceria com a Embrapa Agro-Indústria Tropical, de Fortaleza, que há 15 anos estuda a fruta. Plantamos 100 mil mudas. Houve um intercâmbio entre produtores e técnicos e as pessoas passaram a se interessar pelo seu cultivo", disse.



FOTO: CINPRA / DIVULGAÇÃO

O sucesso do "projeto caju" viabilizou outros projetos semelhantes, também envolvendo parcerias com universidades e setores da Embrapa. São eles, o "projeto mandioca", que expande a produção do estado; o "projeto de caprino-ovino-cultura", que aumenta o número de cabeças

de ovelhas e cabras; o "projeto olericultura", para o desenvolvimento da cultura de hortaliças, e o "projeto agroindustrial múltiplo", na área de fruticultura, que prevê o aproveitamento de frutas locais como o buriti e a mangaba, através da instalação de fábricas de beneficiamento das frutas.

De fato, o Consórcio já está dinamizando a economia da região e vem proporcionando uma ponte entre os pequenos agricultores e as instituições de pesquisa, como universidades e a Embrapa, fazendo com que haja uma intensificação da produção através do acesso dos produtores à uma tecnologia que eles nunca tiveram. "O projeto é importante para superar o primitivismo das técnicas agrícolas atuais", avaliou. "É muito difícil que o Ministério da Agricultura tome a iniciativa de desenvolver uma cidade do interior do Maranhão. São estruturas muito distantes. Procuramos então articular um movimento local para trazer tecnologia e in-

vestimentos para os pequenos agricultores". É justamente essa, segundo ele, a principal proposta do consórcio, "a criação de uma base de informações e pesquisas tecnológicas deixadas a serviço dos municípios". Os dados mostram que, antes do Consórcio, apenas 0,5% dos estabelecimentos rurais tinham assistência técnica oficial e apenas 1,3% contava com assistência técnica privada. "Isso significa uma ausência de governo para esse setor", afirmou. "Esperamos que, em dez anos, o Maranhão esteja todo organizado em consórcios regionais para que os pequenos agricultores possam ter acesso à tecnologia", disse. Ele enfatizou que um dos maiores benefícios do Consórcio foi ter feito as pessoas pensarem a agricultura como um "agronegócio". "Antigamente se pensava somente na produção, sem levar em conta aspectos importantes como armazenagem, distribuição e comercialização. Estamos mudando essa mentalidade e pensando em toda a cadeia produtiva, que vai desde a roça até a prateleira do supermercado", declarou o sociólogo.

Um consórcio municipal de produção é uma iniciativa pioneira no Brasil. "As prefeituras estiveram sempre mais

preocupadas com a saúde, a educação e outras funções organizacionais. Essa indiferença está sendo quebrada pelo Consórcio que está fazendo da agricultura uma política pública fundamental para os municípios assim como a educação e a saúde", disse Costa.

O pioneirismo fez com que o Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento tivesse seu primeiro reconhecimento nacional ao receber, em outubro, o prêmio "Gestão Pública e Cidadania", concedido pela Fundação Getúlio Vargas, o BNDES e a Fundação Ford. Essas instituições escolhem anualmente, desde 1996, 20 experiências inovadoras em gestão pública que passam a fazer parte de um banco de dados, disponível para ser consultado por todo o país. "Esse prêmio foi um reconhecimento do nosso trabalho e um exemplo para que outros repitam nossa iniciativa", afirmou. Além disso, o programa recebeu elogios do jornalista Márcio Moreira Alves, em um artigo intitulado "Multirão da Produção, no jornal *O Globo*, de 20 de novembro. "A idéia é aumentar a produtividade e garantir a comercialização através das feiras do Consórcio", publicou Alves. ■

A cultura da mandioca é uma tradição do meio rural maranhense que o 'projeto mandioca' busca revitalizar



FOTO: CINPRA / DIVULGAÇÃO

O mito do excesso de funcionários

Estudioso do problema do funcionalismo público demonstra que no Brasil não há excesso e sim má distribuição de servidores

Nestor Cozetti

“É um mito que no Brasil seja astronômico o número de funcionários públicos”, afirma, com base em dados estatísticos, o professor Frederico Lustosa, coordenador da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Nos países industrializados, o emprego governamental alcançou uma média de 18% da força total de trabalho, chegando a 30% em alguns, enquanto no Brasil representa apenas 9,3% da população economicamente ativa.

“O que existe - prossegue o professor - são distorções com relação à distribuição e à remuneração. Mas o número em si, em proporção à população, está aquém da maioria dos países desenvolvidos e mesmo de nações semelhantes ao Brasil, como o México - 16,8% em 95. No Canadá, por exemplo, está em torno de 15,8%; na Suécia, 38,6%; nos Estados Unidos, 14,7%. Em toda a América Latina a média está em torno de 12,9% (dados de 1998), que já representou 15,5. A cifra inclui os funcionários públicos federais, estaduais e municipais.

“Em todo o mundo e sobretudo na Inglaterra e nos EUA, depois do proces-

so de reforma neoliberal, a partir dos anos 80, houve uma queda no emprego público através das reformas do Estado orientada para a racionalização dos gastos. O que temos aqui no Brasil é um problema de má distribuição de pessoal. Por exemplo, Brasília fará 40 anos e ainda hoje no Rio de Janeiro existem mais funcionários públicos federais do que no Distrito Federal e São Paulo juntos. É uma desproporção muito grande, mesmo tendo São Paulo quatro universidades federais e sendo a sede de alguns poucos órgãos. Não se justifica mais este excesso.”

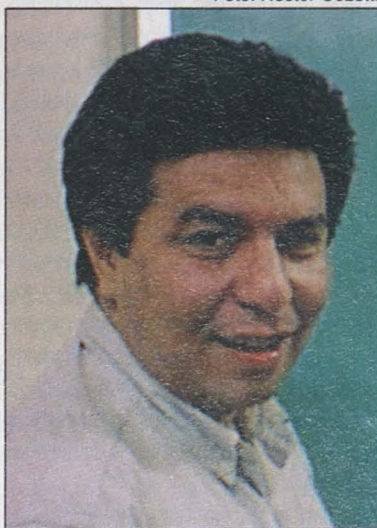
Entre os absurdos que existem, o

professor cita a existência de áreas-chave que praticamente estão descobertas, como o Ibama, que carece do número necessário de fiscais para executar suas funções fiscalizadoras a contento numa área geográfica que tem o tamanho da Europa.

Não é exagero: a distância que vai da capital do Acre a João Pessoa, capital da Paraíba, é a mesma que vai de Lisboa a Moscou. Há ainda problemas semelhantes nas áreas de educação e saúde. Estas distorções sim constituem um problema grave da administração pública federal.

O professor Frederico Lustosa lembra outras distorções. A Polícia Militar de São Paulo, por exemplo, tem 800 policiais lotados na Banda de Música, enquanto a cidade vive um problema grave de insegurança. E, no Rio de Janeiro, a escola pública que detém o maior número de professores é a Assembleia Legislativa do Estado! Lá estão lotados 600 professores, no que constitui um desvio de função. São professores de carreira que, ao invés de estarem exercendo as suas atividades, foram requisitados para assistir deputados. Também estão lotados na Assembleia 40 delegados de polícia. Aliás, no terreno da segurança, Lustosa cita outras áreas descobertas: existem 5 mil policiais federais para todo o território nacional, fato que determina sérias carências de polícia de fronteira para o

Foto: Nestor Cozetti



Frederico Lustosa, professor e coordenador da Ebap



O número de funcionários públicos, em proporção à população, está no Brasil aquém da maioria dos países desenvolvidos

combate ao tráfico de drogas, à evasão fiscal, ao contrabando, etc.

No caso da Justiça, a situação não é muito diferente. "Dados da Associação dos Magistrados Brasileiros mostram que há dez anos o número de processos judiciais era de 350 mil. No ano passado a cifra pulou para 8,5 milhões. Em compensação, nesse período o número de juízes apenas dobrou: passou de 4.900 para 10 mil, em 1998. O Brasil precisa de mais juízes, pois essa proporção é baixíssima", diz o especialista.

Para ele, o grande problema do Brasil são a má distribuição do funcionalismo dentro da Federação e a existência de setores muito carentes na área de meio ambiente, saúde, judiciário, polícia federal.

Bode expiatório

"Não se pode fazer do servidor público um bode expiatório para todos os problemas do país", afirma Lustosa. "Na verdade, é a rolagem da dívida interna, e não os salários do funcionalismo, que suga a maior parte do Tesouro."

A mesma injustiça o professor vê no que diz respeito ao tratamento que recebem os aposentados. "São pessoas que têm um direito adquirido por lei,

assegurado pela Constituição. Não existe nenhum país que assegure aposentadoria integral. E houve uma queda no nível de emprego, com menos gente contribuindo, então o sistema previdenciário acaba se tornando inviável. Qual seria a solução? Tem que ser revisto todo o pacto social que sustenta o seguro social, para redefinir suas bases de financiamento."

E a polêmica taxa dos inativos? "Como o Supremo declarou inconstitucional a Medida Provisória que fixou a contribuição dos aposentados, é possível que se faça uma Emenda à Constituição.

O Estado é que permitiu graves distorções salariais. O teto é de 1.200 reais para a aposentadoria da Previdência. Mas ocorrem absurdos em regime de cascata; situações que a lei permitiu, perfeitamente legais, mas que são, ao menos perante o restante da população, imorais. Acumulação, incorporação de cargos de comissão, etc., que geram aposentadorias altamente onerosas para o Tesouro e acabam por criar má vontade da população em relação ao servidor público. É o caso de uns vinte professores da Universidade Federal de meu estado, o Ceará, que ganham 18, 20, 25, 35 mil reais. É o efeito cascata: ele era não sei o quê, depois foi Reitor, estão lá com as aposentadorias extraordinárias."

E como cuidar disso? "A primeira idéia de reforma é um teto de remuneração. A Constituição proíbe o trabalho sem remuneração. Um ministro do Supremo, por exemplo, costuma ser, ao mesmo tempo, professor universitário de 20 horas por semana. Como a Constituição proíbe o trabalho sem remuneração, se ele já ganha o teto, e se ao ser professor não pode exercer a função sem ganhar nada, está criado um impasse. Não sei como será possível resolver problemas desse tipo." ■

Os funcionários da FGV não são da esfera pública e sim privada

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar a revista **Cadernos** ligue para:

(0 XX 21) 221-75 11

ou envie um fax:

(0 XX 21) 252-8455

ou pela Internet:

etm@etm.com.br

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

O preço da Assinatura é R\$ 72,00, mas estamos com uma promoção POR TEMPO LIMITADO (31/12/99) de R\$ 60,00 (à vista).

Pode enviar cheque nominal à Editora Terceiro Milênio, ou solicitar envio de boleto bancário.

Para se corresponder com a redação ou enviar cartas:



Redação da Cadernos

Editora Terceiro Milênio

Rua da Glória, 122 / 105-106

Glória - CEP 20241-180

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Para comprar números atrasados:

Contate o nosso Departamento de Circulação
Tel: (0 XX 21) 221-7511

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescidos de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Para anunciar:

Ligue (0 XX 21) 221 - 7511 e contate o Departamento Comercial

Para pesquisas e uso da revista em sala de aula:

Ligue (0 XX 21) 221-75 11 e contate o nosso Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>

E-mail: etm@etm.com.br

O espectro da dolarização

As explicações de Fraga não convenceram

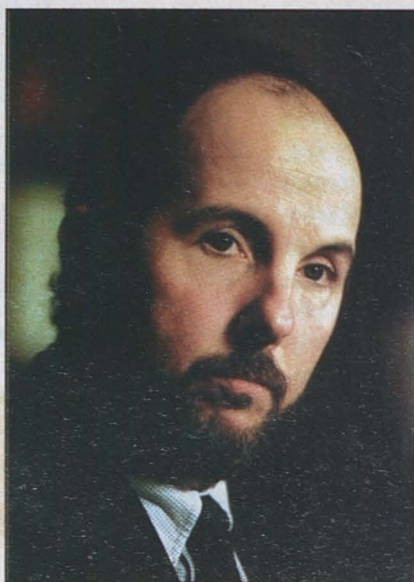
Ao anunciar a adoção da livre conversibilidade do real, já no primeiro semestre do próximo ano, o presidente do Banco Central do Brasil, Armínio Fraga, procurou afastar temores quanto à dolarização da economia brasileira em futuro próximo. Ele afirmou que, na prática, o Brasil já tem um mercado livre com a flutuação do câmbio.

O próprio Armínio Fraga lembrou que o processo de reforma da conta de capitais no país vem evoluindo há anos para a conversibilidade, mas esta não deve ser confundida com a conversibilidade em regime de câmbio fixo adotada pela Argentina. O objetivo da medida, no Brasil, sublinhou o presidente do BC, "é facilitar a vida do cidadão ou da empresa que vivem dentro da lei e pagam seus impostos em dia, e dificultar cada vez mais a vida dos demais".

O argumento não é dos mais convincentes, se levarmos em conta a existência, no país, de mecanismos legais e institucionais capazes de levar o Fisco a identificar e punir os contribuintes faltosos. Os dólares resultantes da conversão, esclareceu Fraga, podem ser depositados em bancos suíços ou norte-americanos, por exemplo; podem ser remetidos para o exterior, ou simplesmente guardados em casa. Só não podem ser depositados em contas expressas na moeda americana em bancos brasileiros. Por que a discriminação?

Fraga é a alegação de que a conversibilidade servirá para o país atrair mais recursos externos e para a redução das operações no mercado paralelo de câmbio. Nem no regime

de bandas cambiais, largas ou estreitas, os tais recursos estrangeiros deixaram de afluir para cá em quantidades significativas. A destinação última desses recursos é que se revelou nada recomendável, pelo que ficou constatado nas crises que culminaram com a maxidesvalorização do real no começo de 1999.



Presidente do Banco Central, Armínio Fraga

São muito fortes os indícios de preparação do país para a dolarização total. A liberalização formal do mercado se faria a pretexto de tornar "o país mais seguro para investimentos externos", que até aqui têm sido canalizados para a compra de empresas estatais, para a absorção de empresas brasileiras de capital privado por empresas multinacionais e para aplicações especulativas nos merca-

dos financeiros e de capitais. Citaremos alguns desses indícios:

1 - Documento elaborado sob a supervisão de Ricardo Hausmann, economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), publicado no mês de abril no *Washington Post* e apresentado por ocasião da última assembléia-geral do BID, causou grande polêmica ao sugerir a dolarização imediata das economias de todos os países da América Latina.

O estudo propõe que as moedas dos países da região sejam atreladas ao dólar, através de uma taxa fixa de câmbio, ou simplesmente substituídas pela moeda norte-americana. Sustenta a proposta de

Hausmann a alegação de que esses países ganhariam mais estabilidade, se definissem paridades fixas de suas moedas com o dólar, a exemplo da Argentina e de El Salvador, ou se lançassem dólares americanos em circulação, como o Panamá. Hausmann concluiu assim: "Vivemos num mundo com dois fabricantes de refrigerantes, dois de aviões, três de pasta de dentes e 180 emitentes de moedas." Ou seja, com essa concentração de produtores já não se justificaria a circulação de tantas moedas na economia mundial.

2 - Não é diferente a tese do atual presidente do Banco Central do Brasil. Dias antes de sua indicação para o BC, solicitado a fazer uma exposição sobre Política Monetária perante empresários, Fraga afirmou que a economia mundial não pode continuar a conviver com o que ele considerava uma plethora de moedas nacionais sem expressão. E concluiu que, num futuro não muito distante, apenas três ou quatro moedas, no máximo (as mais fortes), passarão a existir na economia mundial.

3 - Mais recentemente, o senador republicano Connie Mack (Flórida) apresentou ao Congresso dos Estados Unidos projeto de lei que dispõe sobre a dolarização das chamadas "economias emergentes" da América Latina.

Na sustentação de sua iniciativa, denominada Ata de Estabilidade Monetária Internacional, o senador afirmou que "o dólar é a melhor moeda do mundo". Garantiu, em seguida, que, "nos países dolarizados a inflação e as taxas de juros cairão aos níveis registrados nos Estados Unidos... como resultado de mais poupança, mais investimentos, mais mercados financeiros solventes e mais comércio internacional".

O senador deixou claro, no entanto, que a dolarização não obriga o governo norte-americano a conceder recursos aos países dolarizados, nem ajudá-los nas políticas monetárias. Claro, o senhor Connie Mack sabe muito bem que, se caírem na armadilha da dolarização total, os países emergentes não poderão ter políticas monetárias próprias, já que deixarão de ter moedas próprias. ■

A volta da velha senhora

Há temores de um novo surto inflacionário

Ao darem um toque otimista às suas declarações sobre a ameaça de volta da inflação, os empresários fizeram coro com o governo na tranquilidade que pretenderam passar ao povo: "O pior já passou"; "o ambiente competitivo da economia brasileira forma uma barreira contra movimentos automáticos de reajustes de preços"; "a população resiste ao repasse indiscriminado de custos para os preços" e outras expressões de teor semelhante foram muito comuns durante os últimos dias de novembro, depois que a Funda-

ção Getúlio Vargas e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) divulgaram os mais recentes índices de inflação. O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, porém, reconheceu que "as expectativas de inflação se deterioraram e comprometem o cumprimento das metas para os próximos dois anos, até porque temem que a elevação dos preços em novembro configure o início de um processo generalizado de ajustes de preço, ainda não confirmado pelo Banco Central. De qualquer forma, o governo deposita esperan-

ças em que as altas de preço no atacado, refletidas no Índice de Preços no Atacado (IPA), 22,5% no ano, não sejam repassadas ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC), 7,2% até novembro.

Diffícil, porque os varejistas já estão no limite de suas resistências e muitas empresas já se vêem diante da ameaça de fechamento. Cogitam, por isso, de elevarem substancialmente os seus preços, aproveitando-se do aumento da demanda na reta final do ano. A verdade é que há temores no governo de perda do controle sobre a inflação. A própria meta oficial de 6% a 8% já se revela comprometida; o IPC da Fundação Getúlio Vargas, em novembro, já superou os 18%, enquanto no documento em que fixa as metas de Política Monetária, encaminhado ao Senado, o governo prevê inflação de 15%. ■

Classificação não recomenda

A agência classificadora de riscos Moody's, em final de outubro e início de novembro de 99, manteve para o Brasil a nota B2, atribuída em setembro de 98 a países envolvidos em crises graves, como Venezuela, Paraguai e Turcomenistão. Razões:

1 - A dívida externa brasileira cresceu de 30,2% do PIB, no ano passado, para 39,8% este ano. Está, portanto, muito elevada em relação à capacidade do país de levantar recursos no exterior. A curto prazo, os riscos chegam a diminuir um pouco, mas, a médio prazo, o país poderá ter problemas de pagamento,

uma vez que o maior obstáculo é o passivo acumulado.

2 - As exportações ainda não reagiram, de modo a cobrir os compromissos externos.

3 - Se, de um lado, os recursos do FMI (41,5 bilhões de dólares) ajudaram a contornar a crise que começou nos primeiros meses deste ano, de outro aumentaram a dívida externa.

4 - É insustentável a melhoria dos indicadores econômicos diante de um mercado financeiro cada vez mais volátil e imprevisível;

5 - A tendência, no futuro, é o Brasil precisar de re-



Os déficits comerciais estão entre as causas da nota B2 dada ao Brasil pelas agências classificadoras de risco

ursos dos organismos internacionais para poder honrar os seus compromissos externos.

Mais recentemente, o jornal inglês *The Economist* classificou o Brasil em quin-

to lugar entre os países de maior risco para os investidores.

Motivos citados pelos analistas: instabilidade política, balanço comercial e de pagamentos deficitários. ■

Conjuntura mundial

Forte presença do Estado no Japão

Analistas da conjuntura mundial fazem prognósticos de reação positiva das economias da América Latina, em face dos indicadores das economias asiáticas - China, Japão e Coreia do Sul, da Europa e dos Estados Unidos, o carro-chefe da economia mundial. Embora certos de que será favorecido pelas reações positivas dessas economias, o Brasil, segundo os analistas, continuará vulnerável a crises externas.

Quanto aos EUA, o pêndulo das análises vai do otimismo diante da chamada Nova Economia ao realismo mais responsável que sugere incertezas e inseguranças. Afinal, a economia americana ainda é uma espécie de esfinge que precisa ser decifrada.

A economia do bloco asiático sinaliza fortemente uma recuperação em 1999 e a tendência de retomada do crescimento que deverá se acentuar para atingir um índice superior a 5,5% no transcurso do ano 2000. Destaca-se o salto da Coreia do Sul, cujos índices de crescimento foram os mais elevados do bloco - de 5,8%, em 1998, para 9% este ano, contra estimativas anteriores de 8%. A expectativa é de uma expansão sustentada a partir do ano

2000. De acordo com o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), o crescimento da China em 2000 será de 7,2%, contra a previsão anterior de 6,8%.

As estimativas para Hong Kong passaram, depois de um encolhimento de -5,1 no PIB, de 0,5% para 0,7% em 1999; Cingapura evoluirá da queda de 1,55%, em 1998, para 5% positivos. Os prognósticos para a Tailândia são de crescimento de 4%, contra 3% no ano passado.

JAPÃO - Encerrada a fase adversa, a economia japonesa, em 1999, passou de uma recuperação cíclica para 2,5% de crescimento real. Para consolidar essa expansão, o país mantém uma política econômica de corte keynesiano através de investimentos governamentais, cujo montante foi estabelecido no Orçamento Suplementar de 169 bilhões de dólares. Do total, 63 bilhões resultam de novas emissões de títulos do Tesouro, que se incorporaram a uma dívida interna de perfil longo e remunerada a juros baixos. Projetos para infraestrutura social e de apoio às pe-

quenas e médias empresas vão absorver 34,3 bilhões de dólares, segundo anunciou a Agência de Planejamento Econômico. A expansão do crédito para esses segmentos do empresariado japonês isenta as empresas beneficiadas de garantias reais. O próprio governo garante.

EUROPA - De acordo com o Relatório da Comissão Europeia, o PIB europeu deverá exibir um incremento de 2,1% até dezembro e 3% no ano 2000. A França crescerá 2,5% em 99, 2,9% em 2000 e 3% em 2001. A Alemanha, 1,5%, 2,6% e 2,7%.

ESTADOS UNIDOS - Ainda coexiste a euforia diante do crescimento da economia num ambiente de baixa inflação nos últimos anos com a prudência sugerida por analistas. A previsão é de que a inflação vai começar a subir, devido ao aumento da atividade na economia; o lucro declinará e também o crédito e os investimentos. A oferta de empregos começa a diminuir. A Nova Economia ainda não é um consenso. ■



A entrada de recursos externos via Bolsa de Valores torna-se insustentável com as desvalorizações do real

Crise cambial

Quase todos os fatores da nova crise cambial estão presentes, hoje, na economia brasileira: Ao contrário da meta estabelecida pelo FMI de um saldo comercial de 11 bilhões de dólares, que, sucessivamente revisto, caiu para 9 bilhões, 6 bilhões, 3,5 bilhões até o equilíbrio das importações e exportações, caminhamos para um déficit em torno de 1,3 bilhão de dólares. A dívida externa continua crescendo e o seu montante está próximo dos 300 bilhões de dólares; o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos situa-se além

dos 25 bilhões de dólares; o serviço da dívida externa terá consumido, até dezembro quase 80 bilhões de dólares; os títulos da dívida pública com cláusula de correção cambial correspondem hoje a quase 30% do total da dívida - já de 511 bilhões de dólares; as taxas de juros continuam altas e ainda contribuem para o aumento da mesma dívida; a desvalorização do câmbio impõe um dispêndio de mais reais para aquisição de dólares (para importações ou para atender a compromissos externos). Para contornar as pressões sobre a taxa de câmbio, o governo

"queima" diariamente parcelas significativas das reservas cambiais. Para recompô-las, emite novas dívidas junto aos mercados internacionais de capitais. Por força da desconfiança que o país inspira nos mercados, o fluxo de recursos, até mesmo os especulativos, diminui de forma preocupante.

Mau sinal é o cálculo do Banco Central para a margem de suas intervenções no mercado de câmbio no primeiro trimestre do ano 2000: 6 bilhões de dólares em janeiro, 5,1 bi-

lhões em fevereiro e 3,1 bilhões em março - um total de 14 bilhões de dólares.

No desespero diante de quadro tão inquietador, o governo poderá transitar da livre conversibilidade para a dolarização, se persistir na miragem da estabilidade do real. Menos irracional seria o controle do câmbio ou a moratória negociada, que o próprio ministro Pedro Malan não descarta. Ele só não admite a moratória por imposição do governo. ■

O que eles dizem...

“Para o capital de fora é até vergonhoso. Que tragam o seu dinheiro para cá, nós somos pobres e eles são milionários. É um absurdo.”

Antônio Ermírio de Moraes, sobre a liberação de verbas do BNDES para a empresa norte-americana AES comprar a Cesp

“O grande perigo do governo FHC é que chegue até o fim.”

Do jurista Celso Bandeira de Melo, em entrevista à revista Caros Amigos

“Não sei o que eles são, se neoliberais ou o quê. Mas, no meu entendimento, têm pouca diferença do próprio governo. Tomara que isso mude.”

Itamar Franco, sobre Ciro e o PPS, em entrevista a Mônica Giugliano e Bernardo de la Peña, em O Globo

“Não podemos aceitar que o FMI se intrometa nos projetos do governo.”

Antônio Carlos Magalhães, presidente do Congresso Nacional, durante encontro com Luís Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT

“Lula está embarcando em uma canoa furada. Tenta mostrar ser capaz de conversar com a direita, mas não conseguirá desfazer sua imagem de radical.”

Silvio Torres (PSDB-SP), deputado estadual sobre o encontro entre ACM e Lula

“Quando eu era uma ameaça ao sistema, sumi, fui proibido de falar.”

Ciro Gomes, em entrevista à revista BUNDAS, sugerindo não ser mais uma ameaça ao sistema

“Que violência maior pode haver que a deliberada derrota da esperança de um povo? Não foi isso que aconteceu com o real e a farsa da estabilidade?”

Eurípedes Miranda (PDT-RO), deputado federal, sobre a onda de violência no país

"Hoje é mais fácil ser mulher não sendo mulher"

Julia Kristeva, psicanalista, sobre o resultado das lutas feministas pós-anos 60

“- Reconheço que o dinheiro é seu, você paga juros sobre ele, está na sua conta, mas você não pode usar.

- Está bom, ministro, então vamos agora criar o seu salário virtual: todo mês o presidente lhe paga, põe o dinheiro na sua conta, mas o Sr. não pode usar.”

Diálogo entre Pedro Malan, ministro da Fazenda, e Anthony Garotinho (PDT), governador do Rio de Janeiro, durante renegociação da dívida do estado com a União

“O governo está espalhando o problema ao invés de resolvê-lo.”

Antônio Gilberto da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência ao Menor e à Família de São Paulo, sobre a transferência de menores da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor para o interior do estado

“Hoje é mais fácil ser mulher não sendo mulher.”

Julia Kristeva, psicanalista, sobre o resultado das lutas feministas pós-anos 60

“O resultado final é que a maneira de fazer negócios vai mudar mais nos próximos 10 anos do que nos últimos 50 anos.”

Bill Gates, comentando a influência que a Internet terá sobre o capitalismo

“A esquerda é como um time convidado a jogar num campo onde o juiz é parceiro do adversário, os canais de rádio e televisão pertencem ao adversário, a bola é do adversário e, portanto, as regras do jogo são do adversário.”

Valton Leitão, psiquiatra, sobre o processo eleitoral brasileiro para a revista Comunicação & Política

“A mudança é grande. Os dados estão aí. Não vê quem não quer.”

Fernando Henrique dizendo que será lembrado especialmente pelo que realizou na área social. Folha de S. Paulo, 31/10/99

“Até onde eu sei, como presidente, cabe a ele tomar as providências necessárias. Será que ele está preparando o socorro dos bombeiros?”

Valdemar Costa Neto, líder do PL na Câmara, sobre o pedido de FHC de ações mais enérgicas contra a violência

“Um espectro ronda o país, o da desordem.”

Roberto Campos, sobre a crise política do país

“A essência do cristianismo não é o culto em si, mas o oculto.”

Carlos Heytor Cony, na Folha de S. Paulo, 6/11/99

“Será o desemprego um mal?”

Capa da revista Idéias & Debates, do PSDB, maio de 1999

“Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância do que somos e o que esperávamos ser.”

Celso Furtado, economista, autor do clássico Formação Econômica do Brasil

“Não é esse o presidente que diz que fumava maconha na universidade?”

Locutor popular argentino após saber que Clinton elogiará Carlos Menem ■

Cuba

Aliança estratégica com a Venezuela

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, fez uma visita oficial de dois dias a Cuba, e avançou nas negociações para operações conjuntas no setor petrolífero, calcanhar-de-aquiles da economia cubana. "Vamos trabalhar numa aliança estratégica com Cuba na refinaria de Cienfuegos", disse.

A exploração conjunta das instalações para refinar petróleo cru em Cienfuegos, 336 km de Havana, daria fôlego ao país em matéria energética, um dos pontos mais fracos de sua economia desde que perdeu seu principal provedor, a União Soviética. Com o investimento, Cuba deve processar 2 milhões de toneladas de petróleo cru e 500 milhões de metros cúbicos de gás, o que cobriria 30% de suas necessidades. Mesmo insuficientes, os números são animadores se comparados às 500 mil toneladas processadas pela ilha em 1991.

Durante a visita, Chávez e Fidel disputaram um inusitado jogo de beisebol, entre as sele-

ções de Cuba e da Venezuela, que terminou com a vitória cubana por 5 a 4.

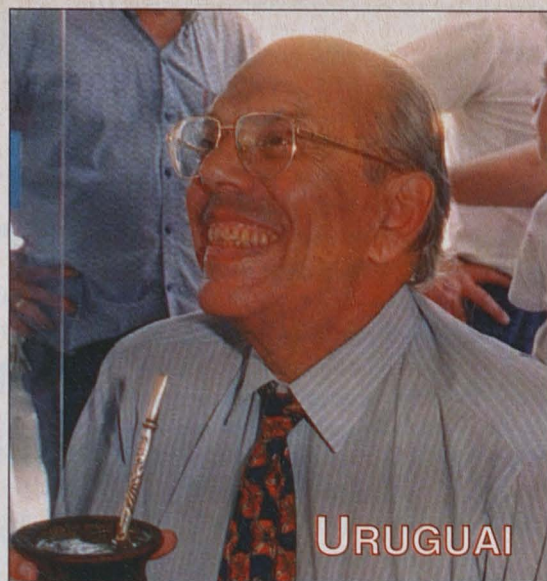
Ambos os países trabalham agora em mecanismos de cooperação para a produção de alimentos e maquinário agrícola para a indústria açucareira. A Venezuela é atualmente um dos principais parceiros comerciais de Cuba, com um volume de negócios de 360 milhões de dólares no ano passado.

No início de dezembro, Fidel denunciou a descoberta pelos serviços de informação de Cuba, de um complô norte-americano para assassinar o presidente venezuelano e o aconselhou a "tomar cuidado".

"Os serviços de segurança cubanos neutralizaram várias ações dessa natureza e gozam de grande credibilidade", disse o chanceler da Venezuela, José Vicente Rangel. A tentativa de assassinato seria em dezembro, perto da data do referendo que deverá aprovar a nova Carta Magna venezuelana.



O anfiteatro do Palácio de Convenções, em Havana, abrigou a sessão inaugural da IX Cúpula Ibero-Americana, em 16 de novembro, reunindo 18 chefes de Estado latino-americanos, de Portugal e da Espanha. A diplomacia cubana conquistou um grande triunfo ao obter dos líderes a desaprovação ao embargo norte-americano, mas recebeu críticas por insistir na manutenção do sistema unipartidário com eleições indiretas



Presidente eleito do Uruguai, Jorge Batlle, comemora sua votação bebendo um chimarrão. Com a ajuda dos tradicionais rivais do Partido Nacional, o Partido Colorado, de Batlle, derrotou a coligação de esquerda liderada por Tabaré Vázquez

Peru

Cidade antiga em perigo

As ruínas arqueológicas de Caral, a cidade mais antiga da América do Sul, descoberta há apenas três anos, poderão ser cobertas de areia, caso não se consiga financiamento para trabalhos científicos no local. As ruínas, localizadas a três horas de Lima, abarcam um período de ocupação de mil anos, sendo que os traços mais antigos datam de 2.800 a.C., enquanto que os mais recentes, segundo medição de carbono 14, são de 1.800 a.C. As escavações começaram nos anos 50, mas somente em 1996 uma equipe da Universidade de São Marcos, de Lima, descobriu sua magnificência e confirmou sua antiguidade.

A decisão de soterrar as ruínas com areia, segundo Manuel Paredes, reitor da universidade, tem a finalidade de evitar sua deterioração pela ação do vento. Caso Caral suma por debaixo da areia, vários enigmas sobre essa cidade pré-incaica permaneceriam sem solução. Apesar de estar razoavelmente bem conservada, há zonas da cidade que exigem um grande esforço arqueológico para responder questões como quem foram seus habitantes, que influência exerceram sobre outras culturas pré-colombianas e por que abandonaram a cidade. O local seria o ponto de partida para esclarecer o surgimento da civilização peruana, o papel da agricultura, o manejo de recursos naturais e a origem de outras cidades pré-colombianas.

Portugal

Império com os dias contados

Quando for recolhida a bandeira portuguesa no enclave de Macau, na China, em dezembro, será o fim da presença europeia na Ásia, último resquício do ciclo colonial inaugurado pelos próprios portugueses, em 1498, com a conquista da Índia Ocidental. Como na África, os lusitanos foram os primeiros a chegar e serão os últimos a sair.

No entanto, a diferença dos conflitos que marcaram a descolonização portuguesa na Índia e na África, a saída de Macau será mais parecida com a independência do Brasil, realizada sem alardes e através de negociações pacíficas. Em 20 de dezembro, Beijing estará recebendo de volta a concessão dada pelos mandarins chineses, em 1557, aos portugueses. Assim como fez com Hong Kong, ex-colônia britânica, a China pretende outorgar a Macau um estatuto especial que lhe permitirá manter a economia capitalista. "Um país, dois sistemas" é a palavra de ordem chinesa para a recuperação dos enclaves de Hong Kong, Macau e da ilha rebelde de Taiwan.

A diferença entre os casos de Hong Kong e Macau é que essa última nunca foi formalmente uma "colônia" e sim "um território chinês sob administração portuguesa". A sutileza, de pouca importância na visão do Ocidente, é muito relevante para os chineses.

Ao contrário do que acontecia em Londres no que diz respeito a Hong Kong, a relação entre chineses e portugueses sempre foi marcada por pressões de Lisboa para devolver o quanto antes

uma possessão que só representava despesas para os cofres do Estado lusitano. A economia de Macau é controlada, há várias décadas, por chineses. A presença portuguesa se reduz à pomposa manutenção do governador e seu séquito, quase 3 mil funcionários com salários até três vezes maiores que em Portugal, o que tornou cara a administração do enclave.

Para a China, recuperar Macau significará concluir a unificação territorial continental. A recuperação de Taiwan, ilha onde se refugiaram os chineses nacionalistas, derrotados em 1949, passa a ser agora o grande objetivo de Beijing.

O governador de Macau, general

Vasco de Rocha Vieira, assinala que tudo caminha bem para a transferência de poder, mas lembra que nem sempre as relações entre Portugal e China foram boas. Há pouco, houve um desconforto diplomático causado pelas notícias de que a China enviaria tropas a Macau antes da data prevista para a retirada portuguesa.

A saída do Palácio Baía da Praia Grande do general Rocha Vieira, último governador do Império Português, marcará o fim da epopéia iniciada por Vasco da Gama há cinco séculos.



Sun Xin, conhecido calígrafo chinês, usa um pincel gigante para desenhar a palavra 'dragão', em celebração ao retorno de Macau



MÉXICO

Francisco Labastida foi escolhido para ser o candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI) nas eleições presidenciais do próximo ano no México. Depois de ser proclamado oficialmente candidato do PRI, Labastida discursou para cerca de 5 mil simpatizantes na sede do partido, na Cidade do México. "Nenhum outro partido teve o valor e a decisão de empreender um processo democrático para escolher um candidato", declarou ele



Casa de Angola

Foi inaugurada, no dia 5 de novembro, em Salvador, a Casa de Angola na Bahia, uma iniciativa conjunta do governo angolano, do governo do estado da Bahia, da prefeitura de Salvador e da Organização Oldebrecht. O objetivo da casa é se transformar num centro cultural de Angola no Brasil, consolidando os laços culturais existentes entre as duas comunidades, principalmente a baiana e a angolana.

O local escolhido para sediar a Casa de Angola foi o Solar do Gravata, um palacete do século XVIII, no centro histórico de Salvador, que foi restaurado especialmente para abrigar a instituição.

A inauguração contou com a presença do embaixador de Angola no Brasil, Oswaldo Serra Van-Dúnem (na foto, durante o seu discurso), do senador Antônio Carlos Magalhães e do governador da Bahia, César Borges. O local vai proporcionar à população de Salvador um espaço para pesquisa da cultura africana e várias outras atividades culturais, como lançamento de livros, mostras de cinema, apresentação de teatro, música e dança.

Nigéria

Solteiras em risco

Em novembro, o governo do Estado de Zamfara, no norte da Nigéria, anunciou que todas as funcionárias públicas solteiras deveriam se casar em três meses, ou perderiam seus empregos. Desde 27 de outubro, Zamfara vive sob a égide da *sharia*, a legislação islâmica que impõe, entre outras penas, a amputação de partes do corpo para os ladrões e chibatadas para quem beber álcool. O Projeto de Direitos Constitucionais, uma organização não-governamental, alertou que a medida viola a carta fundamental nigeriana e o direito das mulheres.

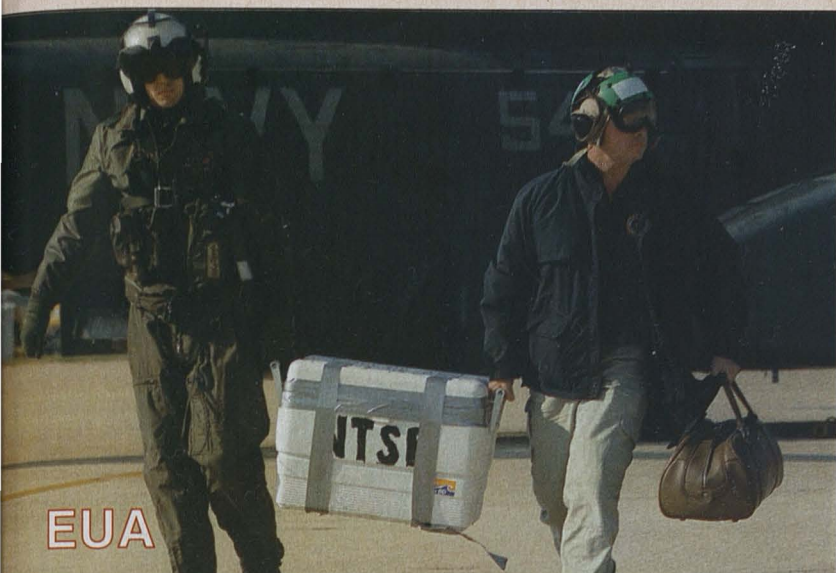
O governador de Zamfara, Ahmed Sani, havia assegurado aos nigerianos, assim como a representantes líbios e sauditas, presentes à cerimônia de introdução da *sharia*, que as leis seriam obrigatórias somente para muçulmanos. Organizações cristãs e de direitos humanos criticaram a implementação da *sharia*. A repercussão foi tanta que outros Estados muçulmanos no norte do país, que estavam estudando a implantação das leis islâmicas, voltaram atrás.

Lateef Adegbite, da Corte Suprema da Nigéria para Assuntos Islâmicos, alertou que os Estados que quiserem instaurar a *sharia* devem deixar os seguidores de outras religiões de fora. Adegbite, um dos adeptos das leis islâmicas, pediu que os governantes locais res-

peitem outras religiões. "A Nigéria é uma federação, um Estado democrático, multirreligioso, e não um Estado secular", disse.

Os cristãos, que representam a metade dos 110 milhões de habitantes, estão apreensivos com a adoção das leis islâmicas pelo norte do país. A Sociedade da Bíblia da Nigéria qualificou a decisão de "um passo para trás às portas do novo milênio".

O Movimento Nacional de Oração, outra organização cristã, alertou que a introdução da *sharia* em Zamfara poderia causar uma guerra religiosa. "Quem não é muçulmano já está imigrando para outros Estados", afirmou Oluwagbemiga Olakunle, secretário-geral do Movimento.



EUA

Funcionários do governo norte-americano carregam a caixa-preta contendo as informações sobre o voo 990 da EgyptAir. O material foi levado para os Estados Unidos, onde serão analisadas as causas da queda do Boeing 767

ONU

Emissoras ignoram guerras na África

Mais de 750 delegados de 80 países participaram do Quarto Fórum Mundial da ONU sobre Televisão, realizado na sede da organização mundial, em Nova Iorque, que discutiu o "Impacto da televisão sobre a paz e o desenvolvimento". Durante a reunião ficou patente a relação de amor e ódio entre a organização e os meios de comunicação, que recebeu, entre alguns elogios, várias críticas por ignorar conflitos na África.

Theo Ben Guirirab, ministro das Relações Exteriores da Namíbia e atual presidente da Assembleia Geral da ONU, destacou a importância da TV, que pode "influir e chamar à ação a sociedade". "Temos visto uma rápida resposta da comunidade internacional aos desastres humanitários em todo o mundo", disse, citando os casos de Timor e Kosovo.

Por outro lado, Guirirab culpou



O ministro das Relações Exteriores da Namíbia, Theo Ben Guirirab, durante sessão da Assembleia Geral da ONU

as televisões por ignorar ou minimizar o "banho de sangue e sofrimento humano em algumas regiões da África", citando os casos do conflito entre Etiópia e Eritreia, que já conta 600 mil refugiados. O presidente da Assembleia Geral ainda lamentou o pouco interesse das grandes redes de TV com relação às crises em Angola, Congo e Burundi. "Essas guerras estão sendo ignoradas pois não há rede de televisão que as registre", afirmou Guirirab.

Você acha que todos são iguais perante a lei.

Visite uma prisão.
Ou trate de ler.

discursos
sediciosos
CRIME, DIREITO E SOCIEDADE
ano 3 números 5 e 6 1º e 2º semestres de 1997

Alexandre A. Marinho	José Mauricio S. Alvarez
Alexandre Macedo	Vilko Goldman
Alfredo Benedit	João Pinheiro
André Pires	Luiz Eduardo de V. Vieira
Carlos A. Pires	Luiz Guilherme Vieira
Carlos Eduardo Maciel	Marco Aurélio
C. M. Nazareth Cavalcanti	Maria Helena C. Ribeiro
Dea Rita Malozinho	Maria Lucia Koram
Eduardo Galeano	Nelio Roberto Sêtil Machado
Eliane Botelho Junqueira	Nilo Batista
Gisélle Cerqueira	Patricia Ribeiro Serra Vieira
Gizlene Nêder	Selmo Raulino de Resende
Humberto Telles	Sergio Demora Hamilton
José Eduardo Azevedo	Tina Harris-Rouquette

ISSN 1413-883X



Freitas Bastos Editora

Uma publicação

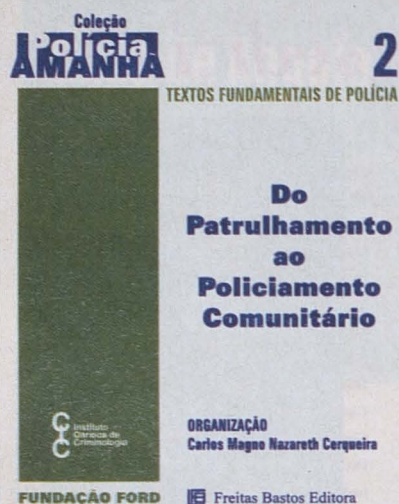


Freitas Bastos Editora

Av. Londres, 381 Bonsucesso
CEP 21041-030 Rio de Janeiro RJ
telfax (021) 573 8949

**Você
adora
tolerância
zero.**

**A Gestapo
também adorava.
Trate de ler.**



Uma publicação



Freitas Bastos Editora

Av. Londres, 381 Bonsucesso
CEP 21041-030 Rio de Janeiro RJ
telfax (021) 573 8949



MALÁSIA

O primeiro-ministro da Malásia, Mahatir Mohamed, acena para correligionários, em Kuala Lumpur, capital do país. Muhatir, que governa o país há 18 anos, venceu com ampla maioria as eleições gerais, em novembro, e é o líder eleito que governa há mais tempo na Ásia. A coalizão, a Frente Nacional, liderada atualmente por ele, vem obtendo, desde a independência da Malásia, em 1957, a marca histórica de dois terços das cadeiras do Parlamento. Muhatir sobreviveu à crise econômica que acabou derrubando os governos da Indonésia, Coréia do Sul e Tailândia, e derrotou o ex-ministro das Finanças, Anwar Ibrahim, que, embora preso por corrupção, se tornou o maior líder oposicionista.

Comandantes de Exército de 18 países do continente americano posaram para os fotógrafos, em La Paz, durante a inauguração da Vigésima Terceira Conferência de Exércitos Americanos, na Bolívia



BOLÍVIA

INDONÉSIA

Timor Leste

Gusmão critica Banco Mundial

A missão do Banco Mundial em Timor Leste divulgou em novembro suas recomendações para a reconstrução do país e bateu de frente com o líder independentista Xanana Gusmão, que não concorda com vários pontos da política econômica ditada pelo organismo. O diretor do Banco Mundial para o Timor Leste, Klaus Rohland, disse que, segundo os cálculos de sua equipe, a reconstrução do território custará 300 milhões de dólares e levará três anos. Gusmão criticou a missão porque não teria consultado os líderes timorenses. O Banco Mundial, por sua vez, rebateu os argumentos num relatório, dizendo que havia consultado especialistas locais.

Entre as prioridades a médio prazo do banco estão a restauração da infra-estrutura básica da produção agrícola, da educação, saúde e serviços bancários, e o restabelecimento da burocracia. "A nossa responsabilidade é ajudar os timorenses sem impor nossos projetos. Eles sabem muito mais do que nós", afirmou Rohland, procurando não dar a impressão de que ditava o que o Timor Leste deveria fazer. No entanto, ele reconheceu que houve desen-

tendimentos com os dirigentes timorenses quanto à condução da política econômica. "Divergimos ao tratar de alguns temas sobre os quais eles têm idéias que nós não pensamos em apoiar", declarou.

O Banco Mundial não foi a única organização criticada por Gusmão. O líder timorense citou também outras organizações de ajuda internacional que não consultaram o Conselho Nacional para a Resistência Timorense (CNRT), braço político do movimento independentista de Timor Leste para elaborar as suas propostas. "Eles sequer nos informam de suas reuniões, que realizam sempre de maneira clandestina. Está muito claro que tem de haver cooperação com o CNRT", disse Gusmão, sem dissimular a sua frustração. A diretora-executiva do Conselho Australiano de Ajuda Externa, Janet Hunt, deu razão a Gusmão. Para ela, na operação de ajuda internacional "não foi dado ao CNRT o apoio necessário. A ONU não ajudou o Conselho a abrir escritórios em Dili e eles não têm equipe de transporte nem comunicações adequadas para realizar o trabalho que precisam", afirmou.

Uma criança exibe um fuzil AK-47 durante um treinamento militar na floresta de Pidie, em Aceh, província separatista da Indonésia. Os líderes do movimento separatista de Aceh declararam que estão prontos para discutir com Jacarta o futuro da província rebelde

Palestina

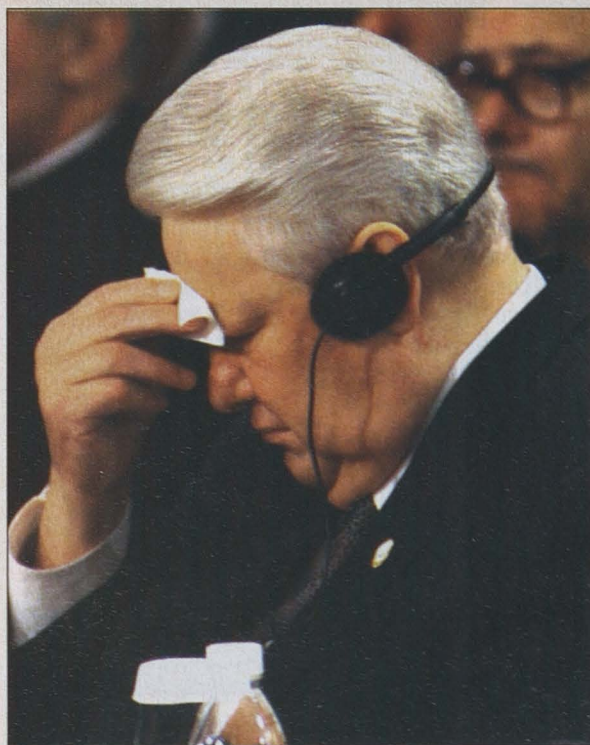
Moeda nacional

Fouad Hamdi Bessisou, chefe da Autoridade Monetária da Palestina, anunciou que o país colocará em circulação, dentro de um ou dois anos, uma moeda nacional. Segundo ele, a emissão de uma nova moeda dependerá do desenvolvimento da economia palestina e do avanço do processo de paz com Israel. O governo de Telaviv não manifestou objeções à emissão de uma moeda nacional palestina, alegando que se trata de uma decisão soberana, "de um Estado palestino, com plenos poderes".

MÚSICA



Foto tirada no dia 19 de novembro, durante o Festival de Merigniennes, na cidade de Blagnac, na França, mostra Compay Segundo, célebre 'avô' da música cubana. Compay mostrou todo seu vigor numa performance com seu inseparável violão de sete cordas no dia seguinte a seu aniversário de 92 anos



O presidente russo Bóris Yeltsin não gostou do que ouviu durante a reunião da OSCE, na Turquia. Irritado com as pressões sobre a questão chechena, ele retornou antes do previsto a Moscou

Rússia Reunião da OSCE pede fim da guerra na Chechênia

A reunião de cúpula da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), que terminou dia 19 de novembro, em Istambul, Turquia, pediu uma negociação política para terminar a guerra na Chechênia, entre a Rússia e guerrilheiros separatistas islâmicos. "Reconhecemos a integridade territorial da Federação Russa e condenamos o terrorismo em todas as suas formas", diz a declaração final.

Antes da reunião terminar, o presidente russo Bóris Yeltsin abandonou a reunião de cúpula em protesto contra a proposta do chanceler alemão Gerhard Schröder e do presidente francês Jacques Chirac, de cessar-fogo na Chechênia.

Mas a Rússia assinou a declaração final, na qual solicita à OSCE desempenhar um papel político e humanitário na Chechênia. O fato foi considerado uma grande concessão russa, que havia rechaçado qualquer interferência externa na questão.

O chanceler russo, Igor Ivanov, também assinou o documento que compromete a Rússia a buscar uma solução negociada para a situação na Chechênia. Mas, pouco depois, outra cidade chechena foi tomada por soldados russos, enquanto que o ministro do Interior desse país, Vladimir Rushailo, reiterava que sua tarefa seguia sendo a mesma, "destruir os guerrilheiros".

Afeganistão

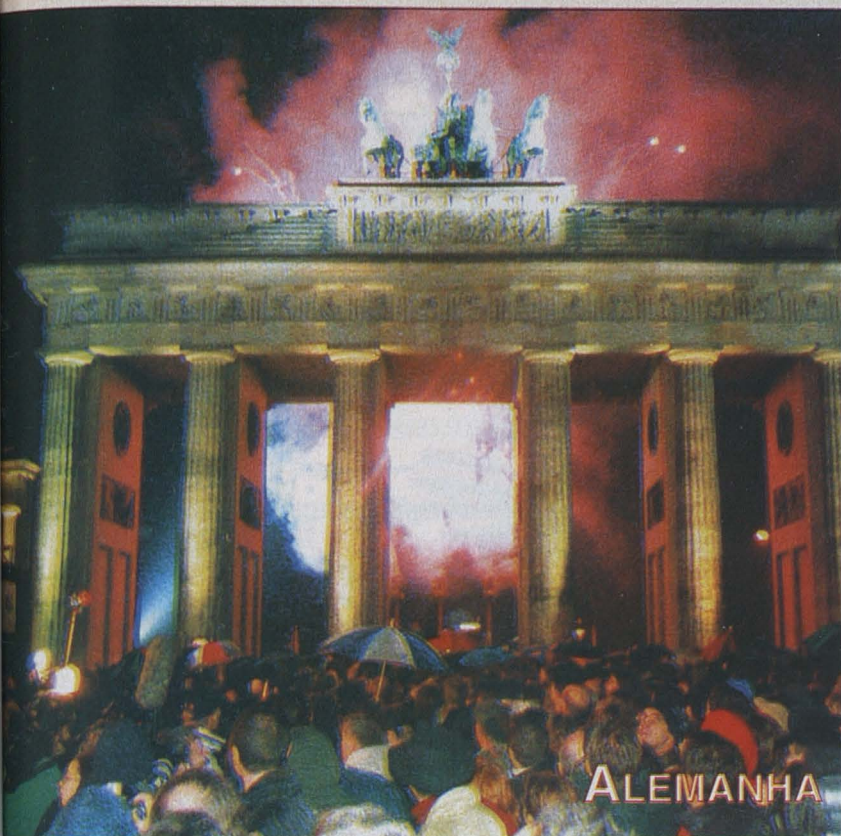
Sanções afetam a população

As sanções impostas pelas Nações Unidas ao Afeganistão prejudicarão a população, mais do que ao governo islâmico, segundo funcionários e refugiados afegãos no Paquistão. "A proibição de vôos imposta pela ONU prejudicará o povo e não o Talibã. Nós, diplomatas, estamos acostumados à guerra e às dificuldades, mas o povo sofrerá", disse Azizur Rehman, porta-voz da embaixada do Afeganistão no Paquistão. As sanções adotadas em 14 de novembro foram motivadas pela recusa do governo Talibã de entregar o dirigente saudita Osama bin Laden, a quem os Estados Unidos atribuem a autoria intelectual dos atentados contra as suas embaixadas no Quênia e na Tanzânia, ano passado.

As autoridades afegãs alegam que não podem expulsar Osama porque os Estados Unidos não ofereceram provas de sua participação em atentados terroristas. "Se as provas existissem, Bin Laden seria julgado em nosso país, sob as leis islâmicas", afirmou o porta-voz governamental. O embargo da ONU não inclui o comércio, vôos humanitários, nem peregrinações a Meca, mas diminuirá as visitas dos imigrantes afegãos nos países do Golfo e paralisará os serviços postais.



Na foto, um paciente com Aids num abrigo de Nova Delhi, na Índia. Esse país já detém 60% do total de infectados na Ásia, e estima-se que haja entre 3,5 e 4 milhões soropositivos, cerca de 4% da população indiana



No dia 9 de novembro, milhares de alemães foram às ruas comemorar o 10º aniversário da queda do Muro de Berlim, episódio que simbolizou o fim do comunismo na Europa. A festa ficou por conta dos fogos de artifício que iluminaram o céu da capital alemã

Iugoslávia

Sérvios exilados financiarão campanha contra Milosevic

Imigrantes e opositores sérvios se reuniram na aldeia de Szentander, na Hungria, com o herdeiro do trono iugoslavo, o príncipe Alexander Karadjordjevic, dispostos a derrubar o presidente Slobodan Milosevic. Eles se apresentaram como representantes dos quase 3 milhões de sérvios dispersos no mundo e manifestaram vontade de ajudar os 6,5 milhões habitantes da Sérvia. Concluíram que o principal problema do país é o governo de Milosevic. A maioria dos partidos opositores sérvios esteve presente à reunião, ignorada pelos meios de comunicação oficiais sérvios.

Sérvia e Montenegro, que formam a Federação Iugoslava, "merecem um governo democrático que respeite os

direitos de seus cidadãos, sem importar sua origem étnica ou religião", declararam os participantes. Para cumprir seu objetivo, prometeram "milhões de dólares" que serão arrecadados através de aportes voluntários de sérvios que vivem fora do país. A primeira reunião dos representantes da "diáspora" sérvia teve o apoio do príncipe Alexander Karadjordjevic, herdeiro do trono da antiga Iugoslávia e a aprovação da Igreja Ortodoxa Sérvia.

Karadjordjevic nasceu em Londres, em 1943, quando sua família fugira da ocupação alemã, em 1941. Após a guerra, a família não conseguiu retomar a coroa, já que o general Josip Broz Tito fundou a república socialista, em 1945, depois de expulsar os nazistas.

**Você diz
que o Brasil
é o país da
impunidade.**

**Negros pobres
acham o contrário.
Trate de ler.**

**COLÉGIO Pensamento
Criminológico**

2

Vera Malaguti Batista

DIFÍCEIS GANHOS FÁCEIS
Drogas e Juventude Pobre
no Rio de Janeiro



Freitas Bastos Editora

Uma publicação



Freitas Bastos Editora

Av. Londres, 381 Bonsucesso
CEP 21041-030 Rio de Janeiro RJ
telfax (021) 573 8949

Gente

O japonês Koichiro Matsuura foi eleito diretor-geral da Unesco, em novembro; Matsuura é o primeiro asiático a ocupar o cargo mais alto desse organismo das Nações Unidas, responsável por assuntos educacionais, científicos e culturais



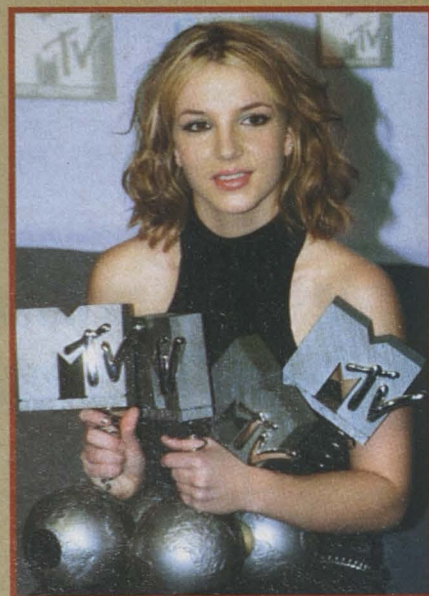
Depois de 13 anos à frente do Fundo Monetário Internacional (FMI), o diretor-geral, Michel Camdessus, anunciou sua demissão, dois anos antes do prazo. Camdessus sairia em 2002, mas antecipou sua saída do FMI para o início do ano 2000, alegando razões pessoais

Acusada de insultar o regime clerical iraniano, a jornalista Jaleh Oskui, chefe de redação do semanário 'Penj-Shanbeh-ha', responde às acusações contra ela durante uma entrevista coletiva em Teerã, Irã, no dia 15 de novembro. Na verdade, a opinião pública entendeu as acusações como uma censura a uma mulher que ousa enfrentar o regime islâmico desde a sua trincheira jornalística



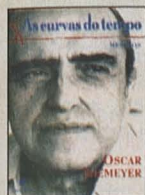
A atriz venezuelana Catherine Fullop (centro), junto aos argentinos Mario Pasik (direita) e Elena Lucena (esquerda), marcham no centro de Buenos Aires, no dia 12 de novembro, numa passeata que pedia mais postos de trabalho na televisão. Os atores argentinos realizaram um boicote aos programas conhecidos como 'talk shows', por considerar que esse tipo de programa vem monopolizando o espaço no mercado televisivo no país

A cantora norte-americana Britney Spears foi a grande sensação do ano na cerimônia de premiação do MTV Europe Awards. Spears ganhou quatro estatuetas e aparece na foto abraçando os prêmios, entre eles o de melhor música, melhor cantora feminina, melhor cantora pop e cantora revelação. Este ano, a premiação aconteceu no The Point, em Dublin, na Irlanda



A norte-americana Tina Turner aponta para a capa de seu novo disco, 'Twenty Four Seven', durante a apresentação de seu novo trabalho para a imprensa em um hotel de Berlim, Alemanha. Tina celebrou seu 60º aniversário numa festa junto de amigos, no dia 26 de novembro, na França

Postal Norte-Sul



AS CURVAS DO TEMPO

Oscar Niemeyer

Relatos autobiográficos em que o grande arquiteto conta sua trajetória, da infância no bairro de Laranjeiras, no Rio, até os dias de hoje. Ferreira Gullar, que assina a apresentação, afirma que é um livro para se incorporar à história. 296 páginas.

Editora Revan
Cód. 0162

R\$25,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Diários inéditos da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução Cubana. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O professor Emir Sader (Uerj/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação da obra. 306 páginas.

Ed. Oficina do Autor
Cód. 517

R\$30,00



HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.)

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando suas relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas.

Editora Revan
Cód. 0159

R\$30,00



A CRISE DO EMPREGO

Visão além da economia

Paulo C. Moura

O novo livro do conhecido consultor de empresas mostra a realidade de hoje no Brasil frente à crise mundial de emprego e ao impacto da globalização. 280 páginas.

Editora Mauad
Cód. 010064

R\$25,00



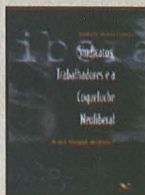
A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

Christophe Dejours

Este livro tem como questão central as "motivações subjetivas da dominação": por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros aceitam infligir tal sofrimento? 160 páginas.

FGV - Editora
Cód. 20419-9

R\$21,00



SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUCHE NEOLIBERAL:

a era Vargas acabou?

Adalberto Moreira Cardoso

A crítica ao processo de desregulamentação, como forma jurídico-política da flexibilidade do sistema de relações de trabalho no Brasil, ganha consciência analítica neste livro que rebate as teses dominantes sobre os "custos de trabalho" como obstáculo para a modernização da economia. 186 páginas.

FGV - Editora

Cód. 85-225-0265-X

R\$27,00



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Um dos mais respeitados naturopatas, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 páginas.

Editora Campus

Cód. 20310-0

R\$26,00



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia W. Vianna

As políticas implantadas no Brasil pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 páginas.

Editora Revan

Cód. 0156

R\$27,00



ESPAÑHOL PARA BRASILEIROS

Juan Kattán-Ibarra

Curso completo para você entender, falar e escrever em espanhol. Se você nunca falou e precisa aprender depressa, esta é a solução. 330 páginas.

Editora Pioneira

Cód. 113-47

R\$ 42,00



PRESTES

Lutas e autocríticas

Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes
Dênis de Moraes e Francisco Viana

Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas.

Ed. Mauad

Cód. 020015

R\$36,00



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. Hoje, ela ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como adotar medidas naturais na época que antecede à menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. 224 páginas.

Editora Campus

Cód. 20311-0

R\$28,00



QUE PAÍS É ESTE?

João Sayad

Temas atuais e polêmicos como a globalização, o liberalismo brasileiro, a "modernização" da economia e o conservadorismo de nossa elite política, possibilitando ao leitor atento a oportunidade de refletir sobre os rumos do país. 320 páginas.

Editora Revan

Cód.0178

R\$ 29,00



O DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.)

Analisa o processo pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso prometia levar o Brasil à modernidade, ao Primeiro Mundo e ao pleno desenvolvimento. Ao invés disso, conduziu a nação ao caos social e ao desastre econômico. 200 páginas.

Editora Vozes

Cód. 85.326.2174-0

R\$16,00

**BENEDITA****Benedita da Silva, Maisa Mendonça e Medea Benjamin**

A autobiografia da senadora Benedita da Silva, escrita com o apoio da jornalista americana Medea Benjamin e da documentarista brasileira Maisa Mendonça, é de "uma coragem rara nos políticos brasileiros", como observou o "Informe JB" em nota recente. 192 páginas.

Editora Mauad
Cód. 020013

R\$20,00

**SOU CRIANÇA: TENHO DIREITOS**

Oficinas pedagógicas de direitos humanos
Várias autoras

Crianças na faixa de 6 a 11 anos - alunos do sistema educacional ou integrantes de grupos ligados a diferentes instituições de caráter educativo, cultural e social. 196 páginas.

Editora Vozes
Cód. 85-326-2089-2

R\$19,00

**VENCER É POSSÍVEL**

Democracia sem exclusão, globalização com soberania

Nelson Mandela

Coletânea de textos do autor, selecionados e organizados pelo sociólogo Emir Sader. A obra é uma grande fonte de idéias e exemplos para os países, como o Brasil, que enfrentam hoje problemas para a construção de uma democracia sem exclusão social. 192 páginas.

Editora Revan
Cód. 0148

R\$19,00

**DOCES PALAVRAS****Ednalva Tavares**

A luz que ilumina a alma pode transformar o corpo e torná-lo tão leve que o aproximará e muito do incorpóreo. 64 páginas. (formato: 15cm x 11cm)

Janine Produções
Cód. 0001

R\$5,00

**A REVOLUÇÃO DA QUALIDADE E O SERVIÇO DE SAÚDE****M. Daniel Sloan****Michael Chmel, M.D.**

O livro mostra, com detalhes, um plano para se usarem ferramentas estatísticas do Controle de Qualidade do processo, em um contexto clínico. A meta é reduzir os custos dos serviços de saúde com precaução. 232 páginas.

Editora Qualitymark
Cód. 0188

R\$ 26,00

**A ÁGUA E A GALINHA**

Uma metáfora da condição humana

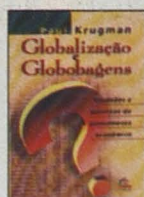
Leonardo Boff

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas.

Editora Vozes

Cód. 85-326-1845-6

R\$16,00

**GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS**

Verdades e mentiras do pensamento econômico

Paul Krugman

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, aponta os caminhos do crescimento econômico, analisa o downsizing das empresas e desfaz falácias divulgadas mundialmente. 224 páginas.

Editora Campus

Cód. 20412-1

R\$34,00

**O DESPERTAR DA ÁGUA****Leonardo Boff**

O livro continua o anterior *A águia e a galinha*, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas.

Editora Vozes

Cód. 85-326-1977-0

R\$12,00

**A INVENÇÃO DO MAR****Gerardo Melo Mourão**

O livro é uma grande epopéia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. Gerardo Melo Mourão vai narrando os principais fatos da história brasileira, como a travessia das caravelas de Cabral, a primeira missa celebrada em solo brasileiro e a invasão holandesa. 368 páginas.

Editora Record

Cód. 050229

R\$ 28,00

**"FICAR COM"**

Um novo código entre jovens

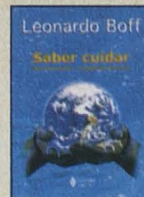
Jaqueline Chaves

A autora apresenta o livro com um estilo de vida praticado pelos jovens nos anos 80 e 90. As informações foram obtidas através de entrevistas feitas com jovens e formam um trabalho elucidativo voltado para pais, professores e adolescentes. 156 páginas.

Editora Revan

Cód. 0069

R\$ 11,50

**SABER CUIDAR****Leonardo Boff**

Este livro procura detalhar o cuidado em suas várias concretizações: cuidado com a Terra, com a sociedade sustentável, com o corpo, com o espírito, com a grande travessia da morte. A ótica do cuidado funda nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes. 200 páginas.

Editora Vozes

Cód. 85-326-2162-7

R\$ 16,00

**A FRONTEIRA DE CRISTAL****Carlos Fuentes**

Um romance fragmentado em nove contos revela a agonia e a alegria dos mexicanos imprensados entre o México e os EUA, ou que tentam atravessá-la. Uma ficção com alto teor de realidade, que faz um retrato pungente da divisão entre o Primeiro e o Terceiro Mundo; a opulência e a miséria. 176 páginas.

Editora Rocco

Cód.85.325.0967-3

R\$25,00

**IUGOSLÁVIA**

Laboratório de uma nova ordem mundial

Mário Augusto Jakobskind

Análise sobre a guerra nos Balcãs. O autor faz retrospectiva histórica da região, do século VI até hoje, e também um resumo sobre os 78 dias de bombardeios da Otan contra a Iugoslávia. 112 páginas.

Editora Novos Ideais

Cód. 85.87414-01-1

R\$14,00

**DICIONÁRIO DE EXPRES- SÕES IDIOMÁTICAS AMERICANAS****Luiz L. Gomes e****Donald E. Collins**

Apresenta cerca de 5.000 expressões empregadas na atualidade. 282 páginas.

Editora Pioneira

Cód. 113-38

R\$ 36,00

**DOMINAÇÃO PELA FOME**

Economia política do abastecimento

Miranda Neto

A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades contemporâneas e politicamente democráticas. Porém há situações ainda mais absurdas, que nos afetam diretamente: a fome está sendo manipulada para a dominação dos povos! 136 páginas.

Editora Forense Universitária

Cód. 00124

R\$ 9,80



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos

Francisco Antonio Doria

É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século.

170 páginas.

R\$14,00

Editora Revan

Cód. 0075



CONSTRUINDO O FUTURO

O impacto global do novo paradigma

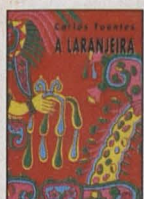
Paulo C. Moura

Para quem quer entender as transformações em curso, o futuro provável e as chances de elaborar respostas adaptativas a esses desafios. 228 páginas.

R\$24,00

Editora Mauad

Cód. 010001



A LARANJEIRA

Carlos Fuentes

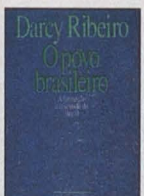
Sendo um conjunto de novelas a uma só vez místicas e desmistificadoras, *A laranjeira* reúne todas as qualidades da prosa de Carlos Fuentes: a densidade dramática, a

riqueza das personagens e uma narrativa que flui circular, envolvente, como o próprio tempo histórico. 215 páginas.

R\$23,00

Editora Rocco

Cód. 85.325.0772-7



O POVO BRASILEIRO

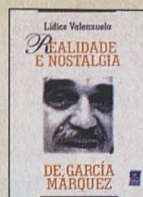
Darcy Ribeiro

Neste livro, que considera a súmula de seu pensamento sobre o Brasil, o autor procura explicar por que, e como, os brasileiros são o que são. 476 páginas.

R\$29,50

Editora Cia. das Letras

Cód. C 0570



REALIDADE E NOSTALGIA DE GARCIA MARQUES

Lídice Valenzuela

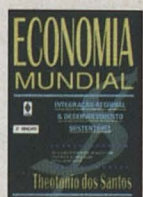
A autora cruzou o morno Mar do Caribe, percorreu aquelas estradas poeirentas e conversou com amigos e parentes de Gabriel,

a fim de desvendar as origens mágicas dos personagens que povoam a obra do escritor. 107 páginas.

R\$ 18,00

Oficina do Autor

Cód. CA 107



ECONOMIA MUNDIAL

Integração regional & desenvolvimento sustentável

Theotônio dos Santos

Introduz a Revolução Científico-Técnica como uma variável da leitura fundamental para compreender a Economia Mundial. 145 páginas.

R\$ 15,00

Editora Vozes

Cód. 0310-0



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA MUNDIAL

Aos 50 anos da vitória

Leonid Ieremeev

Com o fim da URSS, o interesse neste relato dramático e fartamente documentado renova-se,

pois revive um momento crucial para sobrevivência dos valores democráticos e da própria civilização. 128 páginas.

R\$ 10,30

Editora Revan

Cód. 0084



O PODER DA IDENTIDADE

Economia, sociedade e cultura

Manuel Castells

Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas.

R\$38,00

Editora Paz e Terra

Cod. 85.219-0336-7



CONFISSÕES

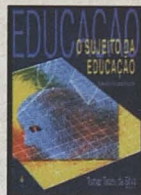
Darcy Ribeiro

Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas.

R\$36,00

Editora Cia das Letras

Cód. C 0890



EDUCAÇÃO

Estudos foucaultianos

Organizador: Tomaz T. da Silva

Obra baseada nas idéias de Foucault analisa os pressupostos, as instituições e as estruturas de nossos arranjos educacionais, numa perspectiva inovadora, desestabilizadora, transgressora e subversiva. 258 páginas.

R\$29,00

Editora Vozes

Cód. 85.326.1317-9



BINÔMIO

Edição histórica

Direção: José Maria Rabelo

O livro comenta como foi possível, partindo praticamente do zero, fazer um jornal que chegou a ter a maior tiragem de Minas e uma das maiores de toda a imprensa brasileira. 263 páginas.

R\$34,00

Barlavento e Armazém de Idéias

Cód. BA 7013



O LONGO AMANHECER

Reflexões sobre a formação do Brasil

Celso Furtado

Reflexões sobre a formação do Brasil e que se inscreve na linha de reflexões pluridisciplinares das obras mais recentes de Celso Furtado. 117 páginas.

R\$14,00

Editora Paz e Terra

Cód. 85.219.0338-3

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____
Profissão: _____ Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Nº Validade até ____/____/____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____

Assinatura do comprador

CADERNOS 214

Os preços estão sujeitos a alteração

VALIDADE: até durar o estoque

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$ 2,50 por livro e o prazo de entrega estipulado em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

Preencha o cupom em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105 e 106 - Glória

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-180

Tel: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br

Internet: http://www.etm.com.br

O socialismo que está dando certo

Estudos recentes indicam que, como consequência da semana de 35 horas, mais de um milhão de postos de trabalho serão criados até dezembro do próximo ano e que 71% dos franceses são favoráveis à intervenção do Estado na economia

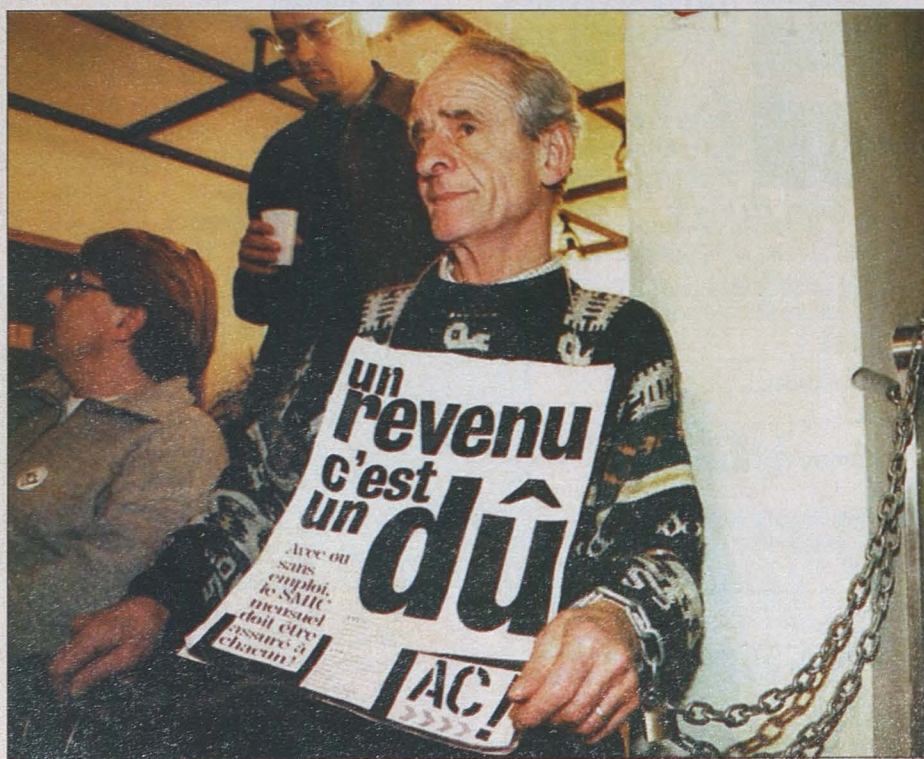
Edouard Bailby

Quando Lionel Jospin assumiu na França o cargo de primeiro-ministro, em junho de 1997, chamando para o seu governo socialistas, verdes e comu-

nistas, a grande imprensa internacional, especialmente a dos Estados Unidos, publicou uma série de artigos para predizer o fracasso da sua política econômica. Alguns editorialistas chegaram até mesmo a taxar o líder socialista francês de dinossauro por não querer aplicar ao pé da letra as regras do neoliberalismo. De alguns meses

para cá, no entanto, esses mesmos jornais passaram a reconhecer que a França estava em pleno crescimento: aumento do Produto Interno Bruto, lucros "inesperados" das principais empresas, diminuição lenta porém segura do desemprego, volta da confiança, enfim, no futuro do país.

Ultimamente uma nova campanha



da mídia tende a explicar que Lionel Jospin está sendo bem-sucedido porque na realidade põe em prática com outros meios as receitas do neoliberalismo norte-americano, seguindo os exemplos de Tony Blair, na Inglaterra, e Gerhard Schröder, na Alemanha. Em outras palavras, que dizer que estaria blefando quando fala em política de esquerda. Onde está a verdade?

Recentemente o semanário alemão *Der Spiegel* publicou um longo artigo intitulado "Nova revolução francesa, de leve...", a propósito do caso Michelin, que causou enorme impacto na França tanto nas lideranças políticas como na opinião pública.

Em setembro, o diretor-geral da empresa familiar de pneumáticos, sediada na cidade de Clermont-Ferrand, anunciou, no mesmo dia, lucros líquidos de 17% no primeiro semestre deste ano e a demissão forçada de 7.500 assalariados na Europa, ou seja, 10% dos efetivos. Na bolsa, o custo das ações da Michelin subiu imediatamente em mais de 12%, o que se traduziu num escândalo

lo nacional.

Entrevistado pouco depois pelo canal público de televisão France 2, Lionel Jospin declarou que a decisão era "chocante" mas numa falha do seu pensamento, segundo esclareceu posteriormente, acrescentou que "não se pode esperar tudo do Estado", cabendo aos sindicatos e às organizações populares a responsabilidade de defender os seus direitos.

Reafirmação

Foi o bastante para que dentro do próprio Partido Socialista e nas demais forças de esquerda e extrema-esquerda houvesse unanimidade para exigir uma definição clara dos objetivos políticos e econômicos do governo.

Em certo momento, teve gente que chegou a temer que tivesse dado uma guinada à direita seguindo os preceitos de Tony Blair e Gerhard Schröder. Resultado: aproveitando um encontro com os parlamentares socialistas europeus, em Estrasburgo, Lionel Jospin não teve outra alternativa senão reafirmar que o Estado tem a obrigação moral de "regular" a economia, isto é, limitar por lei abusos do grande patronato e das multinacionais, declarando-se favorável à "economia de mercado" porém contrário à "sociedade de mercado". Com isso foi aplaudido de pé durante dez minutos.

Com menos de 8% dos votos nas

eleições para o Parlamento europeu, o Partido Comunista não duvidou em organizar na capital francesa, com a participação da extrema-esquerda, uma passeata para pedir mais audácia nas reformas, sem retirar, no entanto, o seu apoio ao governo Jospin, no qual tem três ministros.

Nova bomba estourou em setembro. Estarrecida, a opinião pública soube pela imprensa que Philippe Jaffré, diretor da firma petrolífera Elf Aquitaine, que perdeu o cargo depois da fusão com a Total, recebeu cerca de 50 milhões de dólares em *stock options* a título de compensação, quando o salário mínimo é de 900 dólares por mês.

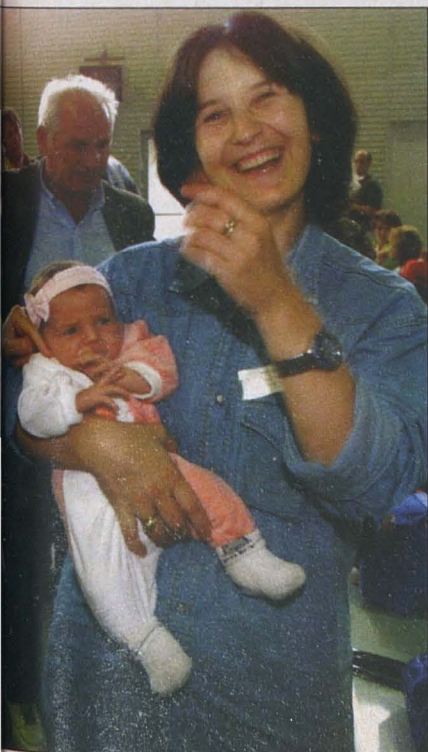
Foi outro choque nacional, que deu mais força à "esquerda plural" do governo para combater as injustiças sociais. As *stock options* são ações de empresa cedidas a um preço muito baixo aos quadros dirigentes podendo eles vendê-las anos depois com lucros altíssimos.

O sistema existe há muito tempo nos Estados Unidos onde a transparência é total. Na França os seus beneficiários sempre esconderam a fortuna ganha graças a esse favoritismo. Somente agora, com o caso de Philippe Jaffré, a imensa maioria dos franceses tomou conhecimento desse privilégio reservado a uma elite que, além do mais, nem paga impostos sobre os lucros realizados. Explicação do grande patronato: as *stock options* têm como finalidade encorajar os executivos a trabalhar mais para melhorar a produtividade da empresa. E por que não os trabalhadores? A pergunta era óbvia para todos.

Como burlar a lei

Os dois escândalos coincidiram com o início dos debates na Assembleia Nacional em torno da segunda lei das 35 horas, visando definir melhor e aperfeiçoar as medidas a serem tomadas para que possa entrar em vigor nos prazos previstos.

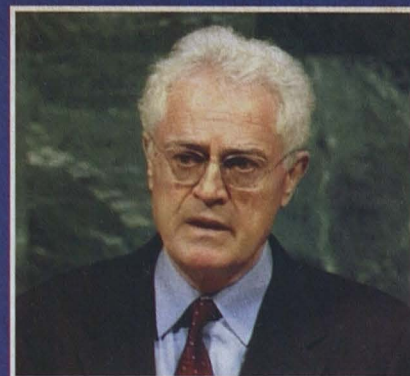
Como se sabe, todas as empresas



Na página ao lado, à esquerda, Charles Piaget, ex-líder sindical nos anos 70, aparece sentado e acorrentado a uma barra de ferro na Câmara da Indústria e do Comércio, em Doubs, França, durante um protesto contra o desemprego. O cartaz diz: 'A renda é um dever. Com emprego ou não, qualquer um deveria ganhar um salário mínimo'.

Martine Aubry (foto central), ministra do Trabalho e da Solidariedade da França, aparece segurando uma criança kosovar, na Iugoslávia; para ela, a lei das 35 horas fará com que o 'tempo da vida seja um pouco mais o tempo da liberdade'.

Uma das principais finalidades da lei das 35 horas, aprovada na gestão de Jospin, é levar os patrões a criarem postos de trabalho para os jovens, melhorando ao mesmo tempo a produtividade das empresas para enfrentar a concorrência internacional



Lionel Jospin, primeiro-ministro da França

com mais de vinte assalariados terão de aplicar a lei a partir de 1º de janeiro de 2000. As demais terão um prazo de dois anos. "A ambição primeira dessa lei é fazer com que o tempo da vida seja um pouco mais o tempo da liberdade", declarou Martine Aubry, ministra socialista do Trabalho e da Solidariedade.

Infelizmente certos patrões procuram reduzir o tempo atual de 39 horas por semana para 35 dando dez minutos de folga três ou quatro vezes por dia aos assalariados sem que estes possam aproveitar o seu lazer. Outros são obrigados a aceitar um sistema pelos patrões que calculam o tempo de trabalho multiplicando 35 horas por 52 semanas para impor jornadas inesperadas de 40 horas e outras de 25. Com esse método, os trabalhadores nunca sabem com antecedência quais serão os seus dias de folga.

Enfim, os patrões têm mil e uma maneiras de contornar a lei sem cair na ilegalidade absoluta. É o que o governo e os parlamentares da esquerda plural estão procurando corrigir em novos textos legislativos.

Batalha difícil. Dirigidos por Ernest-Antoine Seillière, dono de uma *holding* com 55 filiais, os grandes patrões do Movimento das Empresas da França (Medef) que jamais tomaram iniciativas para resolver o problema do desemprego, preferindo dar a prioridade aos acionistas, continuam resistindo à política do governo alegando que a lei das 35 horas nem criará muitos empregos nem dará impulso ao desenvolvimento econômico do país.

Mas a Confederação Geral das Empresas Pequenas e Médias (CGPME),

preocupada com as fusões das grandes empresas que acabam destruindo amplos setores da economia, principalmente firmas com menos de 50 assalariados, rechaça o radicalismo dos poderosos, "desconectados da realidade".

Aliás, os argumentos dos patrões já foram utilizados em tempos passados. Em 1919, quando foi estabelecida por lei a semana de 48 horas com jornadas de oito horas; em 1936, quando a Frente Popular decretou duas semanas de férias pagas por ano e semanas de 40 horas, sem diminuição do salário; em 1956, quando os sindicatos da empresa estatal Renault conseguiram que todos os trabalhadores na França tivessem três semanas de férias pagas; em 1963, quando começou a ser aplicado o princípio das quatro semanas de férias pagas; em 1982, com o governo do presidente socialista François Mitterrand, quando todos os assalariados tiveram direito a cinco semanas de férias pagas trabalhando 39 horas por semana.

Nova lei, formulada por um deputado conservador em 1996, encorajou as empresas a reduzir o tempo de trabalho para criar ou salvar empregos. A atual lei das 35 horas não é mais do que a consequência de todas as leis anteriores. Será que por isso a França deixou de ser uma nação desenvolvida, a quarta potência industrial no mundo, possivelmente a terceira em breve futuro? Não.

Os resultados

Por enquanto, ninguém sabe ao certo quantos empregos novos foram criados desde maio de 1998 quando a Assembleia Nacional aprovou a primeira

lei das 35 horas nem quantos trabalhadores foram salvos das demissões. Porém, os cálculos mais sérios feitos ultimamente indicam que até dezembro do ano 2000 mais de um milhão de postos de trabalho terão sido criados, sendo que somente neste ano o número é superior a 335.000.

No entanto, apesar das medidas tomadas nos últimos dois anos, serão necessários vários anos para que o nível de desemprego seja inferior a 4% quando hoje é ligeiramente superior a 11%.

Disse ao jornal alemão *Welt am Sonntag*, Oskar Lafontaine, ex-presidente do SPD que rompeu com o chanceler Gerhard Schröder: "O nosso vizinho, a França, está levando adiante uma política que considero certa. Para a minha maior alegria a França é um dos grandes países europeus que tem o melhor crescimento".

Por outro lado, em entrevista ao diário *Le Monde*, em sua edição de 7 de setembro de 1999, Robert Reich, secretário de Estado para o Emprego, durante a primeira administração do presidente Bill Clinton, lembrou: "Os europeus devem ter consciência da face escondida do êxito americano: mais insegurança, muitos empregos pagos são uma miséria e aumento das desigualdades entre uma massa de assalariados que se pauperiza e uma minoria que enriquece cada vez mais rápido."

De fato, segundo um relatório publicado em setembro pelo *Center on Budget and Policy Priorities*, sob o título "The Widening Income Gulf", a renda média, após o pagamento de impostos, dos 20% de americanos mais ricos, aumentou 43% desde 1977 ao passo que os

20% mais pobres viram a sua renda diminuir 9%. O mesmo fenômeno está ocorrendo na França com a globalização. Numa radiografia detalhada das rendas do patrimônio dos franceses, o Insee, que corresponde ao IBGE no Brasil, revelou em 6 de outubro que as desigualdades de patrimônio não pararam de crescer. No final de 1997, 10% dos mais pobres dispunham de 830 dólares ao passo que os 20% mais ricos tinham 325.830 dólares em média. Hoje a diferença é maior, o que torna evidente a necessidade de reformas profundas.

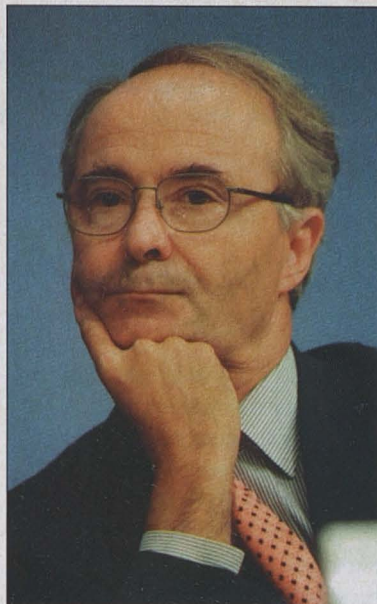
Apoio aos jovens

Uma das principais finalidades da lei das 35 horas é levar os patrões a criarem postos de trabalho para os jovens, melhorando ao mesmo tempo a produtividade das empresas para enfrentar a concorrência internacional. Ciente das dificuldades transitórias dessa reorganização geral da economia, especialmente no campo industrial, o Estado garantirá subsídios para cada emprego novo durante dois ou três anos. Perguntarão alguns: de onde virá o dinheiro?

O governo de Lionel Jospin já deu a resposta: parte dos impostos arrecadados com os cigarros contribuirá socialmente sobre os benefícios; haverá taxas sobre as atividades poluidoras, ou ecotaxa imposta pela Comissão de Bruxelas em todos os países da União Européia; aumento de 10% dos impostos sobre as horas extras, recursos tirados do orçamento geral da República, além de outras medidas a serem definidas.

Apesar das afirmações em contrário da direita, que nunca admitiu que um governo de esquerda com a participação dos comunistas pudesse dar impulso ao desenvolvimento, a França hoje está iniciando uma fase nova de prosperidade.

Economista do Banco JP Morgan, David Naudé chegou a afirmar recentemente que "a economia francesa está alcançando alturas estratosféricas". Há bastante exagero da sua parte, mas as



Christian Sautter assumiu o lugar de Strauss-Kahn após a sua renúncia

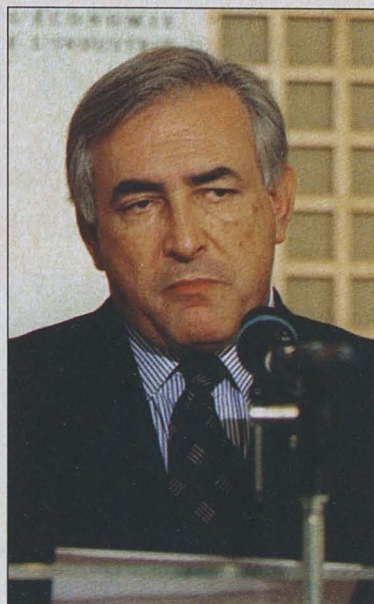
estatísticas provam que a situação geral do país melhorou rapidamente nos últimos dois anos.

Lembrando que os investimentos estrangeiros alcançaram 28 bilhões de dólares em 1998 - um recorde - a revista americana *World Investment Report* comentou a respeito: "Apesar de criticados por serem um freio ao desenvolvimento, os custos salariais na indústria não dão medo aos investidores estrangeiros."

Novas tecnologias

As novas tecnologias de informação e comunicação constituem atualmente o primeiro setor de investimentos internacionais quando antes era a indústria automobilística. Por sua vez, a França coloca-se em quarto lugar no mundo no que se refere aos investimentos no exterior, sendo que o Brasil ocupa o primeiro lugar entre os países emergentes.

Com as fusões de empresas petrolíferas, bancos e firmas aeronáuticas, encorajadas pelo governo de Lionel Jospin, a França enfrentará em melhores condições a concorrência internacional.



Dominique Strauss-Kahn, ex-ministro da Economia, Finanças e Indústria

Economia de mercado, porém, não significa sociedade de mercado. Publicada em setembro, uma sondagem do diário católico *La Croix* realçou que 71% dos franceses são favoráveis à intervenção do Estado na economia para evitar abusos das grandes empresas como a Michelin, favorecer a criação de empregos, assegurar e melhorar o atual sistema da previdência social, manter a prioridade do ensino público gratuito para todos.

Privatizações houve, e muitas delas depois que Lionel Jospin assumiu o cargo de primeiro-ministro. Porém até o presente momento a esquerda plural manteve a presença do Estado nos setores-chave da economia, graças à mobilização permanente dos sindicatos e das organizações populares.

A demissão inesperada, em 2 de novembro, de Dominique Strauss-Kahn, ministro moderado da Economia, Finanças e Indústria, acusado de ter recebido quando advogado 96.000 dólares por serviços fictícios entre 1994 e 1996, não deverá mudar as orientações fundamentais do governo. O novo titular da pasta, Christian Sautter, era o braço direito de Strauss-Kahn. ■

Censura islâmica

O golpe de Estado militar faz temer pela paz na região, enquanto internamente o general Musharraf irrita os fundamentalistas

No mês passado, dia 12 de outubro, o primeiro-ministro Nawaz Sharif - que vencera as eleições de 1997 com uma votação arrasadora - destituiu o chefe do exército, general Pervez Musharraf. Este, por sua vez, ocupando a rádio e a televisão estatais, derrubou o premiê. Dias depois, o general Pervez anunciava que o ex-primeiro-ministro e outros políticos estavam presos, congeladas as suas contas bancárias, suspensa a Constituição e diminuídos os já decorativos poderes do presidente Rafiq Tarar. Desde então, devido aos combates entre o Paquistão e a Índia pela região

de Caxemira, e o poder nuclear de ambos os países, a opinião pública mundial acompanha com interesse e apreensão cada movimento desse complexo jogo de xadrez.

Em seus 52 anos de existência, a República Islâmica do Paquistão esteve sacudida por casos de corrupção, tanto nos governos militares quanto por civis, inclusive durante a gestão da ex-primeira-ministra Benazir Bhutto - a primeira mulher a presidir um país predominantemente islâmico. O último desses governantes, o ex-primeiro-ministro Sharif, em sociedade com seu pai e irmão, conseguiu um crescimento vertiginoso do conglomerado industrial da família, após 1997, sob acusações de lavagem de dinheiro, evasão fiscal e desvio de dinheiro público. Isso explica o fato de

grande parte da população paquistanesa ter dado sinais de simpatia ao governo militar.

Commonwealth

Como nessa era de globalização os golpes militares estão fora de moda, a cimeira da Commonwealth (Comunidade Britânica de Nações), reunida na África do Sul em novembro, com a participação dos chefes de governo das 54 ex-colônias britânicas, a Índia tentou o desligamento do Paquistão da organi-

zação. Mas só conseguiu uma declaração de "censura" pela "ação inconstitucional". Os signatários concluem que o regime militar não teria condições de se legitimar e fazem uma exortação em favor da libertação dos prisioneiros e do restabelecimento "sem demora do governo civil democrático".

Na verdade, o maior temor internacional era o alinhamento do novo regime do Paquistão com os talibãs do vizinho Afeganistão, instalando um eixo fundamentalista islâmico numa região conturbada e com poder nuclear. Mas esses temores se dissiparam quando os fundamentalistas paquistaneses censuraram algumas das atitudes do general Musharraf. Ele posou numa foto com sua mulher e filha, ambas com a testa descoberta, e com dois cachorrinhos nos braços: os cachorros são considerados impuros para os muçulmanos e os mais ortodoxos desconsideram as mulheres que posam diante das câmaras.

Os fundamentalistas também não gostaram das medidas de controle das escolas anunciadas pelo governo militar para as escolas onde se ensina o *Corão* nem das acusações de terroristas feitas aos radicais seguidores do Talibã do Afeganistão. Menos ainda dos apelos do general Pervez Musharraf para frear "os elementos que exploram a religião movidos por seus interesses particulares".

Dá um destacado líder religioso paquistanês ter advertido o governo que "nenhum dirigente que pratique um secularismo rígido sobreviverá em nosso país". O mesmo líder religioso lembra que os seguidores do islamismo dentro das Forças Armadas são muito fortes.

Não foi em vão o movimento de islamização iniciado pelo general Zia Ul Haq (1977 - 1988), que tomou o poder em um golpe semelhante ao de Musharraf.

Afinal, o Paquistão nasceu para que os muçulmanos na Índia tivessem o seu próprio Estado. (NC)



Partidários do ex-primeiro-ministro, Nawaz Sharif, deposto em outubro, protestam contra sua detenção pelo governo do general Pervez Musharraf (no alto)

FOTO: ISMAR INGBER / AJB

A volta de Tobin

O economista francês François Chesnais esteve no Brasil para o lançamento de seu trabalho, *Tobin or not Tobin*, que defende a tributação do capital financeiro especulativo

O economista francês François Chesnais, um dos maiores críticos da globalização e do neoliberalismo, esteve no Brasil em outubro para lançar seu livro, *Tobin or not Tobin* (Ed. Unesp, 80 páginas). Nele, defende a proposta do economista James Tobin, Prêmio Nobel de Economia em 1972, de taxaço do capital especulativo.

As idéias de Tobin voltaram ao foco das atenções há cerca de dois anos, com a crise asiática que devastou as economias de países em desenvolvimento por todo o planeta. Desde então, as idéias de Tobin vêm ganhando corpo entre vários setores da sociedade civil, na Europa e em outras regiões do mundo.

Em *Tobin or not Tobin*, Chesnais questiona a forma como a globalização vem sendo conduzida, servindo apenas para concentrar riquezas e eliminar direitos sociais. "A globalização não é um processo natural. É uma construção política, que envolve uma concentração de poder econômico e político, que começou nos anos em que Margaret Thatcher era primeira-ministra da Inglaterra, e vem, desde então, aprofundando as contradições sociais por todo o mundo", afirmou.

O economista esteve no Brasil a convite da Ação para a Tributação das Transações Financeiras e Apoio aos Ci-

dadãos (Attac), organização nascida na França, em 1997, e uma das maiores defensoras da tributação do capital financeiro no mundo. Um dos objetivos da Attac no Brasil é fortalecer a instituição no país. Por isso, segundo Armando Leal, um dos seus integrantes, a presença de Chesnais foi importante.

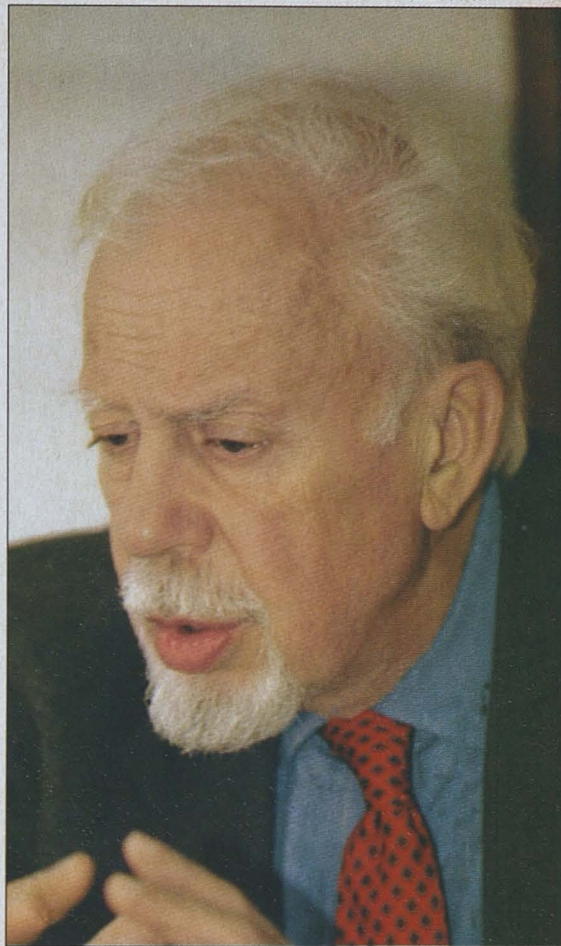
Taxação

Para a Attac, a taxaço do capital financeiro especulativo, se fixada em 0,1%, arrecadaria cerca de 100 bilhões de dólares por ano, que seriam revertidos para os países mais pobres em projetos de erradicação da pobreza. Chesnais reconhece que a "taxa Tobin", por si só, não seria uma solução para o problema.

Mas o imposto seria, segundo ele, uma penalização à movimentação desse tipo de investimento. "A taxa também permitiria a captação de recursos que poderiam ser utilizados para o desenvolvimento social de países mais pobres", ressaltou.

A Attac, segundo Chesnais, está bem consolidada nos países europeus de língua francesa, França, Bélgica e Suíça. "Em outros países ela já conseguiu apoio intelectual importante, mas ainda não é uma idéia muito difundida", disse.

"O desenvolvimento dela na França é estratégico. Através dele será possível atingir países como o Brasil, que



François Chesnais, em visita ao Brasil, lançou seu livro *'Tobin or not Tobin'*, que defende a taxaço do capital especulativo

sofrem uma grande influência intelectual dos franceses." Outro objetivo global da Attac a curto prazo, além da tributação do capital especulativo, é a campanha internacional contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que, entre outras restrições à soberania nacional, proibiria os países signatários de adotarem iniciativas em favor dos direitos trabalhistas e medidas de salvaguarda do meio ambiente.

O AMI é um dos temas relacionados na agenda da terceira reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), mais conhecida como "Roda-da do Milênio", em Seattle, nos Estados Unidos. (CD) ■

Canadá: futuro em XEQUE

Paul Weinberg



**Sucessivos governos tiram
verbas das emissoras
estatais e comprometem a
qualidade da programação,
cada vez mais dominada por
produtos culturais
importados dos
Estados Unidos**

O Canadá está discutindo o futuro da rádio e da televisão estatais, cuja sobrevivência depende do dinheiro público. Entre os canadenses, a discussão é mais acirrada do que em outros países devido à sua extensa fronteira com os Estados Unidos, maior exportador de notícias, cultura e entretenimento do mundo.

A Canadian Broadcasting Corporation (Corporação Canadense de Transmissão, CBC) foi criada em 1930 para fazer frente à invasão de programas de rádio dos Estados Unidos. Durante 63 anos, ela se incumbiu de difundir notícias e entretenimento feitos por canadenses para canadenses.

Até hoje, as emissoras de rádio e televisão, públicas e privadas, continuam em mãos canadenses devido à legislação local, mas a maioria dos canais de televisão privados coloca no ar programas norte-americanos, que são mais lucrativos.

O esforço da CBC por satisfazer a demanda dos canadenses em matéria de informação acabou com a criação da Newsworld, um canal de notícias para competir com o norte-americano CNN. Contudo, a pressão da globalização e o acordo de livre comércio com os Estados Unidos (Nafta) puseram fim à tradição canadense de confiar no apoio público para manutenção e desenvolvimento de sua infra-estrutura econômica e cultural.

Quando o Partido Liberal ascendeu ao poder, em 1993, o ministro das Finanças, Paul Martin, reduziu os gastos públicos e o papel do governo, com o objetivo de satisfazer os investidores privados.

A CBC sofreu, dessa forma, uma redução de fundos. Agora que o governo eliminou o déficit, os liberais, reeleitos em 1997, investiram o dinheiro público nos setores de saúde, educação e cultura, e a CBC continuou relegada.

O governo de Brian Mulroney, do Partido Conservador Progressista, tinha reduzido os fundos destinados às emissoras estatais. Quando assumiu o poder, o primeiro-ministro Jean Chrétien eliminou outros 270 milhões de dólares do orçamento da CBC, um terço do dinheiro destinado a financiar a entidade.

A CBC encontrou um modo de sanar as perdas aumentando a publicidade em seus programas de televisão. Mas isso não foi suficiente para evitar a falta de novos programas, tornando a programação repetitiva. A cobertura regional diminuiu e o moral dos empregados foi abalado, culminando numa greve por melhores salários. O Canadá investe 18 dólares *per capita* na manutenção das emissoras públicas, enquanto o Japão investe 39 e a Grã-Bretanha, 40. Já os Estados Unidos só destinam um dólar *per capita*. Diante da situação, a CBC se propôs a aceitar o patrocínio comercial para a rádio, famosa por não admitir publicidade.

Durante seu governo, Jean Chrétien tem mostrado grande indisposição com a CBC. Uma das razões possíveis para essa atitude é a suspeita, manifestada pelo próprio Chrétien, de que muitos jornalistas da Rádio Canadá - a seção francesa da CBC - são partidários dos independentistas de Quebec. Essa atitude ficaria evidente no modo de cobrir as notícias políticas da província. Chrétien, originário de Quebec, é um forte defensor da união do país.

A vulnerabilidade da CBC diante do poder político, independentemente de quem esteja no governo, explica alguns de seus problemas. A CBC depende quase que exclusivamente dos fundos do governo federal, que podem aumentar ou diminuir segundo o desejo do ministro da Fazenda. Além disso, o governo federal nomeia o presidente da emissora e toda a sua equipe.

Em geral, as nomeações recaem sobre pessoas a quem se deve favores políticos. A maioria costuma ser do partido que está no poder em Ottawa. ■

MAGIA CULTURAL,
PRAIAS, SOL DIRETO,
BRISA CONSTANTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
QUE FAZ
VIAJAR NO TEMPO.



São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.

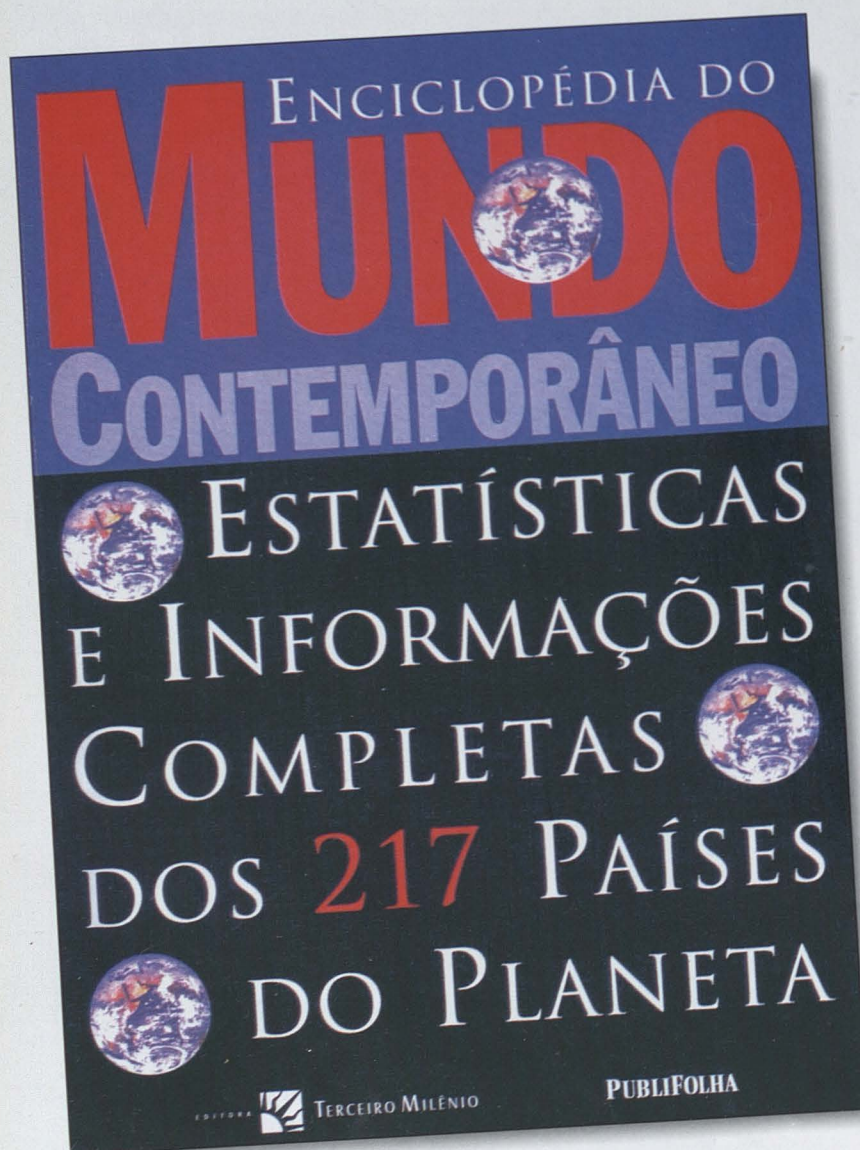
E TEM GENTE QUE
VEM SÓ A NEGÓCIOS.



 **PREFEITURA**
Trabalho e Honestidade

Peça já o seu exemplar

A *Enciclopédia do Mundo Contemporâneo* é resultado de um amplo trabalho de pesquisa coordenado pelo Instituto do Terceiro Mundo, do Uruguai, e realizado mediante a cooperação de uma rede internacional de pesquisadores, editores e entidades civis. É publicada em espanhol e inglês desde 1979. A presente edição em português é uma parceria da Editora Terceiro Milênio e a PubliFolha.



*“Um instrumento de trabalho
imprescindível para quem
se interessa pelos temas
da atualidade”*

Le Monde Diplomatique, Paris

Preço: R\$ 49,00

Pagamento somente com cartão de crédito

Tel: (0XX21) 221-7511

Se preferir faça o seu pedido por fax:

(0XX21) 252-8455

ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

<http://www.etm.com.br>

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA